



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS

Mestrado em Museologia e Patrimônio

O ENSINO DE CONSERVAÇÃO- RESTAURAÇÃO NA FORMAÇÃO DO MUSEÓLOGO

Luana da Conceição Martins

UNIRIO / MAST - RJ, abril de 2017

O ENSINO DE CONSERVAÇÃO- RESTAURAÇÃO NA FORMAÇÃO DO MUSEÓLOGO

por

Luana da Conceição Martins,

Aluna do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio

Linha 01 – Museu e Museologia

Dissertação de Mestrado apresentada à
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em
Museologia e Patrimônio.

Orientador: Professor Doutor Ivan Coelho de Sá

UNIRIO/MAST - RJ, abril de 2017.

FOLHA DE APROVAÇÃO**O ENSINO DE CONSERVAÇÃO-
RESTAURAÇÃO NA
FORMAÇÃO DO MUSEÓLOGO**

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Prof. Dr. _____

Ivan Coelho de Sá

Prof. Dr. _____

Marcus Granato

Prof. Dr. _____

Alúísio Arnaldo Nunes de Castro

Rio de Janeiro, novembro de 2017

M386 Martins, Luana da Conceição.
O Ensino do Conservação-Restauração na Formação do
Museólogo / Luana da Conceição Martins. -- Rio de Janeiro, 2017.
155

Orientador: Ivan Coelho de Sá.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio, 2017.

1. Curso de Museus. 2. Conservação-Restauração. 3. Formação
Profissional. 4. Memória da Museologia. I. Sá, Ivan Coelho de,
orientador. II Título.

*Aos museólogos
que fazem do seu trabalho cotidiano
um exercício de amor à profissão.*

[...] a memória é a conservação que o espírito faz de si mesmo.¹

¹ BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória. 3. Ed. Ateliê Editorial: São Paulo, 2013, p. 44.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, que guiou meus passos e me ajudou a conseguir subir mais este degrau em minha vida profissional.

À minha família, mãe, pai, irmã que me apoiaram incondicionalmente, dando suporte nos momentos difíceis e coragem para não desistir.

À Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, nas figuras da Prof^a. Tereza Scheiner e Prof. Marcus Granato.

Ao meu professor, orientador e principal incentivador e exemplo no amor pela profissão e pela Memória da Museologia, Prof. Ivan Coelho de Sá. Aos professores Marcus Granato e Aluísio Arnaldo Nunes de Castro, pelo apoio, pelo incentivo no tema escolhido para esta dissertação, pela disponibilidade e por cada sugestão visando a melhoria desta pesquisa. À prof.^a Violeta Cheniaux por seu apoio incondicional e disponibilidade em sempre auxiliar tirando dúvidas e lembrando momentos de sua trajetória, possibilitando a execução mais satisfatória desta pesquisa.

Aos meus grandes amigos, que estando perto ou longe, sempre foram imagem de apoio, incentivo e compreensão nos momentos em que não pude ser presente. Em especial às museólogas Raquel Villagrán, Natália Biserra, Laura Keenan, Nuenne Tinoco, Christiane Couto e ao museólogo Gustavo Tostes. Agradeço ainda aos meus amigos de longa data nas pessoas de Gabriela Sabino e Leandro Lima. Aos meus colegas de Mestrado com que compartilhei nestes dois anos momentos especiais.

E por fim, a todos aqueles que escolheram se dedicar a Museologia e que apesar de todas as dificuldades não se cansam de lutar por melhorias em

nossa área de atuação, por trazerem dentro de si o amor pela profissão. É este que nos move.

RESUMO

MARTINS, Luana da Conceição. O Ensino de Conservação-Restauração na Formação do Museólogo. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 143 p. Orientador: Ivan Coelho de Sá.

Ao discutirmos o ensino de Conservação e Restauração no Curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro temos como objetivo entender sua implicância dentro do perfil profissional do museólogo. Entender o desenvolvimento da Conservação e da Restauração culminando com sua ligação com a Museologia estamos justamente analisando uma das faces de atuação possíveis para os museólogos no Brasil. Para isso realizamos a análise do atual perfil do profissional de museus formados pelo Curso de Museologia mais antigo do país, desde a criação do mesmo em 1932, quando era ligado ao Museu Histórico Nacional até a atualidade. Para tal fizemos a além da leitura de bibliografias das áreas de Conservação e Restauração bem como da Museologia, realizamos exame em fontes primárias como ementas de disciplinas, grades curriculares além de realização de entrevista com a Prof. Violeta Cheniaux, importante expoente na formação em Conservação dentro do Curso de Museologia. Por fim, evidenciamos o pioneirismo do Curso ao inserir aulas práticas sobre Conservação Preventiva na década de 80 e concluímos como a formação influencia o museólogo nas atividades referentes à conservação dentro de seu espaço de trabalho, que dentro de nosso recorte se limita à instituição museu. Além de ficar clara a habilitação deste profissional para contribuir em atividades de conservação de bens patrimoniais.

Palavras-chave:

Curso de Museus; Formação Profissional; Museologia; Museu Histórico Nacional; Conservação. Restauração; Preservação; Museólogos; Conservadores de Museus.

ABSTRACT

MARTINS, Luana da Conceição. O Ensino de Conservação-Restauração na Formação do Museólogo. 2017. Dissertation (Master's) – Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 143 p. Supervisor: Ivan Coelho de Sá.

When discussing the teaching of Conservation and Restoration in the Course of Museology of the Federal University of the State of Rio de Janeiro we aim to understand its implications within the professional profile of the museologist. Understanding the development of Conservation and Restoration culminating in its connection with Museology is precisely analyzing one of the possible faces of action for museologists in Brazil. In order to do this, we analyze the current profile of the professional of museums formed by the oldest Course of Museology in the country, since its creation in 1932, when it was connected to the National Historical Museum until the present time. For this we did in addition to reading bibliographies of the areas of Conservation and Restoration as well as Museology, we conducted examination in primary sources such as syllabus subjects, curriculum grades and interview with Prof. Violeta Cheniaux, important exponent in the training in Conservation within the Course of Museology. Finally, we highlight the pioneering of the Course by introducing practical classes on Preventive Conservation in the 1980s and conclude how training influences the museologist in the activities related to conservation within his work space, which within our clipping is limited to the museum institution. Besides being clear the qualification of this professional to contribute in activities of conservation of cultural heritage.

Key words:

Museum course; Professional qualification; Museology; National Historical Museum; Conservation; Restoration; Preservation; Museologists; Museums Conservators.

FIGURAS

Figura 1 - Turma de Formandos do Curso de Museologia da FEFIERJ. (Foto de autor desconhecido. Acervo NUMMUS, 1978).

Figura 2 - Sala do NUPRECON. (Foto de autor desconhecido. Acervo NUMMUS, 1996).

Figura 3 - Sala do NUPRECON. (Foto de autor desconhecido, Acervo NUMMUS, 1996).

Figura 4 – Desumidificador (Foto de autor desconhecido, Acervo NUMMUS, 1996).

Figura 5 – Higrômetro de Cabelo (Foto de autor desconhecido. Acervo NUMMUS, 1996).

Figura 6 - Curso realizado no NUPRECON (Foto de autor desconhecido. Acervo NUMMUS, início dos anos 2000).

Figura 7 - Prof.^a Violeta Cheniaux manuseando aparelho de medição (Foto de autor desconhecido, Acervo NUMMUS, 1996).

Figura 8 - Prof.^a Violeta Cheniaux manuseando objetos utilizados em aulas no NUPRECON (Foto da autor desconhecido, 1996).

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:

BN – Biblioteca Nacional

CCH - Centro de Ciências Humanas

DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público

DEPM – Departamento de Estudos e Processos Museológicos

ICOM – Conselho Internacional de Museus

ICOM-CC – Comitê do ICOM para Conservação

ICCROM - Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais

ICOFOM – Comitê Internacional do ICOM para a Museologia

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

FEFIEG - Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara

FEFIERJ - Federação de Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro

FUNARJ - Fundação de Artes do Rio de Janeiro

ICC – Instituto Internacional para a Conservação de Trabalhos *Históricos e Artísticos*

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MHN – Museu Histórico Nacional

MuWoP - *Museological Working Papers*

NUMMUS – Núcleo de Memória da Museologia

ONU – Organização das Nações Unidas

OPCAM – Oficina de Preservação e Conservação de Acervos Museológicos

NUPRECON – Núcleo de Preservação e Conservação de Bens Culturais Violeta Cheniaux

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNI-RIO – Universidade do Rio de Janeiro

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO	1
Cap.1 O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO-RESTAURAÇÃO	7
1.1 - OS CONCEITOS DE PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO	8
1.2 - O DESENVOLVIMENTO DAS PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO ATRAVÉS DA HISTÓRIA	10
1.3 - AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES	20
1.3.1 - Museu de Berlim	21
1.3.2 - Museu Britânico	23
1.3.3 - <i>Fogg Art Museum</i>	24
1.4 - O DESENVOLVIMENTO DAS PRÁTICAS PRESERVACIONISTAS NO BRASIL	24
1.4.1 - Inspetoria de Monumentos Nacionais	26
1.4.2 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN	31
Cap.2 OS PRIMEIROS QUARENTA ANOS DO CURSO DE MUSEUS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	34
2.1 - 1932: PRIMEIRA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE MUSEUS	35
2.2 - A Década de 40 no Curso de Museus (1940-1949)	35
2.3 - A Reforma Curricular de 1966	38
2.4 - Década de 70 (1970-1979)	44

2.5 - Ida para a Universidade	46
Cap.3 O PERCURSO DO CURSO DE MUSEOLOGIA NAS DÉCADAS DE 80 E 90	52
3.1 - DISCIPLINAS DE CONSERVAÇÃO NA DÉCADA DE 80 (1980-1989)	57
3.2 - OFICINA DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS – OPCAM	58
3.3 - O PROJETO DE PESQUISA “A ATUAÇÃO DO MUSEÓLOGO NO CONTROLE DA LUZ E DA UMIDADE PARA A PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS ACERVOS DE MUSEUS DA FUNDAÇÃO DE ARTES DO RIO DE JANEIRO (FUNARJ)”	63
3.4 - NÚCLEO DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS – NUPRECON VIOLETA CHENIAUX	65
3.5 - A DÉCADA DE 90 (1990-1999) NO CURSO DE MUSEOLOGIA E O ENSINO DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO	68
Cap.4 MUSEÓLOGOS E CONSERVADORES	79
4.1 - A REFORMA CURRICULAR DOS ANOS 2000	83
4.2 - A FORMAÇÃO DO MUSEÓLOGO EM CONSERVAÇÃO E AS NECESSIDADES DOS MUSEUS	85
4.3 - O CONSERVADOR E O MUSEÓLOGO: REALIDADES COMPARADAS	96
CONCLUSÕES	111
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICE	130

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Ao falar sobre o ensino de disciplinas de Preservação e Conservação- Restauração na formação do museólogo, estamos estabelecendo subsídios para a manutenção da memória da Museologia no Brasil, destacando o pioneirismo deste Curso e a relevância da classe profissional dos museólogos.

Devemos destacar que a narrativa sobre este recorte na memória da Museologia tem como base o entendimento da memória enquanto ação coletiva², neste caso, circunscrita principalmente no atual Curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Ao analisar o ensino de Conservação e Restauração no referido Curso, estamos evidenciando o caráter dinâmico da memória que estamos ajudando a construir.

Sabemos que para uma mesma memória temos uma multiplicidade de perspectivas sobre um mesmo fato. Portanto, temos neste espaço a intenção de, dentro do recorte proposto, mostrar apenas um olhar, uma vertente sobre o tema proposto, o ensino da Conservação e da Restauração dentro do âmbito de formação profissional do museólogo nos últimos 85 anos, sem ter a pretensão de esgotá-lo. Este olhar voltado para o histórico da formação profissional nos fará compreender a atual situação de ensino neste curso e nos fará questionar sobre as necessidades que o futuro nos trará.

Também devemos que destacar que ao trabalhar a memória e ao lidar com fontes primárias, como é o caso da presente pesquisa, estamos não apenas recordando, mas também interpretando o passado com o olhar do presente, mas que isto incumbe também em escolha

sobre o que vale ou não ser recordado funciona como um penhor e, como todo penhor, diz respeito ao futuro. Uma lembrança ou um documento jamais é inócuo: eles resultam de uma montagem não só da sociedade que os produziu, como também das sociedades onde continuaram a viver, chegando até a nossa. Essa montagem é intencional e se destina ao porvir.³

A construção da Memória busca agir como veículo de constituição das identidades. Portanto, ao falar sobre o ensino no Curso de Museus estaremos discutindo também a identidade do grupo social formado pelos museólogos e, ao auxiliar na

² HALBWACHS, 2006, 197 p.

³ GONDAR, 2011, p. 11 a 26

construção de parte desta identidade estaremos contribuindo na consolidação do campo de conhecimento.

Ao realizarmos esta pesquisa buscamos relacionar, tendo como caminho a memória, as áreas da Museologia e da Conservação, evidenciando sua proximidade e, até mesmo, complementaridade especialmente dentro do espaço museal, através da ação do ator social museólogo.

Ao levantar a discussão sobre a relação entre a Museologia e a Conservação dentro da formação profissional, temos como objetivo estudar o ensino da Conservação de Bens Culturais a fim de entender sua implicação dentro do perfil profissional do museólogo, tendo como contexto o Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional, atualmente Curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Os objetivos específicos, que nos auxiliarão, que nos darão subsídios para atingir nosso objetivo principal na discussão, consistem em analisar o ensino de Conservação-Restauração, desde o MHN até o Curso de Museologia da UNIRIO, a fim de entender a atual estrutura curricular do mesmo, traçando um panorama das alterações curriculares que nos permitam analisar a formação profissional. Também nos cabe delinear brevemente a ligação entre as áreas da Museologia e a Conservação, a partir do surgimento dos primeiros laboratórios voltados para este fim em museus visando ao entendimento da ligação entre essas áreas do conhecimento. Além de analisar, dentre as funções básicas do museu, o papel da Conservação para compreender sua relação com a atuação do museólogo dentro da instituição museológica. E ao analisar o ensino no Curso, não poderemos deixar de nos questionarmos sobre o impacto no ensino do Curso de Museologia da UNIRIO causado com a criação do Núcleo de Preservação e Conservação de Bens Culturais – NUPRECON VIOLETA CHENIAUX a fim de entender sua importância na formação profissional ao introduzir aulas práticas.

A escolha desta temática teve início durante a participação no subprojeto de pesquisa “Subsídios Para a História da Preservação no Brasil: As Origens do Ensino de Conservação-Restauração, dos Primeiros Laboratórios e do Profissional Conservador”, coordenado pelo Prof. Ivan Coelho de Sá e a partir da produção da monografia “O Núcleo de Preservação e Conservação de Bens Culturais - NUPRECON VIOLETA CHENIAUX: sua criação e importância para o ensino no Curso de Museologia UNIRIO”. Nesta monografia foram suscitados questionamentos sobre a trajetória do ensino de Conservação-Restauração no Curso de Museologia da UNIRIO, desde seus primórdios no Museu Histórico Nacional até a atualidade, bem como aumentou o interesse sobre estudar a ação do museólogo no que tange à Conservação de acervos. Além de elucidar

as ligações entre as áreas da Museologia e da Conservação dentro do âmbito museológico, especialmente aplicadas às funções básicas dos museus.

Portanto, esta dissertação buscou ao longo de seu desenvolvimento tratar justamente sobre a relação entre Museologia e Conservação, tendo como meio o profissional museólogo, tornando-se tal estudo importante a fim de estabelecer quais elos unem estas áreas e as aproximam dentro dos museus, especialmente no âmbito nacional contendo a figura deste profissional. Possibilita ainda o desenvolvimento de discussões futuras mais profundas sobre a relação entre estas áreas do conhecimento.

Discutiremos também ao longo do texto a importância da relação entre a Conservação e a Museologia, bem como debateremos sua prática enquanto uma das técnicas de Museografia e da Documentação em Museus. Se o museu enquanto instituição possui como pilares básicos a preservação, a comunicação e a pesquisa, além de sua inata finalidade educativa, como a Conservação se insere, na prática, neste contexto? Qual o papel da Conservação dentro do museu? Em que áreas estaria presente? Procuraremos discutir em quais ações e atividades museográficas se enquadraria. Para tal, também será necessário discutir e trabalhar tais conceitos – Museografia, Museologia, Preservação, Conservação e Restauração.

Ao realizar esta pesquisa sobre o ensino de Conservação no Curso de Museus, atual Curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, recuperaremos momentos importantes do ensino da Museologia no Brasil, aumentando, assim, as informações sobre este tema. Analisar as alterações curriculares, atrelando estas aos pensamentos e discussões da época enriquece as informações sobre como o Curso se manteve atualizado com os pontos de debate que eram colocados na área dos Museus e da Conservação em cada período de tempo.

Ao olhar para o passado do ensino do Curso de Museus, também poderemos entender sua atual estrutura, além de ressaltarmos todo o pioneirismo, como já dito, do Curso em âmbito nacional e internacional.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta dissertação foi leitura de bibliografia ligada aos temas Museologia, Preservação, Conservação, Restauração e Museus. No entanto, a grande base para desenvolvimento da presente dissertação foram as fontes primárias presentes no Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS, como programas de disciplinas e fluxogramas das matrizes curriculares, além de entrevista realizada com a ex-professora do Curso de Museologia e criadora do Núcleo de Preservação e Conservação de Bens Culturais – NUPRECON, prof.^a Violeta Cheniaux.

As duas áreas de conhecimento abordadas nesta dissertação são a Museologia e a Conservação. A divisão desta pesquisa foi feita em quatro capítulos, sendo estes: O Desenvolvimento das Ações de Preservação e Conservação-Restauração, Os Primeiros Quarenta Anos do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, Os anos 80 (1980-1989) e 90 (1990-1999) no Curso de Museologia e Museólogos e Conservadores.

O primeiro capítulo, O Desenvolvimento das Ações de Preservação e Conservação-Restauração, trata sobre o histórico de desenvolvimento da Preservação e da Conservação, tanto na esfera internacional, tratando sobre períodos como a Revolução Francesa, as grandes Guerras Mundiais e a consolidação da Conservação enquanto ciência. Como também abordando o desenvolvimento na esfera nacional, como a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e as ações da Inspetoria de Monumentos Nacionais, vinculada ao Museu Histórico Nacional. Este capítulo tem como objetivo apenas familiarizar brevemente o autor com o desenvolvimento destes campos do conhecimento, desde períodos remotos da História, estabelecendo, desta forma, um raciocínio lógico e sequencial partindo da macro-História até chegar na micro-História, ou seja, do surgimento mundial e seus impactos até chegar em sua aplicação dentro do Curso de Museologia da UNIRIO.

O segundo capítulo, Os Primeiros Quarenta Anos do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, por sua vez, tem como enfoque o Curso de Museus criado no MHN e suas disciplinas cujos conteúdos abarcam temas sobre Conservação-Restauração, tendo início da década de 30 e indo até final dos anos 70, quando os profissionais que até então eram conhecidos como Conservadores de Museus, passam a ter em seus diplomas a presença do termo museólogo. Este capítulo tem como função apresentar o início da formação do museólogo, passando pela primeira grande reforma curricular do curso, terminando com a mudança de denominação profissional.

Em As décadas de 80 (1980-1989) e 90 (1990-1999) no Curso de Museologia, terceiro capítulo da dissertação, abordaremos as grandes mudanças passadas pelo Curso de Museologia nas duas décadas, focando na atualização do currículo do Curso e principalmente na inserção de aulas práticas sobre Conservação Preventiva com a criação do primeiro laboratório voltado para esta vertente da Conservação em nosso país. Este capítulo traz as principais alterações didáticas na formação profissional, trazendo informações sobre como estas mudanças foram essenciais para o museólogo formado nos períodos posteriores, proporcionando uma comparação do perfil profissional anterior a estas mudanças com o posterior.

O quarto e último capítulo fecha esta dissertação discutindo justamente sobre as semelhanças e diferenças entre a profissão de museólogo no Brasil e do Conservador no âmbito internacional, tendo como contexto a formação profissional. Este capítulo tem como finalidade destacar as proximidades entre ambas as profissões, buscando aproximar ainda mais estes profissionais que possuem em comum o objetivo da preservação do patrimônio.

CAPÍTULO 1

O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO- RESTAURAÇÃO

1 – O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO-RESTAURAÇÃO

1.1 Os conceitos de Preservação, Conservação e Restauração

Os primeiros “conservadores” de museus são, em verdade, produtores de obras artísticas: Donatello é o guardião e restaurador das obras pertencentes a Lourenço, o Magnífico, assim como Da Vinci é cooptado por Francisco I da França, que reuniu em Fontainebleau, o ateliê de Leonardo Da Vinci, o que constituiu o primeiro acervo do Louvre. O fazer museal é, nesse momento, essencialmente coleta e crescimento das coleções, e a noção de restauro abarca desde a restauração verdadeira até a cópia para fins de segurança que pode, eventualmente, facilitar a comercialização da obra. Porém, a apresentação dos objetos é sempre feita em decoração evocadora da Antiguidade, modelo que começa nos Uffizi e que será copiado intensamente.⁴

Para iniciar a discussão sobre a formação do museólogo tendo como recorte o ensino de Preservação e Conservação e como contexto o primeiro Curso de Museologia⁵ do Brasil, se mostra interessante traçar breve panorama sobre os avanços ocorridos pelos campos da Conservação e da Restauração ao longo dos séculos. Para dar início a discussão, optamos por definir a utilização que será dada aos termos Preservação, Conservação e Restauração no presente texto. Mesmo que a Restauração não seja nosso foco, entendemos ser importante abordá-lo em dados momentos da dissertação a fim de facilitar o desenvolvimento do texto e do raciocínio. Apresentaremos a seguir definições encontradas em documentos internacionais sobre o tema, as Cartas Patrimoniais, comparando-as com as definições retiradas dos Conceitos-Chave de Museologia, do Conselho Internacional de Museus – ICOM, órgão internacional que congrega profissionais de museus. Ao trabalhar definições de órgãos diferentes, buscamos mostrar como o campo dos Museus e o campo do Patrimônio os aborda.

Segundo o Conselho Internacional de Museus,

Preservar significa proteger uma coisa ou um conjunto de coisas de diferentes perigos, tais como a destruição, a degradação, a dissociação ou mesmo o roubo; essa proteção é assegurada especialmente pela reunião, o inventário, o acondicionamento, a segurança e a reparação. Na museologia, a preservação engloba todas as operações envolvidas quando um objeto entra no museu, isto é, todas as operações de

⁴ RÚSSIO, 2010, p. 247.

⁵ É importante ressaltar que sempre que nos referirmos ao Curso de Museologia, estaremos tratando especificamente do Curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), que teve sua origem em 1932, com o Curso de Museus criado no Museu Histórico Nacional.

aquisição, entrada em inventário, catalogação, acondicionamento, conservação e, se necessário, restauração⁶.

A Carta de Burra, originalmente publicada em 1980, por sua vez, traz sucinta definição para o termo “Preservação”, sendo definida como “[...] a manutenção no estado da substância de um bem e a desaceleração do processo pelo qual ele se degrada”⁷. A primeira definição apresentada traz maior detalhamento, no entanto ambas trazem em si o mesmo ideal de proteção do bem, com ações mais voltadas para políticas de ação, mantendo, *preservando* o bem cultural em seu estado atual.

Por sua vez, a Conservação é definida pelos autores do ICOM enquanto

[...] as atividades [que] têm por objetivo fornecer os meios necessários para garantir o estado de um objeto contra toda forma de alteração, a fim de mantê-lo o mais intacto possível para as gerações futuras. Essas atividades, em sentido amplo, condensam as operações de segurança geral (proteção contra roubo ou vandalismo, incêndios ou inundações, terremotos ou tumultos), as disposições ditas de *conservação preventiva*, ou seja, “o conjunto de medidas e ações que têm por objetivo evitar e minimizar futuras deteriorações ou perdas. Elas se inscrevem em um contexto ou ambiente de um bem cultural, porém, mais comumente no contexto de um conjunto de bens, seja qual for a sua antiguidade e o seu estado”. Essas medidas e ações são indiretas – não interferem com os materiais e estruturas dos bens. (DESVALLÉES. MAIRESSE, 2013, p. 80)

A Carta de Burra, por sua vez, apresenta a Conservação da seguinte forma:

[...] designará os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas⁸.

Em ambas definições notamos como a Conservação é entendida enquanto prática inserida entre abrangência das ações preservacionistas sendo, no entanto, menos evasivas do que a restauração. Esta diferença fica mais clara ao vermos como a Restauração é definida. Segundo o Comitê de Conservação do ICOM, ela pode ser entendida enquanto

O conjunto de ações diretamente empregadas sobre um bem cultural, singular e em estado estável, tendo como objetivo o de melhorar a apreciação, a compreensão e o uso. Essas intervenções só são colocadas em prática quando o bem tiver perdido uma parte de sua significação ou função devido a deteriorações ou alterações passadas.

⁶ DESVALLÉES. MAIRESSE, 2013, p. 79.

⁷ INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1980.

⁸ Idem.

Elas se baseiam no respeito pelos materiais originais. Comumente tais ações modificam a aparência do bem. (ICOM-CC apud DESVALLÉES. MAIRESSE, 2013, p.80)

Para apontar outra definição de Restauração, que traz de forma mais sucinta o mesmo conceito da anterior, optamos por utilizar a Carta do Restauo, publicada em 1972, onde é dito que

[...] entende-se por restauração qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras e objetos [...] Carta do Restauo, 1972. 18. P. – 1-2.

Como pudemos observar a partir das definições, Conservação e Restauração são ações práticas voltadas para a estabilidade da obra. Na primeira, previne-se o dano e na Restauração, tenta-se sanar um problema já causado e que prejudique a estrutura ou a estética do bem cultural de forma evasiva sobre o bem. Ambas as ações, segundo Berducou⁹, no que se refere aos tratamentos, estão intimamente ligadas. A Conservação tem sua ação em torno da pesquisa, do conhecimento e da preservação a longo prazo dos objetos. Já a Restauração estaria calcada na melhoria das condições estruturais e/ou estéticas dos objetos. Mas, segundo a mesma autora, no que se refere à prática, as duas ações não podem ser facilmente separadas. De acordo com a mesma, esta é a razão para o aparecimento da expressão “Conservação-Restauração”, que trataria da Conservação em uma prática mais ampla e da Restauração em um senso mais restrito. A junção dos termos teria a vantagem de clarearem certas ambiguidades e pode ser traduzida sem muitos maus entendidos de uma língua para outra, indicando a abrangência dos termos¹⁰. Nesta dissertação optamos por utilizar separadamente os termos Conservação e Restauração a fim de delimitar as práticas às quais estamos nos referindo sendo Conservação utilizado para técnicas envolvendo o ambiente onde o bem cultural está inserido e medidas pouco evasivas. Restauração se referirá aos casos em que uma intervenção mais profunda se fazem necessárias.

1.2 - O Desenvolvimento das práticas de Preservação e Conservação através da História

*A preservação,
conservação e restauração do
patrimônio constituem-se como
empreendimentos culturais*

⁹ BERDUCOU, 1996, p.255.

¹⁰ Idem.

*direcionados a prolongar a vida útil dos objetos materiais e, conseqüentemente, possibilitar a relação dialógica com esses bens culturais portadores de múltiplas significações.*¹¹.

As ações de Conservação e Restauração de bens culturais, destes que podem ser considerados como testemunhos da cultura material humana, possibilitam o conhecimento da história do Homem. Permitem que o passado possa ser contado através de objetos e monumentos. Portanto, podemos entender que preservar o Patrimônio cultural significa refletir sobre a nossa própria identidade cultural¹², através da manutenção da memória social, que consiste em “[...] um vigoroso, complexo e tenso campo de disputa de sentidos em que a mobilização e a circulação dos discursos e representações são utilizadas com intensidade e possibilidades diferentes”¹³.

Mas como a Preservação e a Conservação se inserem no contexto da memória social? Ao analisarmos o significado do verbo Conservar, identificamos que este vem do latim *conservare*, que significa manter no estado atual, guardar com cuidado, reter na memória¹⁴. A Preservação e a Conservação produzem meios para a manutenção da memória.

As primeiras aparições do desejo de preservação ocorrem nas chamadas antigas civilizações. Podemos encontrar exemplos na Suméria, atual Iraque¹⁵; no Antigo Egito, durante o Novo Império (c. 1550 a.C. – 1070 a.C.), com a técnica da mumificação, onde as ações de preservação tinham por motivação a religião¹⁶. Segundo Caple (2000), na Grécia Antiga, poderiam ser considerados como ‘conservadores’ os sacerdotes que tomavam conta dos objetos nos templos. Também existem registros de preservação *in situ*, por parte dos gregos, dos últimos vestígios remanescentes dos templos originais, dando a entender um possível interesse em preservar o contato com a cultura passada¹⁷. Na Roma Antiga, a concepção de preservação ocorria tanto no que se refere ao patrimônio, como também era encontrada dentro do seio familiar. O *pater familias*, que era o chefe da família, era o responsável por conservar e transmitir a herança a seus descendentes¹⁸. Também existem relatos da utilização de técnicas direcionadas,

¹¹ CASTRO, 2012. p. 47.

¹² Este conceito é trabalhado por Stuart Hall, no livro “A identidade cultural na Pós-Modernidade”, 10a ed. Rio de Janeiro: dp&a; 2005. 97 p.

¹³ MORAES, 2011, p. 92.

¹⁴ Verbetes Conservar. Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/conservar?express=Conservare>>. Acesso em janeiro de 2016.

¹⁵ KECK, 1996, p.280.

¹⁶ KECK, 1996, p.281.

¹⁷ CAPLE, 2000, p.50

¹⁸ LIMA, 2012. Pág.33

nesta sociedade, para a manutenção física satisfatória de seus bens culturais. Exemplo disso é encontrado no relato de Plínio sobre uma ação de limpeza feita em Roma na obra *Ato Trágico com Apolo*, de Aristides, datada do ano 13 a.C., esta obra atestaria a importância do Império Romano tendo em vista a longevidade das obras que possuía (CAPLE, 2000, p.50).

Avançando nos séculos, ao chegar a Idade Média, deparamo-nos com a Igreja Católica como a responsável pela preservação de objetos, realizando ações de conservação de documentos, livros e relíquias. Essas ações visavam principalmente a manutenção das regras ditadas pela Igreja, tendo como importante meio a preservação de livros com os ensinamentos da instituição religiosa¹⁹. Neste período, os mosteiros e igrejas guardavam os acervos documentais e bibliográficos, cabendo a eles a responsabilidade de conservá-los. Há registro de alguns procedimentos “restaurativos” como religamentos, costuras em pergaminhos frágeis e enxertos feitos por artistas ou hábeis artesãos²⁰. As ações de mutilação e deterioração de livros que eram considerados sagrados eram vistas como sacrilégio, um ato de profanação, um grande pecado contra a religião. Já as ações restaurativas e conservativas eram imbuídas de mística e sacralidade²¹. Este período pode ser considerado como a fase de sacralização da Conservação-Restauração, como apontado por Castro (2012). Este autor divide o desenvolvimento da Conservação-Restauração em três períodos: a sacralização, representada por este primeiro momento; o empirismo, tendo início da época renascentista onde as atividades restaurativas apresentavam caráter personalista e não tinham base científica; e as práticas científicas, com o surgimento da Ciência Moderna a partir da Revolução Francesa²².

Durante o período do Renascimento temos o aumento do colecionismo de arte. Ter estas coleções além de ser demonstração de poder financeiro também evidenciava prestígio²³. Muitos colecionadores patrocinaram o desenvolvimento da arte, tornando-se mecenas de vários pintores, e provocando o desenvolvimento de habilidades artesanais para ações de higienização e restauro de objetos²⁴. Neste período, artistas como Michelangelo e Cellini foram contratados para restaurar antiguidades clássicas, particularmente estátuas. Estas restaurações eram empreendidas para recuperar a visão estética da totalidade da obra. Essa fase da conservação de objetos pode ser

¹⁹ CASTRO, 2012, p.53.

²⁰ CASTRO, 2012, p. 53.

²¹ CASTRO, 2012, p. 54.

²² CASTRO, 2012, p.47-99.

²³ CAPLE, 2000, p. 47.

²⁴ CAPLE, 200, p. 51.

considerada como uma cirurgia estética que dá a obra uma aparência agradável, mesmo que tais ações geralmente acelerassem a sua degradação²⁵.

Neste mesmo período, a Conservação começou a se tornar uma disciplina autônoma. Passou a não ser mais relacionada a pintores e arquitetos²⁶. Nesta época surge a figura de especialistas que trabalhavam em ateliers privados ou galerias públicas. Segundo Granato, (2007, p. 8) desses profissionais, o mais famoso teria sido Pietro Edwards, “responsável pelo restauro de todas as pinturas em espaços públicos, na cidade de Veneza, onde escreveu um *Capitolato (1777)*, com uma série de normas para impedir excessos realizados pelos restauradores dessas pinturas”²⁷. Também devemos lembrar, que de acordo com Castro (2000), neste momento as ações podem ser consideradas como a fase do empirismo²⁸.

Segundo Alois Riegl, a origem da conservação e da preservação de monumentos dataria justamente do Renascimento Italiano, quando as pessoas teriam começado a proteger vestígios do chamado Período Clássico. Este período representou o fim do abandono dos monumentos antigos e o começo do colecionismo de trabalhos de arte. Mas segundo Riegl essa mudança de mentalidade no Renascimento não corresponde ao entendimento que era dado ao termo Conservação já no século XX²⁹.

Encontramos em Choay (2006), a informação de que uma das primeiras formas de conservação de itens da antiguidade era através de livros ilustrados com gravuras³⁰. Naquela época, acreditava-se que bastava ter o desenho do bem que este estava sendo suficientemente preservado. Choay afirma ainda que a partir do século XVI

Antiquários arquitetos estudaram com paixão os vestígios greco-romanos [...]. Contudo, se à época eles lamentam sua degradação, seu estado de abandono ou sua demolição, apenas uma ínfima minoria se preocupa com sua proteção *in situ*. Podem-se contar os raros projetos de conservação e de desobstrução das ruínas antigas, pontuais e jamais atualizados. (CHOAY, 2006, p.91)

Na Inglaterra, os antiquários não se contentaram apenas em observar e descrever os monumentos góticos, mas se indignaram com o vandalismo religioso da Reforma³¹. As associações de antiquários criaram “uma estrutura de proteção, privada e cívica que seria característica da Grã-Bretanha até o início do século XX”³². Além de

²⁵ CAPLE, 2000, p.51

²⁶ GRANATO, 2007, p. 8.

²⁷ Idem.

²⁸ CASTRO, 2012, p. 68-75.

²⁹ RIEGL, 1996, p. 71.

³⁰ CHOAY, 2006, p.90.

³¹ CHOAY, 2006, p.92

³² CHOAY, 2006, p.92

levantarem discussões sobre a restauração de monumentos, discutiam também o que se deveria priorizar: a Restauração Conservadora ou a Restauração Intervencionista. Essa discussão e preocupação, segundo CHOAY (2006, p. 94) é única na época, mas destaca que ainda assim as ações de inventário feitas pelos antiquários não tiveram muito efeito na conservação efetiva dos monumentos históricos.

Ainda na mesma Inglaterra, vemos o aparecimento de dois importantes teóricos da Restauração: John Ruskin (1819-1900) e Willian Morris (1834-1896). Estes autores criticaram muitas restaurações feitas seguindo o “em estilo de”. Ou seja, eles acreditavam no caráter fundamentalmente individual de cada trabalho de arte, dando ênfase nas dimensões histórica e estética da restauração e aspirando torna-la uma atividade crítica³³. Este pensamento encontra sua máxima expressão no século XX, com o livro de Cesari Brandi, *Teoria do Restauo*³⁴.

John Ruskin (1819 -1900) foi um dos principais teóricos sobre a Conservação de bens culturais. Ruskin defendia a ‘restauração romântica’³⁵, na qual preserva-se a autenticidade histórica, não intervindo no monumento que estava se degradando. A degradação deveria ser respeitada e o ideal seria prevenir a degradação do bem, através de cuidados que o poupariam da total destruição: “algumas chapas de chumbo colocadas a tempo num telhado, algumas folhas secas e gravetos removidos a tempo de uma calha, salvarão tanto o telhado como as paredes da ruína”³⁶. Ruskin afirmava que a restauração significaria a total destruição que um edifício poderia sofrer. Em suas palavras: “[...] é impossível, como é impossível levantar os mortos, restaurar (significando reconstruir) qualquer coisa que tenha sido grande e bonito na arquitetura.”

37

Ao lermos ao texto “Manifesto of the Society for the Protection of Ancient Buildings”, datado de 1887, de William Morris, notamos como este compartilhava de ideias próximas às de Ruskin, opondo-se aos trabalhos de restauração, principalmente os realizados por Viollet-le-Duc³⁸. Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879) foi um arquiteto francês que teve sua ação em um período em que a Restauração começava a se firmar como ciência, e na França a Arquitetura Gótica ganhava um caráter nacionalista, passando a receber maior atenção dos intelectuais franceses³⁹. Em seu livro *Dictionnaire Raisonné de l’Architecture Française du XI au XVI scèle*, de 1854, afirma

³³ PHILIPPOT, 1996, p. 217.

³⁴ Idem.

³⁵ CALDEIRA, 2003, p. 93

³⁶ RUSKIN, 2008, p. 82.

³⁷ RUSKIN, 1996, p. 79 (tradução nossa.)

³⁸ MORRIS, 1996, p. 319-321.

³⁹ KÜHL, 2004, p. 9-24.

que “[...] restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento”⁴⁰. Ao afirmar isto, Viollet-Le-Duc deixa claro sua visão de que caberia ao restaurador mais do que atuar na recuperação estética e estrutural do bem, mas deveria proporcionar a este um estado onde fosse alcançado o máximo de uma expressão estilística, mesmo que originalmente nunca tenha construído desta forma. Caberia ao restaurador aprimorar a construção. Justamente por le-Duc defender esses ideais, Morris se opunha fortemente a ele, tendo maior simpatia pelos ideais de Ruskin.

Após este esclarecimento, se torna mais fácil visualização quais são as diferenças de pensamento entre Viollet, Morris e Ruskin. Estes dois últimos, opondo-se fortemente ao pensamento de le-Duc iniciaram o movimento de Anti-Restauração, onde os objetivos foram publicizados em o Manifesto da Sociedade de Proteção das Construções Antigas, citado anteriormente e escrito por Morris ⁴¹.

Mas aqueles que fazem as mudanças operadas nos nossos dias sob o nome de Restauração, enquanto professam trazer de volta um edifício para o melhor momento de sua história, não têm guia, mas cada um tem seus caprichos individuais para apontar-lhes o que é admirável e o que é desprezível; enquanto a própria natureza da sua missão obriga-os a destruir algo e para suprir a lacuna, imaginam o que os construtores anteriores devem ou poderiam ter feito. Além disso, no decurso deste duplo processo de destruição e adição, toda a superfície do edifício é necessariamente adulterada; de modo que a aparência de antiguidade é tirada de tais peças antigas [...]; e, em suma, uma falsificação fraca e sem vida é o resultado final de todo o trabalho desperdiçado⁴².

No final do século XIX, estes ideais foram aprimorados pelo italiano Camillo Boito (1836-1914), que associou o pensamento ruskiano à necessidade de restauração, visando o prolongamento da vida dos bens através de técnicas específicas⁴³. Camillo Boito (1836-1914) foi arquiteto, restaurador, crítico, historiador, professor, teórico e literato⁴⁴. Durante certo tempo seguiu os preceitos de Viollet-le-Duc, considerando-o um teórico de grande importância para a difusão dos conhecimentos relativos à Arquitetura Medieval. Depois passou a simpatizar mais com o pensamento de Ruskin “sintetizando e elaborando princípios que se encontram na base da teoria contemporânea da restauração”⁴⁵. Como restaurador, fundamentou seu trabalho em estudos documentais e na observação. Também fazia uso de desenhos e fotografias. Defendia a preservação

⁴⁰ VIOLLET-LE-DUC, 2013, 4ª ed. P. 29

⁴¹ GETTY INSTITUTE FOR CONSERVATION, 1996, p. 309.

⁴² MORRIS, 1996, p. 320 (tradução nossa)

⁴³ CALDEIRA, 2003, p. 94

⁴⁴ KÜHL, 2014, 63 p.

⁴⁵ KÜHL, 2014, p. 10.

da pátina e a retirada de acréscimos⁴⁶. No final do século XIX, consolidou na Itália uma corrente de pensamento chamada “restauro filológico”⁴⁷. Este teórico também entendia que a Conservação e a Restauração eram essencialmente diversas. A conservação seria, muitas vezes, a única coisa a ser feita, consistindo em obrigação de todos tomarem providências para a proteção do bem. Já a restauração, seria algo distinto e até mesmo oposto a conservação, mas também era necessária⁴⁸.

Ainda no século XIX, segundo Froner⁴⁹,

[...] quando as grandes coleções públicas são formadas, é que os profissionais dessa área se veem confrontados com uma nova responsabilidade perante os museus. Nesse momento, a linha limítrofe que separava a criatividade do artista e a atitude do restaurador começa ser mais bem demarcada: o respeito estético e com relação à originalidade da obra passa a ser uma bandeira dos profissionais mais sérios.

É neste mesmo século que o objeto passa a ter valor documental enquanto testemunho do passado, o que Riegl define como “valor histórico”⁵⁰. A partir de então a restauração passou a ser entendida como uma intervenção técnico-científica, deixando de ser uma experiência artística⁵¹. Ainda no século XIX, “[...] são formuladas as bases da maioria das disciplinas associadas à Ciência da Conservação: Arqueologia, História da Arte e da Arquitetura adquirindo corpo conceitual justamente nesse período”⁵².

Já na França, em 1790, o antiquário-naturalista Aubin-Louis Millin apresentou à Assembleia Nacional Constituinte o primeiro volume do seu livro *Antiquités Nationales ou Recueil de Monuments*. Nele fala sobre a venda dos bens eclesiásticos, a fim de propiciar recursos para o Estado, mas diz que seria funesta às artes e às ciências, visto que destruíria objetos de arte e monumentos históricos que seriam interessantes em serem conservados⁵³. Em síntese, sua ideia era a de criar um antiquário, salvando pela imagem e descrição os objetos, sendo isto o necessário (e até mesmo suficiente) para que cumprissem sua função historiográfica.

⁴⁶ KUHL, 2014, p.13-14

⁴⁷ KUHL, 2014, p.19

⁴⁸ KUHL, 2014. 22-23

⁴⁹ FRONER, Yacy-Ara. A construção epistemológica da ciência da conservação. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa. 2007, p. 4.

⁵⁰ RIEGL, Alois. The Modern Cult of Monuments: Its Essence and Its Development. In: Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage. Los Angeles: The Getty Conservation Institute. 1996, p. 69-83.

⁵¹ FRONER, Yacy-Ara. A construção epistemológica da ciência da conservação. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa. 2007,p. 5.

⁵² Idem.

⁵³ CHOAY, Françoise. A alegoria do Patrimônio. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. p. 96.

Com as ações de transferência dos bens do clero, da Coroa e dos emigrados para a nação e com a destruição de parte desses bens, a partir de 1792 foi suscitada uma reação de defesa, assim como a que ocorreu na Inglaterra reformista, no entanto, mais ampla, visando à conservação da totalidade do patrimônio nacional⁵⁴.

Com a Revolução Francesa e com o surgimento dos Estados nacionais começou a existir a concepção de patrimônio público, onde os bens acumulados nas coleções reais passam a estar sob o poder do Estado. E a conservação desses bens garantiria a conservação da história daquela sociedade ⁵⁵.

No século XVIII, com as grandes descobertas arqueológicas feitas principalmente em Herculano e Pompeia⁵⁶, ocorrem grandes pilhagens, sobretudo realizadas pela Inglaterra, França e Alemanha⁵⁷. As pilhagens culminaram com a formação de grandes coleções e conseqüentemente de novos museus. A abertura de museus nacionais possibilitou o acesso do público aos bens culturais, além de suscitar a necessidade de manutenção da estrutura físicas dos mesmos⁵⁸. Neste mesmo período, já sem o apoio da aristocracia e das encomendas reais, os artistas passam a trabalhar nos museus como conservadores, sendo reconhecidos como profissionais, visto que o museu passa a ser valorizado como espaço de importância política e educativa. Cabia aos artistas conservadores zelar para que os objetos fossem expostos e vistos em sua melhor qualidade estética. Principalmente no século XIX quando era habitual que artistas fossem aos museus realizar cópias das pinturas expostas. Para uma boa cópia, era necessário que a pintura estivesse muito bem conservada, para que o artista pudesse copiar todos os seus detalhes.

Em uma das escavações feitas em Pompéia, foram encontrados pergaminhos carbonizados, que despertaram grande interesse no Rei George IV, durante o século XIX. O Rei designou que *Sir Humphrey Davy*, então Presidente da Real Sociedade, estudasse os remanescentes dos papiros. Davy montou um grupo de pesquisa para examinar a condição dos papiros, procurando desvendar a causa de sua degradação, antes de estabelecer um tratamento⁵⁹. Essa ação pode ser considerada como uma

⁵⁴ CALDEIRA, 2003, p. 97.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 98-105.

⁵⁶ É interessante ressaltar a participação brasileira nas escavações destas cidades. O então Imperador do Brasil, D. Pedro II, chegou a financiar prospecções arqueológicas nas cidades que foram destruídas com a erupção do vulcão Vesúvio. Estas ações foram documentadas com fotografias de D. Pedro ao lado de sua esposa D. Tereza Cristina junto aos arqueólogos. (MALHANO2002, p. 63)

⁵⁷ CAPLE, 2000, p. 48-52

⁵⁸ CAPLE, 2000, p. 52.

⁵⁹ CAPLE, 2000, p. 51

pesquisa moderna de conservação: investigando o material e determinando o seu processo de degradação.

A Revolução Industrial proporcionou a subida social da burguesia, levando-a a um papel de destaque dentro da sociedade de então. Esta mudança causou alterações políticas e econômicas que modificaram a atitude de colecionadores de arte, facilitando a entrada de classes menos abastadas no seio cultural. Segundo Caldeira (2003, p. 97), a Revolução também proporcionou surgimento de novas ciências, dentre elas a da Conservação, vinda do aprimoramento das técnicas restaurativas.

Após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a comunidade internacional dos museus passa a publicar artigos sobre aspectos de cuidado e conservação das coleções que possuíam. O Escritório Internacional de Museus⁶⁰, da Liga das Nações, criado em 1919 realizou Conferências Internacionais sobre os estudos referentes aos museus. A primeira dessas conferências foi em Roma, em outubro de 1930. Esta conferência

[...] propôs o estabelecimento de estudos dos métodos científicos para o exame e a preservação de objetos, monumentos e sítios arqueológicos, históricos e artísticos. Ao final de uma semana de debates intensos, os participantes assinaram um documento confirmando a indispensabilidade dos laboratórios de pesquisa, tanto quanto dos estudos de história da arte e museologia. A Ciência a serviço da arte foi reconhecida e os primórdios da conservação moderna – pautada por estudos laboratoriais e pelo conhecimento dos materiais e das tecnologias construtivas – acabara de nascer (LEVIN apud FRONER, Yacy-Ara; ROSADO, 2008, p. 8.)

No ano seguinte, em 1931, foi realizado em Atenas, Grécia, o Primeiro Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. Neste evento foi elaborado o primeiro documento de caráter internacional voltado para o patrimônio cultural, sendo este entendido como de ampla existência histórica e social⁶¹, além da adoção do conceito moderno de patrimônio mundial. A Carta de Atenas traça princípios sobre a Restauração, a Conservação de sítios e monumentos⁶².

Mesmo que o primeiro documento internacional sobre a preservação do patrimônio tenha sido realizado em 1931, não podemos deixar de ressaltar o pioneirismo da área dos museus, realizando um ano antes um encontro voltado para esta temática. Para Froner (2008), o encontro de 1931 foi resultado direto da reunião realizada no ano

⁶⁰ Em 1946 passa a ser o Conselho Internacional de Museus – ICOM.

⁶¹ FRONER, Yacy-Ara; ROSADO, Alessandra. 2008, p. 9.

⁶² INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Carta de Atenas, 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

anterior. O Escritório de Museus também atuou na criação do Instituto Central de Restauro, em Roma, em 1939, antes do início da Segunda Guerra Mundial. Figura importante da área da Restauração, Cesari Brandi (1906-1988), foi fundador e diretor deste instituto. Nos anos 60, Brandi pulicou Teoria do Restauro, que se constitui em um marco para a restauração moderna⁶³. Nesta publicação, Brandi traz questões como as dimensões históricas e artísticas das obras de arte e que estas dimensões devem ser respeitadas nos procedimentos de restauração. Brandi também defende a reversibilidade das intervenções, além de apontar a necessidade de haver uma “Restauração Preventiva”, que consistiria em uma tutela, “remoção dos perigos, asseguramento de condições favoráveis”⁶⁴ para os bens culturais.

Os danos causados pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945) também fizeram a sociedade ter maior sensibilidade com as perdas dos bens culturais, levando ao desenvolvimento da noção de patrimônio da humanidade e não apenas local⁶⁵. Nesta mesma época, os conservadores e restauradores passaram a estabelecer suas próprias organizações, dentre elas o *International Institute fo Conservation of Historic Objects and Works of Art* (ICC), criado em 1950. Em 1952, o ICC começou a produzir os Estudos em Conservação, o primeiro jornal dedicado ao tema⁶⁶. Em 1959, a UNESCO fundou o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural (ICCROM), que congrega diversos profissionais tendo foco na conservação-restauração de bens culturais⁶⁷. Cesari Brandi e Paul Philippot foram os responsáveis por fundar as bases teóricas deste Centro. Os dois teóricos também foram consultores da UNESCO, contribuindo para a redação de cartas, tratados e documentos elaborados em convenções⁶⁸.

O que podemos observar durante o desenvolvimento da Conservação, é que os primeiros trabalhos realizados, eram feitos sem qualquer base científica, sem uma investigação analítica ou de identificação das causas de degradação do objeto, sendo mais descritos como procedimentos de higienização ou reparo. A Conservação começou a se estabelecer quando passou a trabalhar com conceitos éticos, a se preocupar com a originalidade das obras e com a necessidade de preservação para as futuras gerações; além da aceitação da necessidade de explicar as causas de degradação nos termos das reações químicas entre o objeto e o meio ambiente. A

⁶³ FRONER, Yacy-Ara; ROSADO, Alessandra. 2008, p. 10.

⁶⁴ BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. Cotia: Ateliê Editorial. 4ª ed. 2013, p 90.

⁶⁵ CALDEIRA, 2003, p. 95.

⁶⁶ CAPLE, 2000, p. 54.

⁶⁷ CAPLE, 2000, p. 55.

⁶⁸ FRONER, ROSADO. 2008, p. 10.

ciência se aplica à Conservação em basicamente três campos: exame e análise; deterioração e estudos sobre o meio ambiente; e pesquisa sobre métodos e materiais⁶⁹.

1.3 As Primeiras Instituições

Como dito anteriormente, o ICC foi criado em 1950 e em 1959 foi estabelecido, pela UNESCO, o ICCROM. No entanto, não podemos deixar de falar sobre outras instituições que foram criadas no século XX voltadas para a Conservação.

O Conselho Internacional de Museus – ICOM foi criado em 1949, como órgão internacional não-governamental dedicado para o desenvolvimento e promoção dos museus e de seus profissionais. Este organismo atua enquanto rede internacional de cooperação. Dentre suas principais atividades podemos destacar o treinamento dos profissionais, discussões sobre ética profissional, atuação contra o tráfico ilícito de bens culturais e proteção do patrimônio mundial⁷⁰. Dentre os 30 comitês que este conselho possui, devemos destacar o ICOM-CC, o Comitê para Conservação do ICOM, criado em 1967, que possui ativa participação⁷¹ nas mais atuais discussões sobre a área da Conservação.

Em 1965, sob gerência da UNESCO, foi criado o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS, sendo a única organização não-governamental que atua na promoção da aplicação da teoria, metodologia e técnicas científicas para a conservação do patrimônio arquitetônico⁷². Segundo Bridgland⁷³, suas atividades são baseadas na doutrina da Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, mais conhecida como Carta de Veneza. O ICOMOS consiste em um fórum internacional para diálogo dos profissionais sobre temas concernentes à conservação de monumentos e sítios.

Em 1982 foi criado *The Getty Conservation Institute*, como um programa operativo da Fundação J. Paul Getty Trust. Foi criado com o intuito de aumentar a consciência e respeito no que se refere o patrimônio cultural, proporcionando a disseminação de informações sobre práticas e políticas sobre conservação, desenvolvendo, aplicando e tornando acessíveis soluções apropriadas para problemas de conservação⁷⁴.

Em 1972, foi criado o Canadian Conservation Institute – CCI, com o intuito de promover o cuidado adequado e a preservação do patrimônio cultural canadense,

⁶⁹ WARD, 2010, p. 29.

⁷⁰ BRIDGLANG, s/D. p. 30.

⁷¹ ICOM-CC *website*. Disponível em: <<http://www.icom-cc.org/250/about/history-of-icom-cc/#.WLICifkrLIU>>, acesso em outubro de 2016.

⁷² BRIDGLAND, s/d, p. 31.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem.

buscando o avanço da prática, da ciência e da tecnologia da Conservação⁷⁵. Todas estas instituições que citamos são altamente influentes nos estudos e análises para o desenvolvimento da Conservação enquanto ciência, melhorando sua aplicação prática na salvaguarda do patrimônio. No entanto, a que teve maior influência no ensino no Curso de Museologia foi justamente o instituto canadense, com o qual a Professora Violeta Cheniaux, teve maior acesso às publicações disponibilizando-as para os alunos⁷⁶. Este assunto será retomado no capítulo 3 desta dissertação.

Mas quais foram e como surgiram os primeiros laboratórios de Conservação em Museus no mundo? Ao final do século XVIII e ao longo do século XIX houve o despertar do interesse acerca do estudo científico de obras de arte e também da arqueologia, causando a criação de verdadeiros centros voltados para o estudo de conservação e restauração de obras de arte⁷⁷. Segundo apontado por Martínez Justicia (2000), o primeiro laboratório em um museu teria sido criado neste período, na cidade de Berlim, no *Staatliche Museen*⁷⁸. Pouco depois outros museus criaram seus próprios laboratórios. Optamos nesta dissertação por falar apenas sobre três destes laboratórios, a fim de não se tornar exaustiva a quantidade de informações e não nos perdermos do foco desta pesquisa. Os laboratórios escolhidos foram do Museu de Berlim, na Alemanha (1888), como já dito, o primeiro laboratório criado em um museu; o do Museu Britânico, em Londres (1919); e o *The Fogg Center for Conservation*, nos Estados Unidos (1928). Devemos destacar que no século XX que os laboratórios europeus e americanos passaram a realizar *workshops* para o treinamento, a troca e a disseminação das técnicas conservativas e restaurativas por eles desenvolvidas⁷⁹.

1.3.1 Museu de Berlim

O laboratório do Museu de Berlim está intimamente ligado ao desenvolvimento da Conservação enquanto ciência, através da atuação do químico alemão Friedrich Rathgen (1862-1942). Rathgen foi o primeiro químico a integrar uma equipe de museu, passando a integrar a equipe do Museu Real de Berlim, na Alemanha, em 1888⁸⁰. A partir dessa experiência publicou “A Conservação de Antiguidades” (1898), iniciando a prática da conservação enquanto ciência⁸¹. Na primeira parte da publicação, o autor

⁷⁵ Canadian Conservation Institute, disponível em: < <http://canada.pch.gc.ca/eng/1455217902429>>, acesso em outubro de 2016.

⁷⁶ CHENIAUX, Violeta: depoimento. [24 fev 2017]. Entrevistadora: Luana da Conceição Martins. Rio de Janeiro: RJ. 2017. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice A deste trabalho].

⁷⁷ MARTÍNEZ JUSTICIA, María José. Historia Y Teoría de la Conservación Artística. Madri: Tecnos, 2000. p. 390.

⁷⁸ Ibidem, p. 391.

⁷⁹ FRONER, 2008, p. 4

⁸⁰ CAPLE, 2000, p. 53

⁸¹ CAPLE, 2000, p. 53

descreve as transformações pelas quais os objetos da antiguidade clássica passaram antes e depois de serem desenterradas. Na outra parte da obra, ele explica os tratamentos e os métodos utilizados pelo Museu de Berlim para a conservação das coleções. Segundo Caple (2000, p.53), pode-se considerar que foi neste momento em que a Conservação se tornou uma disciplina profissional. Rathgen criou um laboratório, idealizou muitos dos primeiros tratamentos conservativos, alguns métodos utilizados até os dias atuais⁸². Também foi responsável pelo cuidadoso diagnóstico da natureza de degradação de artefatos da coleção do museu e monitorou o progresso dos tratamentos realizados⁸³.

Em 1915, Rathgen revisou e republicou seu livro “A Preservação de Antiguidades”. A nova versão, publicada em alemão, recebeu o título de “A Preservação de Antiguidades como Referência Especial para Etnografia, Folclore e Objetos de Museus”, mas poucos chegaram a ler esta versão, visto que após a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha perdeu prestígio e influência, como apontado por Caple⁸⁴. A partir de então foram mais conhecidos autores britânicos e americanos.

O laboratório, atualmente chamado *The Rathgen Research Laboratory* (Rathgen Laboratório de Pesquisa), continua desempenhando ações de conservação científica, onde também são feitas pesquisas sobre a preservação de monumentos e sítios arqueológicos. É o mais antigo laboratório científico de um museu, sendo herdeiro do laboratório do Museu Real de Berlim, criado por Rathgen⁸⁵.

A importância da inserção do estudo a partir da química nas ações de restauração foi um salto importante para o desenvolvimento desta ciência, como dito por Froner (2005)

Quando as ciências naturais, particularmente a Física e a Química, passam a fazer parte do corpus do conhecimento necessário à manipulação da matéria, critérios científicos provenientes dessas disciplinas tornam-se fundamentais para a compreensão da natureza e da estrutura dos artefatos antigos e das obras de arte, transformando significativamente o comportamento dos restauradores⁸⁶.

1.3.2 Museu Britânico

⁸² CAPLE, 2000, p.53

⁸³ Idem.

⁸⁴ CAPLE, 2000, p. 53-4

⁸⁵ Rathgen Research Laboratory, disponível em: <<http://www.smb.museum/en/museums-institutions/rathgen-forschungslabor/about-us/profile.html>>, acesso em agosto de 2016.

⁸⁶ FRONER, Yacy-Ara. Ciência da Conservação ou Conservação Científica? Hipóteses para uma reflexão. Disponível em: <<http://www.festivaldearte.fafcs.ufu.br/2005/comunicacao-28.htm>>, acesso em agosto de 2016.

A Primeira Guerra Mundial, que ocorreu entre 1914 e 1918, também teve impacto no campo da conservação. O laboratório do Museu Britânico, em Londres, Inglaterra, tem sua origem ligada ao fim do conflito. As coleções do museu, durante o período de guerra, foram armazenadas, para que ficassem a salvo dos bombardeios, no sistema de metrô de Londres, um lugar extremamente úmido. Quando foram abertas as caixas nas quais os objetos foram guardados, verificou-se que muitas obras estavam danificadas, apresentando quadros de mofo e corrosão⁸⁷. Para descobrir as causas dos danos e sugerir um tratamento adequado foi contratado Dr. Alexander Scott (1853-1947), em 1919. Scott tinha doutorado em Ciências Naturais e ocupava o cargo de Superintendente do Departamento de Pesquisa Científica e Industrial das instituições reais do Reino Unido⁸⁸. Ao ser contratado, Scott passou a dirigir o Laboratório de Pesquisa Científica do Museu Britânico, que foi criado um ano após sua entrada na instituição. Este laboratório realizou pesquisas sobre os mais importantes achados arqueológicos da época, gerando publicações que moldaram a conservação pelo resto do século.⁸⁹

Anos depois, Dr. Harold Plenderleith passou a integrar a equipe. Em 1934, publicou “Preservação de Antiguidades”, que representou a liderança do Museu Britânico na área da Conservação⁹⁰.

O Museu Britânico, sob a orientação de Plenderleith e Scott, pôde participar da conservação dos objetos escavados, principalmente de grandes achados arqueológicos, como a tumba de Tutankamon e na cidade de Ur, na Suméria. Ao se aposentar do Museu Britânico, em 1959, Plenderleith tornou-se o primeiro diretor do *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property*⁹¹ - (ICCROM), em Roma, na Itália⁹². Ainda em atividade, o laboratório atualmente recebe o nome de Departamento de Conservação, Documentação e Ciência.

1.3.3 Fogg Art Museum

No final da década de 20, do século XX, os norte-americanos começaram a contribuir mais efetivamente para o campo da Conservação, através da pesquisa sobre a pátina presente nos antigos bronzes e a preservação de espécimes de história natural

⁸⁷ CAPLE, 2000, p. 54.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ ODDY, Andrew. Harold Plenderleith and The Conservation of Antiquities and Works of Art. In: Intervención. Córdoba: 2011. Ano 2. N. 4. P. 56-72.

⁹¹ Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural.

⁹² ICCROM History, disponível em: < <http://www.iccrom.org/about/history/>>, acesso em agosto de 2016.

e antropológica⁹³. Em 1928, nos Estados Unidos, é criado por Edward W. Forbes, então diretor do Harvard University's *Fogg Museum*, o Centro *Straus* de Conservação e Estudos Técnicos, dedicado à conservação, à pesquisa e formação de profissionais⁹⁴, primeiro museu nos Estados Unidos a ter um departamento de pesquisa científica dedicado a conservação⁹⁵. Segundo Bewer (2010),

Com o benefício de pesquisas recentes sobre materiais, no entanto, o museu começou a preparar academicamente conservadores / restauradores para preservar e tratar obras de acordo com as determinações informadas pela ciência, bem como arte. A nova geração de profissionais investigou amostras de tinta em microscópio, utilizaram as recentes descobertas tecnológicas de raios-x, luz ultravioleta e fotografia infravermelha, e insistiram em uma documentação rigorosa⁹⁶.

O pioneirismo deste laboratório na América é indiscutível, assim como sua importância no cenário nacional e internacional a partir da década de 30⁹⁷. Este centro realiza até hoje trabalhos específicos de conservação, além de trabalhar no desenvolvimento de novos métodos, técnicas e no treinamento de profissionais da conservação⁹⁸.

1.4 O desenvolvimento das práticas preservacionistas no Brasil

Podemos afirmar que em nosso país, o desenvolvimento de um pensamento voltado para a proteção do patrimônio nacional ganhou destaque no país durante o século XX, quando é criado o primeiro órgão federal voltado para este fim, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Consideramos que outros movimentos que visavam à preservação do patrimônio nacional foram as criações de museus, dentre os quais podemos destacar o Museu Histórico Nacional (1922)⁹⁹, o Museu Nacional de Belas Artes (1937)¹⁰⁰ Museu Imperial (1940)¹⁰¹, Museu da República

⁹³ CAPLE, 2000 p.54.

⁹⁴ Harvard Museums disponível em: <<http://www.harvardartmuseums.org/teaching-and-research/research-centers/straus-center-for-conservation-and-technical-studies>>, acesso em agosto de 2016.

⁹⁵ BEWER, Francesca G. A Laboratory of Art/ Harvard's Fogg Museum and the Emergence of Conservation in América, 1900-1950. Harvard Art Museum: Cambridge, 2010. p. 12.

⁹⁶ BEWER, 2010, p. 12.

⁹⁷ BEWER, 2010, p. 14.

⁹⁸ Harvard Museums disponível em: <<http://www.harvardartmuseums.org/teaching-and-research/research-centers/straus-center-for-conservation-and-technical-studies>>, acesso em agosto de 2016.

⁹⁹ Brasil. Decreto n. 24.735, de 02 de agosto de 1922: Cria o Museu Histórico Nacional e aprova o seu regulamento. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ. 02 de agosto de 1922. Seção 1, p. 16081.

¹⁰⁰ BRASIL. Decreto-Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937: Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ. 13 de janeiro de 1937. Seção 1, p. 1210.

¹⁰¹ BRASIL. Decreto-Lei n. 2.096, de 29 de março de 1940: Cria, na cidade de Petrópolis, o Museu Imperial. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ. 29 de março de 1940. Seção 1, p. 5426.

(1960)¹⁰². No MHN houve ainda a criação de uma seção voltada para a Inspeção do Patrimônio Nacional¹⁰³. É interessante pensarmos sobre o desenvolvimento dessas práticas no Brasil para assim podermos comparar seus impactos na formação do Curso de Museus, criado em 1932, dentro do Museu Histórico Nacional. Devemos nos questionar o porquê de se criar um curso de museus em um período com tão poucas instituições do gênero no país. Também devemos refletir sobre os conteúdos ministrados, como seria o perfil desse profissional e como o campo de Preservação e Conservação se encontrava no mesmo período.

Ao longo da História do Brasil, podemos apontar outras ações que tinham por objetivo proteger o que era considerado patrimônio no contexto nacional. No entanto, devemos destacar que tais medidas não se comparam com as ações feitas no século XX, mas indicam o desejo de preservação. Segundo Malhano¹⁰⁴, Rodrigo Melo Franco de Andrade¹⁰⁵ realizou levantamento de pelo menos duas ações de preocupação com o patrimônio no período colonial. Uma em 1721 e outra em 1742. A primeira ação se refere a um Alvará expedido pelo rei D. João V cujo objetivo era defender e inventariar os edifícios. A segunda foi uma campanha realizada por D. André de Melo e Castro, chamado Conde de Galveias, enquanto vice-rei do Brasil (1735-1749). Esta campanha buscava a proteção do Palácio das Duas Torres, construído por João Maurício de Nassau, em Recife. O governador de Pernambuco tinha a intenção de transformar o palácio em quartel de tropas local. O Conde de Galveias protestou contra esta medida, por meio de carta, pois, segundo ele, esta mudança descaracterizaria o prédio¹⁰⁶.

Podemos destacar ainda no século XVIII, uma ordem régia de D. Maria I, em 1792. Esta ordem determinava que o governador de Minas Gerais estabelecesse “umas memórias anuais dos novos estabelecimentos, fatos e casas mais notáveis e dignos de história que tivessem sucedido desde a fundação desta capitania”¹⁰⁷. Durante o Primeiro Reinado (1822-1831), o Período Regencial (1831-1840) e o Segundo Reinado (1840-1889) não há registro de movimentos de preservação do patrimônio histórico colonial¹⁰⁸.

¹⁰² Brasil. Decreto n. 47.883, de 08 de março de 1960: Inclui na estrutura do Museu Histórico Nacional órgãos que consistirão o museu da república e a divisão de história artística e literária. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ. 08 de março de 1960. Seção 1, p. 3905.

¹⁰³ Brasil. Decreto nº n. 24.735, de 14 de julho de 1934: Aprova o novo regulamento do Museu Histórico Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ. 12 de julho de 1934. Seção 1, p. 0000.

¹⁰⁴ MALHANO, 2002. P.76.

¹⁰⁵ Belo Horizonte, 1898 – Rio de Janeiro, 1968. Foi Escritor, advogado e jornalista. Dirigiu o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN, de 1937 a 1964.

¹⁰⁶ MALHANO, 2002, p. 76

¹⁰⁷ MEC/Pró-Memória apud MALHANO, 2002, p. 76

¹⁰⁸ MALHANO, 2002, p. 76

No entanto, no Primeiro Reinado devemos dar destaque à criação da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), em 1826, na cidade do Rio de Janeiro. A criação da AIBA marca o início do ensino artístico no país seguindo moldes europeus¹⁰⁹. O ensino sistemático de belas artes proporcionou aos alunos formação científica e humanística, organização de exposições, concursos e também a conservação do patrimônio. Durante a direção de Manuel Araújo Porto Alegre¹¹⁰ (1808-1879), primeiro brasileiro a gerir a AIBA, foi realizada a maior reforma no ensino que a instituição sofreu durante o Império. Na chamada Reforma Pedreira (1854-1857), foram introduzidas pelo artista mudanças que “buscavam adaptar a instituição aos progressos técnicos de meados do século XIX, e fazer da corte imperial, o Rio de Janeiro, uma cidade sintonizada com a “civilização”. É com este objetivo que o pintor faz da técnica um dos temas centrais na formação dos alunos durante sua gestão.”¹¹¹ Dentre as bibliografias que compunham as aulas mais voltadas para a análise das técnicas, devemos destacar a presença de temas como a conservação e principalmente a restauração de obras de arte, tais quais destacamos: “*Ristauratore dei Dipinti*”, de Giovanni Secco-Suardo¹¹², de 1866; “*Tableaux du Louvre*”, de Émile Galichon¹¹³, 1860; “*Dirty and Pictures separated in the Works of the Old Masters*”, de Henry Merrit, 1854.

Se por um lado foi inserido o estudo das técnicas de pintura e de restauração na AIBA, durante o período do Segundo Império não existem registros de ações efetivas voltadas para a preservação do patrimônio histórico. Tal fato chama a atenção visto que o imperador D. Pedro II era muito interessado pelos estudos históricos e além do fato de D. Pedro ter trocado correspondências com Viollet-le-Duc¹¹⁴ e chegou a conceder ao mesmo, em 31 de março de 1873, a Insígnia de Cavaleiro da Ordem da Rosa¹¹⁵.

1.4.1 Inspeção de Monumentos Nacionais

¹⁰⁹ ACADEMIA Imperial de Belas Artes (Aiba). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicao511920/academia-imperial-de-belas-artes-aiba>>. Acesso em: 04 de Nov. 2017. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

¹¹⁰ Teve importante atuação em instituições culturais do Segundo Reinado. Foi pintor, crítico de arte, jornalista e poeta, entre outras atividades.

¹¹¹ SQUEFF, 2000, p.103.

¹¹² Nascido em Bérgamo, Itália, tinha grande interesse por coleções de arte, realizando estudos sobre técnicas artísticas, realizando frequentes visitas nos mais famosos estúdios de Milão. Estudou também técnicas de restauração de pinturas tendo contato com diversos restauradores italianos e estrangeiros procedendo a análise e comparação de diferentes métodos de restauração. Um de seus principais livros sobre o tema é a bibliografia estudada na AIBA.

¹¹³ Historiador, crítico de arte e colecionador nascido em Paris. Foi dono da *Gazette des Beaux-Arts*, revista referência na área da História da Arte.

¹¹⁴ MALHANO, 2002, p. 18

¹¹⁵ MALHANO, 2002, p. 73.

A Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), enquanto seção do Museu Histórico Nacional, promoveu ações de preservação, conservação, restauração e, até mesmo, musealização/patrimonialização, através do registro iconográfico e documental, de monumentos da cidade de Ouro Preto, na década de 30. A criação de uma seção voltada para a preservação do patrimônio ocorre em um período no qual houve intensificação da destruição e abandono de monumentos e locais importantes para a história do Brasil¹¹⁶. Além de tentativa de definir o que seria o “nacional brasileiro”¹¹⁷.

Gustavo Barroso, então diretor do museu, foi o principal articulador para o estabelecimento da seção de inspeção de monumentos junto ao Ministério da Educação, como fica claro na citação a seguir:

[...] o Ministro da Educação Dr. Washington Pires, influenciado pela exposição que lhe fiz apoiado por seu chefe de gabinete, Heitor de Faria, decidiu comigo numa noite e criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, primeiro organismo oficial do Brasil encarregado da defesa dos nossos monumentos, posto sob a minha direção¹¹⁸.

A criação da IMN também visava a proteção dos objetos de arte e história do Brasil que estavam sendo altamente comercializados para fora do país¹¹⁹. O serviço de Inspeção de Monumentos Nacionais foi instaurado pelo Decreto Federal n. 24.735, em 14 de julho de 1934, que define o novo regulamento do MHN. A Inspetoria funcionava enquanto seção do museu e foi projetada para atuar em todos os centros históricos do país. No entanto, como apontado por Magalhães¹²⁰, durante sua breve existência, restringiu sua atuação à cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. Em 1937 com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), a IMN deixou de realizar suas ações.

Em seu decreto de instituição não fica bem definido quais bens deveriam ser protegidos pela IMN, sendo apenas denominados “monumentos nacionais”¹²¹. No primeiro artigo do decreto é atribuído ao MHN a função de inspecionar os Monumentos Nacionais e o comércio de objetos artísticos históricos. A administração caberia ao diretor do Museu. Quando se tratasse de desapropriação, os bens deveriam ser

¹¹⁶ Magalhães, Aline M. Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais. (1934-1937). Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 2004.p. 12.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ BARROSO, Gustavo. A Defesa de Nosso Passado. In: Anais do Museu Histórico Nacional. Nacional, Vol. 4. Rio de Janeiro: 1943, p. 584-5.

¹¹⁹ Op. cit, 2004, p. 28-9.

¹²⁰ MAGALHÃES, 2004, p. 12.

¹²¹ Brasil. Decreto nº n. 24.735, de 14 de julho de 1934: Aprova o novo regulamento do Museu Histórico Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ. 12 de julho de 1934. Seção 1, p. 0000.

transferidos para a estrutura do Museu Histórico Nacional¹²². Os bens imóveis que fossem classificados como monumentos nacionais não poderiam ser demolidos, reformados ou transformados sem a autorização e vistoria do MHN. Porém, as ações de conservação e consertos urgentes que não alterassem o bem poderiam ser realizadas sem licença e fiscalização da Inspetoria¹²³.

A IMN começou a atuar apenas no final de 1935, limitando suas ações à cidade histórica de Ouro Preto. No local foram selecionados para restauração templos, pontes e chafarizes, espaços designados por Gustavo Barroso, enquanto inspetor, como monumentos nacionais, visto que como já dito, no decreto n. 24.735 não é definido o que seria Monumento Nacional¹²⁴. A preferência de Barroso pelos templos, pontes e chafarizes de Ouro Preto, deixa claro que o intelectual os via como monumentos históricos capazes de contar e representar a história do Brasil.

A cidade de Ouro Preto foi elevada à categoria de Monumento Nacional em 1933, através do Decreto Federal N. 22.928, um importante passo para a sua preservação. Talvez seja esta uma das razões de Barroso a ter escolhido para iniciar as atividades da Inspetoria, como apontado por Magalhães¹²⁵. Após a transferência da capital de Minas Gerais, saindo de Ouro Preto para Belo Horizonte, a cidade ficou conservada nos moldes em que fora construída, não tendo passado por grandes processos de modernização e consequente descaracterização. Outro motivo que podemos suscitar como justificativa da escolha de Barroso por começar pelo estado de Minas, se baseia em seu texto “A Defesa de Nosso Passado”, publicado pelo mesmo nos Anais do Museu Histórico Nacional, em 1943. Neste texto, Barroso inicia falando sobre a primeira ação no país para a proteção do patrimônio, sendo esta no referido estado¹²⁶. A primeira vez que a ideia de defesa e restauração do patrimônio nacional teria levantado interesse oficial, seria em 1928, com o apoio do estadista Antônio Carlos¹²⁷, que ocupava o cargo de presidente do Estado de Minas Gerais. Barroso rememora ainda a visita que fez a Ouro Preto, em 1926, destaca que naquele ano, a cidade, segundo suas palavras, “[...] não era o que hoje se visita restaurado e

¹²² Idem.

¹²³ Idem.

¹²⁴ MAGALHÃES, 2004, p. 99.

¹²⁵ MAGALHÃES, 2004, P. 12.

¹²⁶ BARROSO, Gustavo. A defesa do nosso passado. In: Anais do Museu Histórico Nacional. Imprensa Nacional, vol. 4, 579-584, 1943.

¹²⁷ Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (Barbacena, 1870 — Rio de Janeiro, 1946) foi político, prefeito de Belo Horizonte, presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, senador da República, presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1932-1933, ministro de estado e presidente do estado de Minas Gerais.

alindado.”¹²⁸. E foi justamente no retorno para o Rio de Janeiro, que Barroso e os que o acompanhavam, Capitão Pedro Gomes e o Dr. Augusto de Lima, concordaram “ser necessário e urgente trabalhar pela defesa daquele patrimônio que se esfacelava”¹²⁹. Barroso, por ser o único do grupo que atuava já na área por ele chamada “guarda das relíquias da Pátria”¹³⁰, se pôs na posição de responsável por conscientizar os poderes públicos. Dois anos depois, o diretor do Museu Histórico Nacional retornou à Ouro Preto, visitando também Mariana. Segundo seu relato, ambas estavam em estado de degradação mais avançado do que na visita anterior. Entrou em contato com o então presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos, que destinou a quantia de 200 contos para a realização de obras de reparo nos monumentos, ficando Barroso responsável por fiscalizar os serviços¹³¹. O diretor do MHN chegou a ser convidado pelo Presidente de Minas Gerais para preparar um projeto de lei voltado para a proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico e da criação de um Museu Histórico e Arquivo do Estado, no entanto, questões políticas impediram os intentos do governador¹³².

A primeira ação efetiva de Barroso como inspetor de monumentos nacionais foi a criação de um documentário iconográfico sobre este patrimônio. Tal material servia para substanciar os trabalhos de conservação dos monumentos e, de certa forma, preservar os monumentos que sofreram alterações após seu registro iconográfico ou deixaram de existir¹³³.

A equipe da IMN contava apenas com o inspetor (Gustavo Barroso) e um engenheiro¹³⁴. Tudo o que era moderno e foi inserido nas edificações era retirado nos processos de restauração. Assim como também foram inseridos elementos que não se sabia exatamente se eram iguais ou não aos que havia nas construções em outros tempos. Notamos aqui, certa influência do pensamento de Viollet-le-Duc nas ações de Barroso¹³⁵.

Tudo o que fosse considerado monumento móvel era encaminhado para o MHN, como, por exemplo, anjos barrocos e oratórios portáteis. Este movimento indica a função do museu em guardar o que fosse parte do patrimônio e que deveria ser preservado¹³⁶. Para ser considerado patrimônio nacional, o bem móvel ou imóvel deveria se referir, de

¹²⁸ BARROSO, Gustavo. A Defesa de Nosso Passado. In: Anais do Museu Histórico Nacional. Nacional, Vol. 4. Rio de Janeiro: 1943, p. 580.

¹²⁹ BARROSO, 1943, p. 580

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Ibidem, p. 583

¹³² Idem.

¹³³ MAGALHÃES, 2004, p. 93.

¹³⁴ Magalhães, 2004, p. 101.

¹³⁵ Ibidem, p. 104.

¹³⁶ MAGALHÃES, 2004, p. 110.

alguma forma, ao passado que era construído no âmbito do MHN: se referir ao Exército, ao Estado e a nobreza brasileira¹³⁷. As ações realizadas pela Inspetoria foram registradas também no quinto volume dos Anais do Museu Histórico Nacional¹³⁸, publicado em 1944. Nesta publicação estão presentes o plano para a restauração da Cidade de Ouro Preto, trata dos chafarizes, fontes e pontes recuperados, como ocorreu a execução dos serviços, entre outras informações.

Como dito anteriormente, com a Criação do Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937, as ações de inspeção dos monumentos deixaram de ser realizadas pelo MHN. Gustavo Barroso, em seu texto “A defesa de nosso passado”, demonstra certo desapontamento com o que pode ter sido uma falta de reconhecimento de suas atividades em Ouro Preto em nome da IMN:

Durante cerca de quatro anos exerci gratuitamente as funções de Inspetor de Monumentos, sem que o governo me desse ao menos passagens para ir a Ouro Preto, o que eu fazia duas ou três vezes por ano a minha custa. Assessorado por Epaminondas de Macedo, tendo gasto simplesmente 200 contos, entreguei Ouro Preto quase toda restaurada ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que substituiu a minha primitiva, humilde e gratuita Inspetoria.¹³⁹

A criação do SPHAN, segundo Magalhães (2004) teria dado início ao processo de esquecimento das ações empreendidas pela Inspetoria, tirando-lhe o reconhecimento de seu pioneirismo¹⁴⁰. Podemos então sugerir que seria justamente esta falta de reconhecimento o que motivou ao que podemos chamar de desabafo de Gustavo Barroso ao final de seu texto “A defesa de nosso patrimônio”, datado de 1943. O movimento de criação deste órgão contou com a participação dos intelectuais modernistas, integrantes da Semana de Arte Moderna de 1922, e Barroso “sempre se posicionou a favor das permanências, no grupo dos ‘antigos’, contrariando as correntes modernas de pensamento”¹⁴¹. Estas diferentes visões provavelmente contribuíram para que houvesse uma distinção e até mesmo, apagamento, das ações feitas pela Inspetoria.

1.4.2 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

Na década de 30, do século XX, a pedido de Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde Pública, Mário de Andrade redige um anteprojeto para a criação

¹³⁷ Ibidem, p. 113.

¹³⁸ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Anais do Museu Histórico Nacional. Vol. V. Rio de Janeiro: 1944. 212 páginas.

¹³⁹ BARROSO, 1943, p. 585.

¹⁴⁰ MAGALHÃES, 2004, p.12.

¹⁴¹ Ibidem, p. 28.

do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, sendo entregue em março de 1936¹⁴². Em 19 de abril do mesmo ano, Getúlio Vargas autoriza o funcionamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN em caráter experimental. Rodrigo Melo Franco de Andrade¹⁴³ assume a direção. Em outubro do mesmo ano, Vargas enviou ao Congresso um projeto de lei que visava a fixação dos princípios fundamentais da proteção do Patrimônio Histórico e Artístico, além da definição do plano de ação dos poderes públicos no que se refere ao supracitado tema¹⁴⁴. Em 1937 é criado oficialmente o SPHAN, atualmente denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O SPHAN era responsável pela realização de levantamentos, estudos, catalogação e proteção de monumentos¹⁴⁵. O Decreto-Lei N.º 25, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, traz em seu primeiro artigo a definição do que constitui o patrimônio nacional:

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico¹⁴⁶.

Ainda no mesmo artigo, em seu primeiro parágrafo, encontramos a definição de como deve ocorrer um dos principais meios de preservação de bens tangíveis no país, o Tombamento:

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.¹⁴⁷

O Tombamento se constitui em:

[...] um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual ou municipal [...] O objetivo é preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo

¹⁴² MALHANO, 2002, p. 86.

¹⁴³ Belo Horizonte, 1898 – Rio de Janeiro, 1969. Advogado, jornalista e escritor.

¹⁴⁴ MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. *Da Materialização à Legitimação do Passado: a monumentalidade como metáfora do Estado 1920-1945*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna. 2002. p. 86.

¹⁴⁵ BRASIL. Decreto–Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937: Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ. 30 de novembro de 1937.

¹⁴⁶ BRASIL. Decreto–Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937: Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ. 30 de novembro de 1937.

¹⁴⁷ Ibidem. Art.1º §1º.

para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens.¹⁴⁸

Os quatro Livros de Tombo citados no §1º são: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, onde são inscritos os bens pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular; Livro do Tombo Histórico, onde são inscritos os bens de interesse histórico e as obras de arte histórica; Livro do Tombo das Belas Artes, contemplando exemplares de arte erudita, nacional ou estrangeira; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas, que são as obras que se incluem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras¹⁴⁹. Devemos ressaltar ainda o Decreto-Lei N.º 3.866, de 1941, que instaura a possibilidade de cancelamento de tombamento ou destombamento, “atendendo a motivos de interesse público”, através de decisão do Presidente da República. Notamos aqui como o tombamento se constitui também em ato político. Uma vez que pode ser desfeito a partir da utilização do Decreto N.3.866. Podemos nos questionar, portanto, se o tombamento se constitui em real instrumento de proteção do patrimônio nacional.

Os bens que entram para os Livros de Tombo ou de Registro têm sua preservação do ponto de vista legal assegurada. Além de sua valoração e, possibilidade de maior divulgação. Ao lembrar-nos do conceito de Patrimônio presente na Roma Antiga, podemos notar nos dias atuais a manutenção do entendimento da necessidade de preservação e de transmissão do patrimônio. Tomba-se para manter o bem preservado, registra-se para que a manifestação intangível tenha sempre manutenção, através da transmissão.

O que podemos destacar após este breve histórico sobre a Preservação e a Conservação do patrimônio, é que o Homem, desde as primeiras organizações enquanto sociedade tinha em si a necessidade de preservar, sejam registros do dia a dia ou objetos considerados importantes. Com o passar dos séculos, voltou cada vez mais sua atenção e cuidado para a preservação, estabelecendo também conceitos como o de Patrimônio. Foram criadas instituições para discutir ações preservacionistas ampliando e enriquecendo as discussões sobre o tema, bem como se desenvolveu, dentro de laboratórios de museus, a conservação científica, buscando avaliar a origem da degradação dos objetos museológicos. Ao voltarmos nosso olhar ao Brasil, constatamos como nosso país só passou a desprender maior atenção ao seu patrimônio no século XX, provavelmente por influência das organizações internacionais criadas no

¹⁴⁸ Portal do Iphan:
<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12576&retorno=paginalphan>, acesso em dezembro de 2015.

¹⁴⁹ Idem.

em outros países. Seja através de medidas de preservação ou ações mais diretas como a conservação-restauração, o que fica claro é que o Homem sempre buscou a manutenção daquilo que lhe era importante, apenas aprimorando os meios de atingir esse objetivo. Cabe agora nos perguntarmos como o Curso de Museus e a formação do profissional museólogo se inserem neste contexto, principalmente a partir do ensino de Conservação no supracitado Curso, desde 1932 até os dias atuais.

CAPÍTULO 2

OS PRIMEIROS QUARENTA ANOS DO CURSO DE MUSEUS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

2 – OS PRIMEIROS QUARENTA ANOS DO CURSO DE MUSEUS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Para realizar a reflexão sobre o ensino de Conservação-Restauração na formação do museólogo, tendo como contexto o Curso de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, optamos por iniciar esta análise discutindo sobre os anos iniciais do referido curso, quando ainda era integrado ao Museu Histórico Nacional e denominado Curso de Museus.

Dentro das variadas opções que encontramos para dar prosseguimento a este estudo, decidimos organizar as fontes primárias referentes às primeiras quatro décadas do Curso de Museus a fim de dividi-las em dois grupos: Matrizes Curriculares do Curso e programas de disciplinas. Esta organização foi feita a fim de facilitar a observância de cada momento de alterações dentro do Curso. Ao observar primeiro as alterações curriculares nos fluxogramas, somos capazes de ter uma ampla visão das mudanças. E após, recortando este olhar, focando-o nas disciplinas cujo conteúdo abrangesse as áreas de nosso interesse na presente pesquisa: Conservação e Restauração e seu ensino. A apresentação ocorrerá de forma cronológica, iniciando em 1932 com a primeira Matriz Curricular do Curso.

2.1 1932: Primeira Matriz Curricular do Curso de Museus

Criado em 1922, no governo de Epitácio Pessoa, e tendo já o interesse em criar um curso que formasse profissionais capacitados para atuarem na própria instituição¹⁵⁰, o Museu Histórico Nacional foi instituído “como escola de patriotismo, para o culto do nosso passado”¹⁵¹. A década seguinte foi momento de grandes transformações políticas no que se refere à História de nosso país. Em 1930 ocorre no país a chamada “Revolução de 30”. Sendo sucintamente explicada, consistiu em movimento armado, tendo como liderança os estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, culminando com um golpe de Estado, sendo deposto o então presidente Washington Luís e impedindo a posse do presidente eleito nas eleições daquele ano, Júlio Prestes e pondo fim à chamada República Velha¹⁵². Tomando posse o candidato da oposição Getúlio Vargas. Mas como este fato teve impacto no Curso de Museus criado dois anos

¹⁵⁰ Fica-nos clara esta intenção, pois em seu decreto de criação Decreto n. 24.735, de 02 de agosto de 1922, já era prevista a implantação de um Curso Técnico no âmbito da instituição. Este seria comum ao Museu, a Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional.

¹⁵¹ Brasil. Decreto nº n. 24.735, de 02 de agosto de 1922: Crêa o Museu Historico Nacional e approva o seu regulamento. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ. 02 de agosto de 1922. Seção 1, p. 16081.

¹⁵² SOUZA, Rainer. A Revolução de 1930: Principais fatos da Revolução de 1930. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/historiab/revolucao-30.htm>>, acesso em dezembro de 2016.

após o ocorrido em nossa política? Para responder a esta pergunta devemos analisar o que Barros (2005) denomina Micro-História¹⁵³:

Perspectiva historiográfica surgida na Itália a partir das últimas décadas do século XX, e que propõe ao historiador uma redução na sua escala de observação [...] O aspecto microsossial examinado pode ser determinada dimensão da realidade, a trajetória de determinados atores sociais, uma vida, um padrão muito específico de discursos, uma prática, um núcleo de representações.¹⁵⁴

Gustavo Barroso era muito ativo na política nacional do período e, em função disso, em dezembro de 1930, foi afastado da direção do museu por Getúlio Vargas por ter apoiado Júlio Prestes nas eleições daquele ano para presidente do Brasil¹⁵⁵. Barroso foi substituído por Rodolfo de Amorim Garcia¹⁵⁶ até novembro de 1932. E nesse curto período em que esteve ausente da direção do curso foi implantado o Curso de Museus, curso este idealizado por Barroso. Antes devemos esclarecer que no decreto de criação do MHN estava prevista a criação de um curso técnico, sendo um curso comum ao MHN, à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Nacional, pensado por Barroso, para a formação de profissionais para ocuparem o cargo de terceiro oficial do museu e amanuense da BN e do Arquivo Nacional¹⁵⁷. No entanto, nunca foi efetivamente instituído. Desta forma, somente em 1932 é que foi criado o Curso, não estando ligado às outras instituições, ficando restrito ao MHN. Foi implantado durante a gestão de Rodolfo Garcia. Segundo Magalhães:

A disciplinarização das técnicas de museus dava credibilidade ao trabalho historiográfico na montagem das exposições, pois adequava-se ao regime de historicidade rankeano, que vigorava na época, ou seja, preocupado com a pesquisa empírica, feita a partir de fontes autênticas e voltada para a comprovação da verdade de como os fatos aconteceram efetivamente.¹⁵⁸

A implantação do Curso de Museus no cenário brasileiro da década de 30 deve ser destacado diante do cenário cultural do momento. No período havia poucos museus no país e segundo Sá (2007) foi um marco, funcionando como um laboratório para o desenvolvimento teórico e prático da Museologia no país¹⁵⁹. Criar um curso voltado para

¹⁵³BARROS, José D'Assunção. O Projeto de Pesquisa em História. Editora Vozes: Petrópolis, 2005. P. 213-214.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ MAGALHÃES, 2004, p. 43.

¹⁵⁶ Rodolfo Garcia (Ceará, 1873 – Rio de Janeiro, 1949) foi historiador e membro do IHGB e da Academia Brasileira de Letras (ABL). Também foi diretor da Biblioteca Nacional.

¹⁵⁷ Brasil. Decreto nº n. 24.735, de 02 de agosto de 1922: Crêa o Museu Historico Nacional e approva o seu regulamento. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ. 02 de agosto de 1922. Seção 1, p. 16081.

¹⁵⁸ MAGALHÃES, 2004, p. 48.

¹⁵⁹ SÁ, 2007. p. 11.

a formação de profissionais de museus, representou um passo audacioso e visionário de Gustavo Barroso. Nas palavras de Rússio, naquele período,

[...] os cursos técnicos representavam um avanço no ensino, em escala mundial, e eram a *coqueluche* dos então inovadores pedagógicos. Quando, 30 anos depois, esse curso adquire estatuto universitário, mantém ainda o seu caráter pioneiro, não apenas no Brasil, mas em relação à maioria dos países sul-americanos.” (grifo da autora)¹⁶⁰

O Curso de Museus era previsto para ter duração de dois anos, somando uma carga horária total de 810 horas. Esta carga horária era dividida entre 9 disciplinas obrigatórias, sendo 5 pertencentes ao primeiro ano e 4 ao segundo. O que chama a atenção é que neste primeiro momento, todas as disciplinas tinham aparentemente cargas horárias iguais, 90 horas. Porém, a principal disciplina do Curso, Técnica de Museus era dividida em duas partes: Parte Geral e Epigrafia e Cronologia. Somando 180h voltadas para o ensino de técnica de Museus, que segundo Barroso “Entende-se por técnica de museus o conjunto de regras, princípios, observações e conhecimentos indispensáveis à organização e funcionamento dum museu”¹⁶¹. Cabe destacar que durante a pesquisa realizada no Núcleo de Memória da Museologia no Brasil – NUMMUS, encontramos fluxograma de disciplinas denominado “Curso de Museus – MHN / Matriz Oferecida na Prática (1932-1938)”, onde constam apenas sete disciplinas, mas mantendo o somatório total de carga horária em 810 horas. No entanto, as disciplinas Arqueologia e Técnica de Museus tiveram carga horária dobrada. Esta segunda passou a apresentar apenas a Parte Geral, sendo oferecida somente no segundo ano de Curso.

Gustavo Barroso neste período acumulou os cargos de Diretor do Museu, do Curso e professor de Técnica de Museus. E era justamente em Técnica de Museus, em sua Parte Geral, que era oferecido aos alunos noções sobre organização, arrumação, catalogação e classificação de objetos e Restauração¹⁶². No programa de disciplina de Técnica de Museus, presente nas Instruções para Matrícula no Curso de Museus¹⁶³, não são apresentadas as referências bibliográficas utilizadas por Barroso para as aulas, no entanto, no livro “Introdução à Técnica de Museus” encontramos as referências. Dentre elas podemos destacar publicações do Escritório de Museus,

[...] como a revista *Museion* (1927-46), *Musées et Monuments* (1932-35), *La Conservation des Monuments d'Art et d'Histoire*” (1933),

¹⁶⁰ Rússio, 1986, p. 228.

¹⁶¹ BARROSO, 1951, p. 7.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Museu Histórico Nacional. Instruções para Matrícula no Curso de Museus. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro: 1941. p. 11-12.

Museographie (1935), Traité de Museologie (1935) e ainda artigos da revista *L'Architecture d'aujourd'hui, como La protection internationale des monuments historiques et des oeuvres d'art en temps de guerre (1937)* e *Air et lumière dans les musées(1938)*, de Euripede Foundoukidis, que correspondiam aos estudos mais recentes em termos de museologia, patrimônio e preservação¹⁶⁴.

A supracitada disciplina era dividida em quatro partes: organização; arrumação; catalogação; e classificação. Organização abordava tópicos referentes à finalidade, regulamentação, quadro de funcionários e estudos e cursos. Por sua vez, a parte sobre Arrumação trazia tópicos sobre condições pessoas, gosto, propriedade, simetria, efeitos de luz, perspectivas e fundos, ou seja, abordava temas referentes à museografia. Na parte responsável pelo ensino da catalogação eram estudados catálogos descritivos, catálogos comentados, fichários, cronologia e epigrafia¹⁶⁵. Nas instruções para matrícula não foi localizado item referente à parte de classificação explicando seu conteúdo.

A primeira turma do Curso contou com 25¹⁶⁶ alunos inscritos. Dentre eles podemos destacar Adolpho Dumans, que atuou como Conservador do MHN na década de 40 e publicou o primeiro texto relativo ao Curso de Museus.

Em 1934, o Curso passou por uma pequena alteração curricular, regida pelo Decreto n. 24.735, de 14 de julho de 1934, que aprovou o novo regulamento do Museu Histórico Nacional e instituiu a seção de Inspeção de Monumentos Nacionais (IMN) apresentada no capítulo anterior. No entanto, as aulas no curso de Museus permaneceram sendo ofertadas como anteriormente. Durante os primeiros doze anos (1932-1944), com a vigência dessa Matriz Curricular, o Curso formou cerca de 157¹⁶⁷ Conservadores de Museus.

2.2 A Década de 40 no Curso de Museus

Na década de 40, o Curso de Museus passa pela sua primeira grande reforma curricular. Devemos destacar, antes de falar da Reforma Curricular do Curso feita em 1944, sobre o cenário nacional da época, vendo seus efeitos no ensino no MHN. Segundo Seoane (2016, p. 49), o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, buscou a organização do Serviço Público, incluindo também os processos admissionais, ou seja, concursos públicos, nesta alteração. Em 1936 foi criado o Conselho Federal do Serviço

¹⁶⁴ SÁ, 2007. p. 14.

¹⁶⁵ Museu Histórico Nacional. Instruções para Matrícula no Curso de Museus. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro: 1941. p. 11-12.

¹⁶⁶ CRUZ, SÁ, 2007, p. 30.

¹⁶⁷ CRUZ, SÁ, 2007.

Público Civil e dois anos após, em 1938, o Conselho foi substituído pelo Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, causando a elaboração efetiva de concursos públicos¹⁶⁸.

Pouco depois da criação do DASP, em 1940 ocorre o primeiro concurso público para Conservador de Museu, constando este termo na descrição das instruções para o concurso¹⁶⁹. Por ter apenas o curso do Museu Histórico Nacional naquela época, todos os 10 classificados eram egressos do supracitado Curso. Com a publicação de suas normas e procedimentos para a realização em 1939, o primeiro concurso para Conservadores de Museus, denominado “Concurso para Provimento em Cargos da Classe Inicial da Carreira de Conservador do Ministério da Educação e Saúde”¹⁷⁰ teve início. O desenvolvimento do concurso, de acordo com as normas, era dividido em duas partes: provas de seleção e provas de habilitação. As provas de seleção consistiam em prova de sanidade, prova de capacidade física, elaboração e apresentação oral de monografia e prova prática de técnica de museus, que consistiria na classificação de um objeto. Já as provas de habilitação consistiam em prova escrita de idioma estrangeiro e prova escrita de História do Brasil ou de História da Arte. As provas foram realizadas na Escola Nacional de Belas Artes. Os conservadores que fossem aprovados seriam encaminhados para vagas de trabalho neste mesmo museu, no Museu Histórico nacional e “podendo ainda ser aproveitados em outros museus subordinados ao Ministério da Educação”¹⁷¹

Para Seone, ao analisar o conteúdo cobrado pelo concurso e o ensinado no Curso de Museus concluiu que eram conteúdos muito próximos, justamente por ser a

única instituição que promovia o ensino do trabalho em museus. Além disso, das “condições de inscrição”, se exigia a apresentação do diploma do Curso de Museus. No que se refere ao peso das notas para a classificação, as avaliações que mais valiam eram a apresentação oral da Monografia e a prova prática de Técnica de Museus (3 e 3 pontos), o restante das avaliações valiam 2 pontos, demonstrando assim a necessidade do saber prático em relação aos acervos. (SEOANE, 2016, P. 92)

Contudo o que queremos evidenciar ao tratar sobre o Concurso de 1940 foi a observância da necessidade de adaptação do currículo do Curso de Museus e da necessidade de novos olhares sobre o conteúdo ministrado aos alunos. Uma das principais evidências disso é constatada ao olharmos o Decreto n. 17.078, de 13 de

¹⁶⁸ SEOANE, 2016, p. 49.

¹⁶⁹ Museu Histórico Nacional 1941. p. 1-6.

¹⁷⁰ Idem.

¹⁷¹ “Um Concurso inédito no Brasil: Em provas os candidatos a conservadores de museus.” 3 de março de 1939. (Coleção Regina Liberalli – NUMMUS).

julho de 1944, que trata sobre os objetivos do Curso, e onde notamos sensível ampliação. Se em 1932 o objetivo era a formação de profissionais aptos a atuarem no próprio MHN, e partir da década de 40 o grande interesse era a formação de profissionais para os museus de forma geral.

- a) preparar pessoal habilitado a exercer as funções de conservador de museus históricos e artísticos ou instituições com finalidades análogas;
- b) transmitir conhecimentos especializados sobre assuntos históricos e artísticos ligados às atividades dos museus mantidos pelo Governo Federal;
- c) incentivar o interesse pelo estudo da História do Brasil e da arte nacional.¹⁷²

A Reforma de 1944 proporcionou a ampliação do tempo de duração do Curso: de dois, passou a ser realizado em três anos. O último ano era voltado para a especialização do aluno em Seção de Museus Históricos ou Museus de Belas Artes ou Artísticos. Se o aluno optasse pelo primeiro tipo de seção citada acima, a carga horária total do curso seria de 1260 horas¹⁷³, já a de museus artísticos aumentaria a carga horária total para 1350 horas.

No que tange a disciplina Técnica de Museus, esta foi dividida em quatro partes: Parte Geral, com 90h e oferecida no primeiro ano; Parte Básica, também com 90h e ofertada no segundo ano; Parte Aplicada para Museus Históricos, 90h, e Parte Aplicada para Museus de Belas Artes ou Artísticos, com as mesmas 90h¹⁷⁴.

Diante deste desmembramento, devemos nos questionar sobre como era organizado o ensino de Conservação-Restauração neste novo contexto. Encontramos tais conteúdos na Seção de Museus de Belas Artes ou Artísticos, na disciplina Técnica de Museus (Parte Geral). Na página 2 do Decreto n. 16.078, de 13 de julho de 1944, que trata da Reforma Curricular, localizamos no primeiro parágrafo a discriminação dos conteúdos contemplados na disciplina: Organização, arrumação, classificação, catalogação, adaptação de edifícios e noções de restauração. O que questionamos é o fato desses teores terem ido todos para a Seção de Museus Artísticos. Os alunos que se formavam com Especialização em Museus Históricos não teriam acesso? Podemos ainda supor que esta alteração possa ter ocorrido tendo em vista que os conteúdos

¹⁷² BRASIL. Decreto-Lei nº 6.689, 13 de julho de 1944. Dispõe sobre a organização do Curso de Museus, no Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências.

¹⁷³ Matriz Curricular do Curso de Museus / MHN – Reforma de 1944 (Em vigor: 1946-1966)

¹⁷⁴ Decreto n. 16.078, de 13 de julho de 1944. Aprova o Regulamento do Curso de Museus a que se refere o Decreto-lei n. 6.689. p. 2, §1.

ministrados eram essencialmente de restauração de pinturas. Infelizmente o programa da disciplina não nos deixa claro tais informações.

Logo após a Reforma Curricular de 1944 e implantada em 1945, Gustavo Barroso lançou o livro *Introdução à Técnica de Museus*, volumes I e II. O primeiro volume trata da parte geral e o segundo da parte especializada, trazendo informações sobre heráldica, condecorações e bandeiras, entre outras. No primeiro volume podemos encontrar os objetivos previstos por Barroso para a disciplina Técnica de Museus, bem como quais aspectos esta deveria abordar, dentre eles e restauração, além de ter um capítulo inteiro dedicado ao tema “Como se fazem as Restaurações”. Neste capítulo, podemos identificar como o autor entendia os procedimentos de Restauração, bem como sua relação com o ensino no Curso de Museus. Segundo o mesmo, a doutrina seria o que nortearia os procedimentos, bem como daria os princípios gerais sistematizados, que deveriam, inclusive, ficar em primeiro plano, sobrelevando os métodos. Sobre a valorização, Barroso afirma que consiste no conjunto dos trabalhos de restauração, que visam a limpeza, a consolidação, a recomposição e o complemento¹⁷⁵. A Consolidação “[...] é o trabalho destinado a conservar o que ainda existe, sem substituir os pontos deteriorados”¹⁷⁶. Já a recomposição “[...] é o trabalho de restabelecer devidamente as partes estragadas ou destruídas, dando-lhes forma e a constituição indicadas pelos estudos técnicos.”¹⁷⁷. E o complemento “[...] trata-se de coroar todos esses trabalhos, dando à peça sua feição definitiva com os acréscimos que se fizerem mister, o que demanda maior cautela, circunspecção, probidade e segurança.”¹⁷⁸

Segundo o mesmo autor, a técnica restaurativa deveria ser dividida em dois pontos: diagnóstico e terapêutica. O Diagnóstico seria a “[...] verificação do estado em que se encontra a coisa a ser restaurada”¹⁷⁹. Já a terapêutica consiste na “[...] cura do mau estado em que se acham monumentos e relíquias de caráter histórico e artístico.”¹⁸⁰

Lendo o supracitado capítulo podemos entender ainda quais aspectos teóricos influenciavam o autor em seu texto e conseqüentemente em suas aulas. Gustavo Barroso defende neste capítulo que toda restauração deveria ter respeito ao caráter artístico e histórico das obras a serem cuidadas. Cerca de duas décadas depois, temos

¹⁷⁵ BARROSO, 1955, p 88

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 89.

¹⁷⁷ *Idem*.

¹⁷⁸ *Idem*.

¹⁷⁹ *Idem*.

¹⁸⁰ *Idem*.

o autor italiano Cesari Brandi, considerado um dos principais teóricos do campo da restauração até os dias atuais, que apresenta em seu livro *Teoria da Restauração*¹⁸¹ dois capítulos com os seguintes títulos: “Restauração seguindo a instância da Historicidade” e “A Restauração Segundo a Instância Estética”. Neste mesmo livro, afirma que “[...] a restauração constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro”¹⁸². Barroso por sua vez afirma que um dos princípios da restauração é o “respeito a tudo o que se revestir de caráter artístico e histórico”¹⁸³. Mais à frente, no mesmo texto, recorre à Conferência de Atenas, onde é dito que “No caso em que seja indispensável a restauração, por motivo de deterioração ou destruição, recomenda-se respeitar a obra histórica e artística do passado, sem proscriver o estilo de qualquer época.”¹⁸⁴

Também encontramos semelhança entre os dois autores no que se refere ao respeito à patina. Para Brandi,

“Do ponto de vista histórico, portanto, a conservação da pátina, como aquele particular ofuscamento que a novidade da matéria recebe através do tempo e é, portanto, testemunho do tempo transcorrido, não apenas admissível, mas é requerida de modo taxativo.”¹⁸⁵

Já Barroso fala que devemos “respeitar sempre a pátina”¹⁸⁶ e que “[...] é preciso não confundir pátina e sujeira”¹⁸⁷.

Outro teórico que podemos reconhecer nas palavras de Barroso, sendo um que cujos textos o mesmo possivelmente teve acesso foi Violet-le-Duc. Na página 84 de seu livro, Barroso trata sobre situações em que há “clara indicação do que se tiver de ajuntar ao conjunto por força da necessidade”¹⁸⁸. Barroso fala brevemente sobre esta temática, mas podemos notar a influência de Le-Duc, defensor da unidade de estilo e também de acréscimo, que segundo sua visão, poderiam aprimorar ainda mais as obras de arte, tornando-as exemplos completos de estilos artísticos.

¹⁸¹ BRANDI, 2013, 261 p.

¹⁸² BRANDI, 2013, p. 30.

¹⁸³ BARROSO, 1955, p. 84.

¹⁸⁴ CARTA DE ATENAS apud BARROSO, 1951, p. 84.

¹⁸⁵ BRANDI, 2013, p. 73.

¹⁸⁶ BARROSO, 1955, p. 87.

¹⁸⁷ Barroso, 1951, 89.

¹⁸⁸ BARROSO, 1955, p. 84.

Barroso destaca ainda a Escola Eclética, que segundo sua opinião era a “mais aceita”¹⁸⁹. Segundo o mesmo autor, a aplicação da teoria da Escola Eclética consistiria na

“Restauração executada de modo a se tornar perceptível é um testemunho de profundo amor à peça restaurada, porquanto prova evidentemente o cuidado pela sua conservação e solidez, o respeito à sua antiguidade ao seu cunho artístico ou histórico, e a modéstia e probidade do trabalho efetuado.”¹⁹⁰ (p.88).

Além de verificarmos nesta publicação quais as concepções teóricas Barroso possuía, também podemos ver quais autores efetivamente o autor utilizara para se basear. Podemos destacar que maior parte dos textos consistem em obra em francês, como “Architecture d’aujourd’hui”, em sua publicação especial sobre Museologia; “Art”, revista parisiense sobre arte, publicação de 1933; a revista “Museion”; a revista “Musées”; as publicações do Escritório Internacional de Museus “La conservation des monuments d’art et d’histoire”, “Museographie”; entre outras obras. Faz referência também a edições dos Anais do Museu Histórico Nacional, volumes I, II, III.

Lendo o livro Introdução à Técnica de Museus, especialmente o capítulo “Como se fazem as restaurações”, conseguimos entender suas influências, além de Le-Duc, podemos ainda observar sua opinião sobre anastilose, item presente na Carta de Atenas de 1931. Além de ter um pensamento próximo ao dito no documento, também notamos seu entendimento com questões que podemos considerar inovadoras para a época. Como exemplo podemos citar o destaque dado pelo autor à importância do que atualmente chamamos de controle ambiental:

“Os técnicos reconhecem que com efeito, as variações de temperatura, sobretudo as bruscas, são nocivas aos monumentos históricos e às relíquias. A ação da umidade atmosférica está capitulada entre as mais perniciosas. Essas variações não devem oscilar, para permitir uma boa conservação [...]”¹⁹¹

A primeira edição do livro foi publicada em 1946, ou seja, no ano seguinte ao final da Segunda Guerra Mundial, e 27 anos após o encerramento da Primeira Grande Guerra, conflitos estes que trouxeram grande destruição para o continente europeu, incluindo danos aos bens patrimoniais móveis e imóveis. É interessante pensarmos nessa proximidade de datas entre o fim do conflito e o fato de haver em seu livro um

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 88.

¹⁹¹ Ibidem, p. 90.

capítulo inteiro dedicado ao caso específico de “Os Museus e a Guerra”¹⁹², onde busca sugerir diversas medidas “acauteladoras” de proteção às coleções museológicas.¹⁹³

Após o falecimento de Gustavo Barroso em 1956, Técnica de Museus passou a ser ministrada pela professora, e ex-aluna do Curso, Octávia Corrêa dos S. Oliveira. Ao analisarmos as instruções para Matrícula no Curso de Museus de 1956, encontramos alterações na forma como os conteúdos de Conservação-Restauração eram ensinados. A parte referente a Restauração trazia informações sobre regras e princípios técnicos, havia também uma parte dedicada a classificação de livros, envolvendo encadernações¹⁹⁴. Além de visitas a Seção de Restauração do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes. No que se refere a Conservação, podemos destacar o ensino da catalogação de objetos além de visita a depósitos, como eram chamadas as reservas técnicas naquele período, uma vez que não havia controle ambiental e nem os cuidados conservativos que temos atualmente.

Ao analisarmos o programa da mesma disciplina ofertada no segundo semestre de 1956, encontramos os seguintes conteúdos a serem trabalhados: “10. Restauração. Definição divisão. Doutrinas. 11) Restauração: conservação e restauração de objetos. 12) proteção dos museus.”. Vemos pela primeira vez, de forma clara, o ensino de teorias da Restauração e o aparecimento do termo “Conservação”. Isto pode indicar um possível reconhecimento da necessidade de aprofundamento dos conteúdos a serem trabalhados e passados aos alunos. Pela primeira vez aparece claramente a separação entre a Conservação e a Restauração. Essa separação pode ser resultado da sistematização das discussões sobre os museus a partir da criação do Conselho Internacional de Museus, em 1949.

2.3. A Reforma Curricular de 1966

A Reforma Curricular de 1966 manteve praticamente todas as alterações feitas na reforma anterior. Ficou em vigor entre os anos de 1967 e 1969¹⁹⁵. O Curso permaneceu tendo duração de três anos e contendo as seções para especialização. Contudo, chama a atenção o surgimento da possibilidade de estágio opcional para os alunos. Este estágio era ofertado aos formados pelo curso, possibilitando um ano atuando nas cinco seções do MHN, conferindo ao aluno Certificado de Aproveitamento, após a realização de prova. Esta consistia em o aluno classificar 5 objetos¹⁹⁶.

¹⁹² Barroso, 1955, p. 92

¹⁹³ Ibidem, p. 95.

¹⁹⁴ MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Instruções para Matrícula no Curso de Museus. Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: 1956. p. 14-15.

¹⁹⁵ Curso de Museus / MHN – Reforma de 1966 (Em vigor: 1967-1969).

¹⁹⁶ Idem.

Possivelmente os alunos que passaram por esse estágio tiveram chance de pôr minimamente em prática os conteúdos relativos à Conservação-Restauração que aprenderam durante sua formação. A carga horária total do curso também teve aumento. O aluno que optasse por se especializar em Museus Históricos cumpriria 1.395 horas. E os de Museus Artísticos, 1.465 horas totais. A estrutura de Técnica de Museus permaneceu a mesma.

Devemos destacar ainda que o uso do termo “museólogo” para se referir aos profissionais formados pelo Curso de Museus só ocorre na década de 60, através do Decreto n.º 58.800, de 13 de julho de 1966. Este decreto trata do Novo Regimento do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional. Em seu 3º artigo é dito que a partir de então os alunos formados pelo curso receberiam diploma de museólogo. Logo, o profissional teria a titulação de museólogo e exerceria a função de “conservador de museus históricos e artísticos, ou instituições análogas”¹⁹⁷. Conforme apontado por Costa¹⁹⁸, a aparição do termo “conservador”, é remanescente da documentação do primeiro concurso de Conservador de Museus, ocorrido em 1940, que denominava os profissionais formados no Curso de Museus enquanto “conservadores”. E era comum na época o uso deste termo para se referir aos museólogos. Para Waldisa Rússio, a utilização do termo museólogo em detrimento de Conservador de Museus ocorre em função das “profundas e rápidas mudanças sofridas pela sociedade, pela Ciência Museológica e pelo principal espaço específico, a instituição museal.”¹⁹⁹. O fato de a mudança de nomenclatura do profissional ter corrido nos anos 60 chama a nossa atenção, visto que apenas no final da década de 70 que a discussão acerca da Museologia se sistematiza no cenário internacional, com a criação do Comitê Internacional para a Museologia - ICOFOM²⁰⁰. A realidade da Museologia e seu ensino no Brasil possui caráter diferenciado dos demais presentes no mundo, onde predomina o estudo como pós-graduação. Possivelmente esta diferença de realidade foi a causa no surgimento do termo museólogo no Brasil. Mas devemos destacar que a oficialização do termo ocorreu apenas na década de 80, com a regulamentação da profissão de museólogo, profissionais que, por exemplo, na França são chamados *conservateurs*²⁰¹.

O que não podemos deixar de destacar na década de 60 é a ação do Ministério da Educação junto à estrutura curricular do curso, culminando na década seguinte com

¹⁹⁷ BRASIL. Decreto 58.800. Regimento do Curso de Museus. Ministério da Educação e Cultura. Museu Histórico Nacional. 13 de julho de 1966. Diário Oficial. 18 de julho de 1966. Artigo 2º.

¹⁹⁸ COSTA, 2013, p. 29.

¹⁹⁹ RÚSSIO in: BRUNO, 2009, p. 237-242.

²⁰⁰ CURY, 2005, p. 45-73.

²⁰¹ BRULON SOARES, DE CARVALHO, CRUZ, 2014, p. 256.

várias alterações. Em documento datado de 1969, consta que o Curso de Museologia do Museu Histórico Nacional, ao invés de séries e anos letivos, seria realizado em ciclos²⁰² e cada ciclo conferiria ao aluno um certificado profissional. No primeiro ciclo o aluno era habilitado como Guia de Museu, o segundo como Auxiliar-Técnico de museu e finalmente ao final do terceiro ciclo o título de museólogo²⁰³. O último ciclo também oferecia ao aluno a especialização em um tipo de museu: artes, história ou ciências. Devemos explicar que no final da década de 60, através do Conselho Federal de Educação, o Ministério da Educação e Cultura implementou série de estudos visando a regulamentação do ensino superior no país, analisando as disciplinas que iriam constituir os cursos, além de definir cargas horárias totais e duração em anos²⁰⁴. Estas análises culminaram, dentro do âmbito do Curso de Museus, com o Parecer CFE/MEC n.º 971, de 1969. Este Parecer sugeriu para o currículo de um Curso de Museologia doze eixos temáticos, sendo os temas de Conservação e Restauração inseridos no eixo de arte²⁰⁵, sendo posto em prática a partir do ano seguinte.

2.4 Década de 70

A década de 70 no Curso de Museus trouxe diversas alterações curriculares. Como dito anteriormente, no final de 1969 o Conselho Federal de Educação emitiu o Parecer CFE/MEC n.º 971, causando mudanças na estrutura do curso. Poucos meses após, em fevereiro de 1970, foi homologada a Resolução CFE/MEC n.º 14, na qual as matérias propostas aparecem mais compactas²⁰⁶. Esta nova resolução “desloca a conservação-restauração para o eixo museologia, influenciando sucessivas alterações dos conteúdos programáticos do início dos anos 70”²⁰⁷.

No final da mesma década de 70, era criado no cenário internacional o Comitê Internacional para a Museologia - ICOFOM, do Conselho Internacional dos Museus – ICOM. Espaço voltado para a discussão da teoria museológica. Devemos destacar ainda a ida do Curso de Museus, já denominado Curso de Museologia para o âmbito acadêmico, sendo incorporado à Federação das Faculdades Isoladas do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ e posteriormente Universidade do Rio de Janeiro – UNI-RIO.

Em 1972 temos a primeira alteração curricular da década, sendo inserida uma matriz experimental. Neste currículo, ainda era presente a disciplina Técnica de Museus, divididas em duas partes, sendo ofertada aos alunos da 1ª e da 2ª série, do curso. Nesta

²⁰² CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. 971, Rio de Janeiro. p. 2.

²⁰³ Sá, 2012. P. 19.

²⁰⁴ Idem.

²⁰⁵ Sá, 2012, p. 21.

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ Idem.

matriz, o aluno ao final do Curso se especializavam em Museus Históricos ou Artísticos. Não foram encontrados programas de disciplinas referentes ao supracitado currículo. Dois anos após esta matriz experimental, o Curso é submetido a um novo fluxograma. O que nos chama a atenção é o aparecimento pela primeira vez dos termos Museografia e Museologia dando nome a disciplinas e a ausência de Técnica de Museus. Em 1970 formou-se pelo Curso de Museus, a prof.^a Tereza Scheiner, que ao tornar-se sócia do ICOM, entrou em contato mais profundo com as discussões e propostas acerca da Museologia, especialmente ao participar da Mesa Redonda de Santiago do Chile, realizada em 1972. No mesmo ano passou a integrar o quadro docente do Curso, ministrando a disciplina Técnica de Museus, em substituição à prof.^a Octávia Corrêa dos Santos Oliveira. Ao entrar como professora no Curso empreendeu diversas atualizações dos conteúdos das recém criadas disciplinas de museologia e museografia. Contou com o apoio da Prof.^a Therezinha Moraes Sarmiento, que à época era chefe do Departamento de Museologia²⁰⁸.

O debate sobre Museologia foi ganhando espaço ainda nos anos 60, com o Simpósio sobre Teoria Museológica, em Brno, 1965. Alguns anos depois, temos o Seminário Internacional Museologia, organizado pelo Comitê Regional Alemão do ICOM, em Munique, 1971²⁰⁹. Após esse Seminário e até cerca de 1977, o então presidente do Conselho de Museus, Jan Jelinek, articulou a formação de conceitos museológicos, resultando na criação do ICOFOM, em 1976²¹⁰. É interessante vermos que, um ano antes da criação oficial do Comitê, o Curso de Museus, no Brasil, já fazia uso do termo “Museologia” em nome de disciplina.

Voltando ao Curso, na Matriz de 1972, os conteúdos de Preservação e Conservação foram remanejados para a disciplina Técnica e Processos Artísticos II, com 60 horas. Esta disciplina e Técnica e Processos Artísticos I foram criadas de acordo com o parecer CFE de 1969²¹¹. Segundo Sá (2012), a disciplina TPII, em programa da disciplina datado de 1975, “trata-se de um estudo experimental e introdutório, com o objetivo de oferecer subsídios de conservação-restauração de pintura para um posterior aprofundamento”²¹². Confirmamos esse pensamento ao realizarmos a leitura do referido programa. O conteúdo apresenta noções teóricas e práticas dos processos e técnicas de Restauração e Conservação de obras de arte. Sendo afirmado ainda que isto possibilitaria “aquisição de um conteúdo básico indispensável ao exercício da profissão

²⁰⁸ Ibidem, 2013, p. 21-2.

²⁰⁹ CURY, 2005, p. 46.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ SÁ, 2012, p. 19.

²¹² Idem.

de museólogo”²¹³. Além de ser dito que possibilitaria estudos mais aprofundados posteriormente. Dentre as técnicas e recursos a serem utilizados para as aulas, devemos destacar visitas a museus, a análise de peças danificadas e visita a atelier de avaliações e de estudo de pigmentos. Chama a atenção a previsão de aulas práticas, que deveriam ocorrer na Seção de Restauração do MHN²¹⁴. Há relatos de ex-alunas que lembram sobre as aulas práticas de higienização, reentelamento a cera, reparo de molduras, entre outras atividades²¹⁵. A disciplina era ministrada em 1975 pela professora Maria Helena Mariz. Segundo Sá²¹⁶, essas atividades práticas possivelmente não foram oferecidas de forma regular, visto que não havia professores do quadro efetivo com formação em Conservação-Restauração. Como exemplo, o autor afirma que “em 1976, técnica e processos artísticos II foi oferecida pela Prof.^a Maria Helena Bianchini e, nessa época, provavelmente as práticas se limitaram a visitas de observação ao laboratório do MHN ou de outros museus da cidade.”²¹⁷

As Unidades e Ensino versavam sobre tratamento de obra de arte, documentação, métodos de reentelagem, limpeza, retoques, restauração de moldura, entre outros temas. Sá (2012) chama a atenção para o fato de se tratar basicamente de Restauração de pinturas de óleo sobre tela, sendo destinadas 12 horas para aulas sobre técnicas de retoque, do total de 60 horas.

Na discriminação da carga horária, foram previstas 12 horas para as técnicas de retoque, como chamada na época a reintegração cromática, contrastando com a carga prevista para o reentelamento, ou métodos de reentelagem, como consta nas Unidades de Ensino do programa, aos quais foram destinados somente 5 horas.²¹⁸

A bibliografia apresenta autores como Plenderleith, Cesari Brandi, publicações da UNESCO sobre a Conservação do Patrimônio Cultural, entre outros. Tendo como período de publicação predominante as décadas de 60 e 70.

Em 1975 foi feita nova Matriz Curricular e as disciplinas Técnicas e Processos Artísticos I e II foram condensadas em apenas uma, tendo os conteúdos de conservação e restauração sido transferidos para a disciplinas Museografia II, com 60 horas e estando de acordo com o regimento aprovado pelo parecer n. 4.127/74, do CFE em 06/12/74. Era oferecida aos alunos do quarto período do curso. Devemos destacar que em 1974, foi elaborada Matriz Curricular para o Curso onde as disciplinas Técnicas de

²¹³ Programa da Disciplina Técnica e Processos Artísticos II, 1975.

²¹⁴ Sá, 2012, p. 20.

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ Sá, 2012, p. 20.

²¹⁸ Sá, 2012, p. 19.

Museu são desmembradas em disciplinas de Museologia e Museografia. Diante do curto espaço de tempo entre as duas matrizes, de 1974 e 1975, acreditamos que a mais antiga não tenha chegado a ser colocada em prática, sendo efetivamente utilizada a de 75.

A Reforma de 75 se destaca por também ter o objetivo de preparar o Curso para ser transferido para uma universidade pública, algo que ocorreu entre 1977 e 1979²¹⁹. Nesta mesma Reforma, os conteúdos de Conservação e Restauração foram ampliados, passando a abarcar também Legislação sobre o Patrimônio e Segurança em Museus, tendo para estudo destes temas cinco disciplinas: Museologia II, II e IV, além de Museografia I e II²²⁰.

No Programa de Atividades práticas para o Curso de Museus, de 1976, elaborado pela Prof.^a Tereza Scheiner, o tópico geral sobre Museografia propõe que em Museografia I fosse abordado o Tombamento e a catalogação do patrimônio. Já em Museografia II, Conservação e Restauração de objetos, incluindo a identificação do estado de conservação de uma série de objetos, em uma ficha, segundo critérios técnicos previamente estabelecidos; observação do trabalho do restaurador e a familiarização com os materiais de restauração; além de experimentação dos materiais de restauração, ação de limpeza de uma tela, segundo normas técnicas.

O programa da disciplina Museografia II, datado de 1977, com o Curso ainda no Museu Histórico Nacional, apresenta cinco grandes unidades de ensino. A primeira, Patrimônio e Cultura, tratava sobre patrimônio natural e cultural; a preservação do patrimônio nacional; o IPHAN; e o ICOM; além de trazer discussões sobre o papel dos museus na preservação do patrimônio e o papel do museólogo. A segunda unidade, a que mais nos desperta interesse, Preservação, limpeza, conservação e restauração de bens culturais, era a mais extensa em conteúdo. Apresentava os seguintes tópicos: materiais de fabricação dos bens culturais; agentes que danificam o patrimônio cultural; limpeza, conservação e restauração, que tratava sobre os mais variados tipos de materiais. A terceira unidade tratava sobre embalagem e transporte de objetos. A última parte da disciplina sobre segurança do acervo, sendo em um primeiro momento voltada para a discussão sobre o planejamento dos depósitos de museus. Já a segunda parte era voltada para sistemas de alarme e prevenção, já apresentando noções sobre controle ambiental, como cuidado com luz e temperatura, algo que ganhará cada vez maior destaque nos anos seguintes dentro do ensino de conservação na formação do

²¹⁹ Sá, 2012, p. 22.

²²⁰ Sá. 2012, p. 22.

museólogo no Curso. A bibliografia presente no programa da disciplina é muito sucinta, trazendo apenas seis títulos, sendo três deles publicações da UNESCO e de forma genérica as revistas *Museum*, sem explicitar nenhum volume específico da publicação²²¹:

- Dinheiro no Museu, livro do museólogo F. dos Santos Trigueiros, de 1972;
- Museus: sua importância na educação do povo, de Pongetti, de 1956;
- *Protection of cultural Property in the event of armed conflict*, da UNESCO, de 1958;
- *The Conservation of cultural Property, with special reference to tropical conditions*, da UNESCO, de 1967.
- *Preserving and restoring monuments and historic buildings*, da UNESCO, sem data.

O programa da disciplina Museologia IV, com o Curso já sendo ofertado pela FEFIERJ, traz como conteúdo a Preservação e a Restauração do Patrimônio Cultural. Tinha como objetivo original “reconhecer a importância da preservação e restauração dos monumentos e prédios de caráter histórico e artístico”²²². É interessante destacar que no programa que utilizamos na presente pesquisa, este objetivo está riscado à caneta, tendo escrito à mão o que seria “o novo” objetivo a ser seguido pela disciplina, ampliando o foco de apenas monumentos e prédios para o patrimônio de forma mais abrangente: “reconhecer a importância da preservação do patrimônio histórico e artístico / Identificar os critérios para restauração do patrimônio histórico e artístico”²²³. As técnicas, recursos e métodos de ensino da disciplina não previam nenhuma atividade prática. As unidades de ensino tratavam sobre as legislações patrimoniais nacionais e internacionais, fatores que contribuem para a deterioração de monumentos e prédios, a necessidade da preservação do patrimônio e métodos de conservação e restauração do patrimônio cultural. A bibliografia apresentada no programa da disciplina é extremamente sucinta, contendo apenas: duas publicações da UNESCO “*Preserving and restoring monuments and historic buildings*” (1972) e “*La Conservación de los bienes culturales*” (1969); referência geral a Revista *Museum*, sem explicitar qual edição; e Revista *Arquitetura*, que trata sobre o IPHAN. Como esta última referência foi escrita à mão não conseguimos identificar qual o número da edição.

²²¹ Programa de Museologia e Museografia de acordo com o regimento aprovado pelo parecer n. 4.127/74, do CFE em 06/12/74. 1p.

²²² Programa da Disciplina Museologia IV, s/d.

²²³ Programa da Disciplina Museologia IV, s/d.

A disciplina Museologia II, com 60 horas de carga horária, em programa datado de 1978, tratava sobre a estrutura e o funcionamento dos museus. Destacamos este programa em função da sua unidade de ensino número dois, que trata sobre a Arquitetura do Museu, onde em seu item 2.4 Instalações específicas, apresenta como subitem os tópicos “2.4.1 segurança, conservação e manutenção [...] 2.4.3 Aparelhagens e sistemas”²²⁴. Mesmo não sendo o foco da disciplina, vemos como a conservação estava presente, sendo entrosada com outros assuntos referentes ao museu. A bibliografia apresenta apenas três títulos: uma publicação do Ministério de Cultura e meio ambiente “Preservação e Segurança em Museus”, de 1978; “Introdução à Administração”, de Michael Jucius, também de 1978; e a Revista Museum, volume XXVI, de 1974. Como vemos, são três publicações recentes em relação à data do programa da disciplina, sendo duas delas do mesmo ano do programa, o que evidencia uma recorrente atualização das referências.

O programa da disciplina Museologia III, com 45 horas, ao qual utilizamos como fonte para a presente pesquisa é datado de 1979. A disciplina tinha como conteúdo a conservação dos bens culturais e o objetivo era “reconhecer a necessidade e as técnicas e recursos para a conservação dos bens culturais”²²⁵. As técnicas, recursos e métodos de ensino não previam atividades práticas nas aulas. Apresentava cinco unidades de ensino, sendo elas: Importância dos Bens Culturais; Problemas Relativos à Conservação; Técnicas de Conservação e Restauração; Iluminação; Climatização. O que notamos de diferenciado neste programa é o fato dos conteúdos das quatro últimas unidades ampliarem questões sobre controle ambiental e seu impacto na conservação, algo havia aparecido no programa de Museografia II datado de 1977. A bibliografia traz três itens: “*La Conservación de los bienes culturales*” (1969), da UNESCO, a Revista Museum, sem explicitar nenhum volume e “*Preserving and restoring monuments and historic buildings*” (1972), publicação esta que esteve presente na maioria dos programas aqui citados, confirmando que foi importante guia teórico do Curso na década de 70.

Podemos considerar que os conteúdos de Conservação e Restauração ensinados ao longo dos anos 60 e 70 despertaram interesse por parte dos alunos, uma vez que houve o movimento de ida de profissionais em busca de formação no exterior como Sergio Lima, que entre 1965 e 1966 estudou restauração em Portugal; mesmo destino de Maria Luisa Soares entre 1970 e 1975; Madelon Congruel por sua vez teve como local de estudos o México em 1973-1974; em 1975 Gilda Lefebvre aprimorou seus

²²⁴ Programa da disciplina Museologia II, 1978.

²²⁵ Programa da disciplina Museologia III, 1979.

estudos na Itália; e Ingrid Beck optou pela Alemanha para estudar restauração, entre 1976 e 1977. Conforme dito de Sá (2012),

De volta ao Brasil, estes profissionais promoveram mudanças conceituais e insistiram numa orientação científica para os laboratórios existentes e a serem criados, como é o caso do Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos Gráficos (LACRE), da Casa de Rui Barbosa, implantado por Maria Luisa Soares em 1978, e que passou a promover cursos sistemáticos.²²⁶

Ao falar da busca desses profissionais por aprimoramento nas áreas de Conservação e Restauração entendemos como a ampliação destes conteúdos provocou resultados no campo de atuação dos museólogos.

2.5 Ida para a Universidade

A década de 70 no Curso de Museus também tem destaque em função da saída do curso do âmbito do Museu Histórico Nacional e a ida para a Universidade. É importante ressaltarmos que em 12 de julho de 1951, a partir de um convênio firmado entre o museu e a Universidade do Brasil²²⁷ (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), Gustavo Barroso conseguiu o Mandato Universitário da universidade para o Curso. Pedro Calmon, então reitor daquela instituição foi também um dos professores fundadores do Curso de Museus²²⁸, o que provavelmente facilitou o estabelecimento do convênio, visto que o mesmo já conhecia o projeto de Barroso. O curso que já era um curso técnico de nível superior, sendo necessária realização de vestibular para o ingresso, mesmo tendo diplomas e certificados emitidos pela Universidade do Brasil, permaneceu vinculado institucionalmente e financeiramente ao MHN, em função de uma cláusula do convênio que afirmava que não haveria quaisquer responsabilidades financeiras para a Universidade do Brasil em relação ao Curso²²⁹.

Outra ação que devemos ressaltar na caminhada do Curso de Museus na ida para a universidade, é a mudança de nomenclatura. No final dos anos 60, durante a gestão de Léo Fonseca e Silva enquanto diretor do MHN (1967-1970), o mesmo dedicou-se a mudança de denominação do Curso, sugerindo Faculdade de Museologia²³⁰. Sua proposta foi encaminhada em 1968 para a Câmara de Planejamento do Conselho Federal de Educação, não sendo aprovada sob a justificativa da

²²⁶ Sá, 2012, p. 19.

²²⁷ SÁ, I. C. . 2007. p. 30.

²²⁸ Idem.

²²⁹ Idem.

²³⁰ Ibidem, p. 31.

“necessidade de o Curso estar vinculado a uma universidade, e não a uma instituição cultural”²³¹. Esta negativa fez com que o diretor providenciasse a elaboração de um anteprojeto de uma Escola Superior de Museologia. O projeto foi apresentado em 1970 ao Conselho Federativo da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara - FEFIEG, que havia sido recém-criada²³². Paralelamente, segundo Sá (2007, p. 32), “apesar de o projeto não ter sido concretizado, informalmente, o Curso assumiu aquela denominação que aparece nas carteirinhas estudantis e outros documentos da época [...]”²³³, o que evidencia claramente o desejo de inserir o Curso no âmbito universitário. Sendo isto corroborado também pelo fato das gestões seguintes manterem os esforços para a transferência do Curso para a universidade²³⁴.

Em 1975, através de Portaria do Ministro da Educação e Cultura, foi aprovado o novo Regimento Interno do MHN, mantendo o Curso como uma Divisão do museu, a Divisão do Curso de Museus. O que desperta nossa maior atenção em relação ao documento é o fato de ser apontada a “condição de curso isolado de nível superior”²³⁵, sendo prevista ainda a iminente²³⁶ transferência para uma universidade, algo que já vimos, que era de interesse dos diretores do Museu.

Até que o Ministério da Educação e Cultura [...] decida por sua vinculação à rede de Universidades Federais, fica mantido no Museu Histórico Nacional, dirigido por seu diretor, o Curso de Museus [...] funcionando em regime de convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro [...].²³⁷

Apenas três anos após a publicação desta portaria, o Curso foi incorporado à Federação de Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ. Mas quais seriam também as outras motivações para essa alteração? Sá (2007, p. 36) afirma que

O curso crescera muito, não somente em relação à sua estrutura curricular, que se tornou muito mais complexa e abrangente, mas também em número de alunos. Há considerável ampliação de turmas que, desde o final da década de 60, tendiam a atingir a média de 50 ingressantes por ano. Em 1970, matricularam-se 90 alunos!²³⁸

²³¹ Idem.

²³² Ibidem, p. 32.

²³³ Idem.

²³⁴ Idem.

²³⁵ Idem.

²³⁶ Idem.

²³⁷ BRASIL apud SÁ, 2012, p. 32.

²³⁸ Sá, Op. cit., p. 36.

Além disso, o MHN havia crescido e necessitava de maior espaço para suas instalações administrativas e técnicas, além da área expositiva.²³⁹ No entanto, o prédio que abrigava a FEFIERJ não possuía capacidade para lotar o Curso de Museologia, o que fez com que este permanecesse no MHN até a construção do prédio do Centro de Ciências Humanas - CCH. Entre janeiro e fevereiro de 1978 foi firmado acordo entre a FEFIERJ e o MHN, para a permanência do, agora denominado, Curso de Museologia no ambiente do museu. O curso só foi efetivamente transferido para o seu novo prédio em agosto de 1979, para o prédio do CCH, localizado na Rua Xavier Sigaud, no Bairro da Urca²⁴⁰. Neste mesmo ano, meses antes, foi aprovado projeto de Lei n. 6.655²⁴¹ que transformou a FEFIERJ em Universidade do Rio de Janeiro – UNI-RIO²⁴².



Turma de Formandos do Curso de Museologia, dentre os quais a Prof.^a Violeta Cheniaux – FEFIERJ, 1978.

Somente na década de 80 é que o Curso se integra efetivamente à estrutura universitária²⁴³, tendo a liderança de professores que atuavam desde a época do MHN,

[...] alguns investidos das funções de coordenadores ou chefe de departamento, como Diógenes Guerra, Dulce Ludolf, Therezinha Moraes Sarmiento, Gabriella Pantigoso e Solange Godoy. O Curso de Museologia moderniza-se com o apoio destas lideranças e as

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ BRASIL. Lei n. 6.655, de 5 de junho de 1979 Transforma a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ em Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. 5 de junho de 1979.

²⁴² Atualmente Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

²⁴³ Sá, Op. cit, p. 37

Em 1985 é criado dentro do CCH a divisão por departamentos alocando as disciplinas. O Departamento de Estudos e Processos Museológicos – DEPM era responsável por atender ao Curso de Museologia, sendo alocado nele os professores responsáveis pelas disciplinas de Conservação. Para Sá (2007, p. 39) esta departamentalização teria favorecido a ocorrência de um processo maior de discussão e de renovação dos currículos de cursos dentro do CCH.

A importância da inserção do Curso de Museologia no cerne universitário se baseia na necessidade de reconhecimento e valorização do campo de conhecimento enquanto campo científico, que segundo Bourdieu²⁴⁵ consiste em um “sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial”. Ao entrar no sistema de ensino universitário, o Curso ganha status que o capacita para lutar por sua autoridade científica²⁴⁶, sua capacidade técnica e poder social, ganhando maior reconhecimento entre outras áreas do conhecimento que já possuíam longo caminho no cerne acadêmico e que são áreas próximas da Museologia, como a História. O resultado das lutas no campo científico é o monopólio da competência científica, algo que a Museologia já vinha buscando, principalmente nas atividades desenvolvidas internacionalmente no ambiente do ICOFOM, onde suas discussões foram sistematizadas, buscando seu reconhecimento enquanto área do conhecimento. No Brasil, a universidade tornou-se mais um palco para o desenvolvimento destas questões. A competência científica nada mais é do que a “capacidade de falar e agir legitimamente”²⁴⁷, de forma autorizada e com autoridade, sendo socialmente outorgada. Em que outro espaço teria a Museologia maior potência para alcançar este resultado, este poder simbólico²⁴⁸, senão dentro do espaço universitário? Especialmente se levarmos em consideração que atualmente, apenas recebe o título de “museólogo” o profissional que cursa a graduação ou pós-graduação em Museologia. Sendo imprescindível o ensino sistemático e acadêmico da área. A ida para a universidade dá à Museologia a competência científica que a mesma necessitava para seu estabelecimento e reconhecimento.

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ BOURDIEU, P. Le champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104. Tradução de Paula Montero

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Idem.

O espaço universitário consiste neste aparelho, termo que Bourdieu utiliza para tratar sobre competência científica, aparelho este possuidor de emblemas e signos, capaz de modificar a “percepção social da capacidade propriamente técnica”²⁴⁹.

O ambiente universitário também fortalece a Museologia enquanto área do conhecimento visto que o “os julgamentos sobre a capacidade científica de um estudante ou de um pesquisador estão *sempre contaminados* no transcurso de sua carreira, pelo conhecimento da posição que ele ocupa das hierarquias instituídas”²⁵⁰, sendo todas as práticas orientadas para a aquisição de autoridade científica.

Concluimos, portanto, no que se refere a este tema que

A transferência do Curso de Museus para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro – FEFIERJ (hoje UNIRIO), foi um passo significativo para que o Curso se separasse definitivamente do Museu Histórico Nacional, até então vistos numa unidade institucional. Saindo da tutela de um lugar de memória para o campo de produção crítica do conhecimento, o universitário, o Curso ganhava novo status e novas possibilidades de renovação²⁵¹.

E esta autonomia adquirida pelo Curso tem reflexo em seus anos seguintes, tornando-o cada vez mais espaço de discussões epistemológicas sobre a Museologia e ampliando pesquisas, como apontaremos nos próximos capítulos da dissertação.

²⁴⁹ Ibidem, p. 2.

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ MAGALHÃES, 2002, p. 127-128.

CAPÍTULO 3

O PERCURSO DO CURSO DE MUSEOLOGIA NAS DÉCADAS DE 80 E 90

3 – Os Anos 80 E 90 no Curso de Museologia

3.1 Disciplinas de Conservação nos anos 80

As disciplinas de Conservação-Restauração do Curso de Museologia na década de 80 passaram por mudanças importantes em sua estrutura e também na forma como eram denominadas. Pela primeira vez no Curso esta temática passa a ter disciplinas cujos nomes apresentam o termo “Conservação”, além da inserção de aulas práticas com a criação da Oficina de Preservação e Conservação de Acervos Museológicos – OPCAM e posteriormente com a criação do Núcleo de Preservação e Conservação de Bens Culturais – NUPRECON. Os impactos gerados com estas alterações serão discutidos neste capítulo, buscando destacar como afetaram a formação do profissional museólogo.

No começo dos anos 80, ainda sob a vigência da Matriz Curricular de 1978, a disciplina responsável por tratar dos temas de Conservação era Museologia III, com carga horária de 60 horas e ofertada aos alunos do terceiro período do Curso.

Em um programa da supracitada disciplina, datado de 1982, assinado pela Prof.^a Violeta Cheniaux, verificamos que seu conteúdo programático previa as seguintes Unidades de Ensino: importância dos bens culturais; técnicas de conservação e restauração; iluminação; problemas relativos à conservação; e climatização. A disciplina tinha como objetivo “reconhecer a necessidade e as técnicas e recursos para a conservação dos bens culturais”²⁵². Segundo depoimento da própria professora Violeta, nesta época as aulas ocorriam basicamente de forma teórica²⁵³. Os autores utilizados na bibliografia apresentada no programa da disciplina eram: E. Verner Johnson, Joanne C. Horgan, Alice Camargo Guarnieri. As publicações eram de organizações como a UNESCO e do *International Institute for Conservation of Historic and Artistic Works*.

Observando outros programas de disciplinas do mesmo período, encontramos ainda conteúdos de preservação e conservação em, pelo menos, mais duas disciplinas: Museografia I e Museografia III. A disciplina Museografia I, com carga horária total de 45 horas e ofertada no segundo período, apresenta em seu programa conteúdo referente à documentação em museus, mas dentre suas unidades programáticas, podemos destacar a última que possui o título “planejamento e organização de depósito”. Como explicado anteriormente, depósitos eram os locais onde eram armazenados os objetos da coleção dos museus que não estavam expostos, ainda sem

²⁵² Programa de Disciplina Museologia III, 1982.

²⁵³ CHENIAUX, Violeta: depoimento. [24 fev 2017]. Entrevistadora: Luana da Conceição Martins. Rio de Janeiro: RJ. 2017. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice A deste trabalho].

preocupação com controle ambiental. Portanto o nome depósito foi posteriormente substituído por Reserva Técnica, quando passou-se a ter este cuidado. Na bibliografia podemos destacar “La mise em réserve des collections de musée”, de E. Verner Johnson e Joanne C. Horgan, sendo o texto parte integrante da publicação da UNESCO *Cahiers Techniques: Músees et Monuments 2, de 1980*. A data da publicação nos chama a atenção por ser recente na época e já constava como referência da disciplina. O programa de Museografia I foi assinado pelo então Coordenador do Curso de Museologia, Diógenes Vianna Guerra.

A outra disciplina que podemos destacar por seu conteúdo, Museografia III, com carga horária de 30 horas e conteúdo voltado para a elaboração de um anteprojeto de exposição. Era ofertada aos alunos do sexto período. A terceira unidade programática da disciplina era voltada para os seguintes pontos: embalagem, transporte e segurança de objetos. Nesta unidade falava-se sobre o ensino de técnicas de embalagem, meios e tipos de transporte e recebimento de objetos em museus. A bibliografia apresenta referências sobre métodos de documentação, como *Museum Registration Methodos*, uma publicação do *American Assossiation of Museums*, datada de 1979; segurança em museus: “*Guide pour la sécurité des biens culturels*”, publicação da UNESCO; entre outros textos. O programa da supracitada disciplina foi assinado pela Prof.^a Tereza Scheiner.

Ao analisarmos os programas destas três disciplinas, podemos nos questionar sobre a motivação dos conteúdos de preservação e conservação estarem diluídos em outras duas disciplinas, especialmente por se tratarem de disciplinas sobre documentação e exposição. Em conversa com a prof.^a Violeta Cheniaux, a mesma não soube explicar a motivação desta divisão.

Em 1985, o Curso de Museologia passa por mais uma Reforma Curricular, sendo pela primeira vez utilizados os termos Preservação e Conservação no título de disciplinas, deixando esses conteúdos de constarem em disciplinas com o nome de Museologia e Museografia. Podemos inferir sobre o significado dessa alteração, mais ainda, quais os resultados. Primeiro podemos concluir que a importância do ensino de tais conteúdos ganhou maior espaço dentro da concepção da direção do curso sobre as necessidades que o campo de atuação exigia naquele período dos museólogos. Necessitando assim de inserir estes conceitos nos nomes das disciplinas, dando, desta maneira, o destaque necessário. Segundo, podemos refletir sobre certa alteração no perfil profissional, tendo agora um profissional com maiores conhecimentos sobre a área da Conservação.

Na supracitada Reforma Curricular são criadas duas disciplinas específicas de Preservação: “Preservação de Bens Culturais I” e “Preservação de Bens Culturais II”, ministradas, respectivamente, pelas Prof.^a Violeta Cheniaux e pela Prof.^a Sônia Gomes Pereira, cuja atuação era mais voltada para o ensino de História da Arte²⁵⁴. Podemos nos questionar o motivo pelo qual uma professora voltada para a História da Arte ministrava as disciplinas de Conservação, acreditamos que isto se dê em razão de os conteúdos terem permanecido durante certo período ligado ao ensino de técnicas artísticas e História da Arte dentro do currículo do Curso.

Preservação de Bens Culturais I era oferecida aos alunos do 3º período do Curso de Museologia e possuía carga horária de 90 horas, sendo ministrada pela Professora Violeta Cheniaux. Mas antes de nos aprofundarmos em seu conteúdo, vamos abordar brevemente outras duas disciplinas: Museografia I e Museologia I. Museografia I, que apresentava 45 horas de carga horária, sendo pré-requisito para Preservação de Bens Culturais I. Ao analisarmos o programa desta disciplina, assinado pela Prof.^a Tereza Scheiner, verificamos que o conteúdo ministrado era basicamente voltado para a documentação em museus, tendo, no entanto, uma unidade de ensino voltada para o tema “reserva técnica”, onde eram discutidos pontos como a localização, as condições atmosféricas e o acesso ao espaço. Vemos assim, como a documentação e a preservação era estudadas e ensinadas de forma conjunta ainda. Mesmo que ao olharmos as referências bibliográficas encontremos apenas itens sobre documentação.

Podemos destacar ainda outra disciplina cujo conteúdo tratava sobre a Preservação: Museologia I. Esta disciplina, que assim como Museografia I era oferecida no segundo período, era dividida em duas partes: Arquitetura e Administração, tendo carga horária total de 60 horas. A primeira parte, tendo duração de 20 horas, apresenta como um de seus objetivos específicos “explicar as instalações de segurança para os museus no que se refere a conservação e preservação”²⁵⁵. Este objetivo era trabalhado na unidade de ensino de número 3, denominada “a segurança do museu”. A bibliografia apresenta textos sobre organização de museus e segurança, todos da década de 70, portanto, relativamente atuais. Mas chama-nos a atenção a publicação do Ministério da Cultura e Meio Ambiente “Preservação e Segurança nos Museus”, de 1978, tradução de Fernanda Camargo e Lourdes Novaes.

²⁵⁴ Sônia Gomes Pereira formou-se professora primária pelo Instituto de Educação em 1964 e em 1969 fez curso de aperfeiçoamento em *Conservation of Antiques*, no Museu Britânico. Começou a dar aulas no Curso de Museus em 1968 como professora da disciplina de Arte Brasileira. Aposentou-se em 1994.

²⁵⁵ Programa da disciplina Museologia I, 1985.

Finalmente ao nos debruçarmos sobre o programa da disciplina Preservação de Bens Culturais I, notamos como esta possuía basicamente os conteúdos da antiga disciplina de Museologia III ou seja, estudava os problemas relacionados com a preservação de acervos, sendo o ensino mais aprofundado diante da previsão de utilização de aparelhos de precisão. Apresentava Unidades de Ensino que tratavam sobre o patrimônio cultural e sua degradação, além de falar sobre preservação de materiais. Segundo sua ementa, consistia no “estudo dos problemas relacionados com a preservação de acervos, diagnosticando situações específicas, mediante a utilização de aparelhos de precisão, buscando encontrar soluções para uma melhor preservação dos bens culturais móveis. Composto por oito unidades programáticas, com os seguintes conteúdos:

- O patrimônio cultural, que apresentava um subitem sobre restauração;
- A preservação de bens materiais orgânicos;
- A preservação de bens materiais inorgânicos;
- Reservas Técnicas II;
- Normas a serem obedecidas na estocagem de materiais diversos;
- Iluminação;
- Umidade; e
- Poluição.

Notamos com o conteúdo era abrangente, incluindo tópico abordado na disciplina Museografia I, reserva técnica. O fato de duas disciplinas apresentarem o mesmo conteúdo possivelmente ocorreu no período de transição das matrizes curriculares. Devemos destacar ainda, neste programa assinado pela Prof.^a Violeta Cheniaux, como os conceitos de controle ambiental (iluminação, umidade e poluição), próprios da conservação preventiva tinham certo destaque, constituindo unidades próprias e apresentados na reta final da disciplina.

A inovação nesta reforma nas disciplinas de Preservação e Conservação ia além da simples mudança de nomenclatura, consistia também na inserção de uma parte prática no ensino, implantada pela Prof.^a Violeta e que se tratava da utilização de equipamentos de controle ambiental. A parte prática era ensinada em Preservação de Bens Culturais I. A bibliografia apresentada pela Prof.^a Violeta Cheniaux para esta disciplina traz textos de Garry Thomson, *“The Museum Environment”*, de 1978; publicações da Unesco sobre restauração de bens culturais, conservação de bens culturais, entre outros; texto de Harold Pledgerneith, *“The Conservation of Antiquities and*

Works of Art”, publicado em 1971, pela Universidade de Oxford. No entanto, a maior influência teórica tida pela professora responsável por esta disciplina eram as publicações do Instituto Canadense de Conservação, sendo utilizadas com recorrência em suas aulas. Outro autor que consta na bibliografia e que teve contato próximo com a Prof.^a Violeta foi Gäel de Guichen, “*Climat dans musées*”, de 1984 e “*Notes for a Amateur Curators*”, datado de 1984. Podemos destacar ainda a presença de dois autores brasileiros: Ingrid Beck, “Manual de Conservação de Documentos”, de 1985, e J. S. Oliveira, “Manual Prático de Preservação Fotográfica”, de 1980. O que chama a atenção nesta bibliografia é o fato de constarem publicações recentes à época, tendo textos de 1980, 1984 e até mesmo 1986. Cabe ressaltar que o referido programa de disciplina data de 1986, ano em que a reforma curricular entrou em vigor.

No período seguinte, era ofertada a disciplina Conservação de Bens Culturais II, com 30 horas de carga horária. Tendo como objetivo geral “reconhecer a importância da preservação do patrimônio cultural”²⁵⁶, trazia como tópicos em suas unidades de estudos itens como: fundamentos históricos da criação de órgãos de defesa ao patrimônio; legislação; metodologia para anteprojetos de tombamento; e fatores que causam a deterioração do patrimônio²⁵⁷. A maior parte das referências bibliográficas apresentadas no programa da disciplina, assinado pela professora Sônia Gomes Pereira, se referem a estudos sobre arte popular, cerâmica, ex-votos, entre outros. Devemos nos questionar sobre quais as razões da bibliografia da disciplina trazer tópicos tão diferentes dos apresentados como conteúdo nas unidades de ensino. Durante conversa com a Prof.^a Violeta Cheniaux, a mesma esclareceu que a prof.^a Sônia Gomes Pereira era voltada para o ensino de história da arte, não sendo, portanto, voltada para a área da Preservação e Conservação.

A época em que ocorreu esta Reforma Curricular, ou seja, os anos 80, pode ser considerada a década do “boom” da área de Preservação no Brasil. Segundo Sá (2012), isto em função das inovações ocorridas neste campo. Como exemplo, podemos citar a atuação de Aloísio Magalhães no IPHAN e na Fundação Pró-Memória, criando novas políticas de preservação²⁵⁸. Outro exemplo de ação na década de 80, no campo da Preservação, é a abertura de espaço para a discussão ocorrida no ICOM-CC, um comitê do Conselho Internacional de Museus (ICOM) que trata de questões referentes à Preservação, Conservação e Restauração do patrimônio. Na referida década, o comitê buscou

²⁵⁶ Programa da Disciplina Preservação de Bens Culturais II, 1986.

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ Sá, 2012, P. 24.

através destas discussões definir conceitos, profissionais e áreas de atuação em conservação-restauração.²⁵⁹

Nos anos 80, no Brasil, foi criada a Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores de Bens Culturais – ABRACOR, torando-se porta-voz das reivindicações da classe dos conservadores²⁶⁰. Nesta mesma década são criados no Brasil diversos novos laboratórios de conservação. Segundo Castro (2012),

Percebe-se, na década de 80, o crescente número na implantação de laboratórios de conservação e restauração de acervos de papel, especialmente no Sudeste do país, demonstrando a preocupação das instituições públicas detentoras de acervos em sistematizar as ações de conservação e restauração, bem como a ação das esferas governamentais na criação de laboratórios no âmbito de seus estados.²⁶¹

Dentre os laboratórios criados podemos destacar o Laboratório de Papéis do Museu Paulista, Laboratório de Conservação e Restauração de Livros e Documentos (LACOR), Laboratório de Conservação e Restauração do Museu Histórico do Exército – Forte de Copacabana, entre outros. A partir de todo este movimento de atualização de conceitos e crescimento deste campo no Brasil, os professores do Curso de Museologia possivelmente reconheceram a necessidade de entrar em sintonia com este novo cenário, e, especialmente no entendimento da Prof.^a Violeta Cheniaux, uma das principais mudanças a serem feitas para a melhoria da formação dos futuros museólogos, no que se refere à Conservação, era a criação de um laboratório, permitindo a realização de aulas práticas que proporcionassem aos alunos um contato direto com técnicas de Conservação.

3.2 Oficina de Preservação e Conservação de Acervos Museológicos – OPCAM

A Oficina de Preservação e Conservação de Acervos Museológicos (OPCAM) pode ser considerada o como o primeiro esforço de se criar, dentro do Curso de Museologia, um espaço voltado para a prática de ações de conservação e principalmente local onde os alunos tinham a oportunidade de pôr em prática os conceitos aprendidos na teoria durante as aulas. A Oficina foi instalada oficialmente no Centro de Ciências Humanas - CCH²⁶², da UNIRIO, em 27 de junho de 1986, a partir

²⁵⁹ SÁ, 2012, p.24.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ CASTRO, 2012, p. 214.

²⁶² Atual Centro de Ciências Humanas e Sociais.

da promulgação da Ordem de Serviço GD/CCH/UNI-RIO/N.º 10, assinada pelo então decano do centro Prof. Arno Wehling²⁶³.

A OPCAM era vinculada ao Departamento de Estudos e Processos Museológicos, tinha como responsável pela manutenção e gerência a Prof.^a Violeta Cheniaux²⁶⁴. Consta ainda na Ordem de Serviço que institui a OPCAM que a Chefia do DEPM era responsável pela requisição de materiais e equipamentos. O que chama a atenção é o fato de não constar neste documento o objetivo da oficina.

Em texto da Prof.^a Violeta, presente em jornal do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIRIO, chamado “CCH em Foco”²⁶⁵, em meados de 1987, é explicado o funcionamento da OPCAM até aquele momento, fazendo com que os resultados fossem considerados como animadores. No que se refere ao desempenho didático, a autora afirma que:

[...] a oficina tem propiciado aos alunos de Museografia I e Preservação de Bens Culturais I amplo atendimento: as aulas teóricas estão sendo dadas na própria OPCAM, sincronizadas com aulas práticas, portanto, os alunos têm a oportunidade de lidar diretamente com o acervo da OPCAM, apreendendo a documentar, manusear, embalar e guardar convenientemente os diversos materiais que compõe acervos de museus.²⁶⁶

Devemos ressaltar que a OPCAM tinha como um dos seus principais fins a realização de atividades práticas no que se refere à documentação, sendo este o motivo de, no trecho acima, a Professora Violeta ter citado também as de Museografia I. Em depoimento dado pela Prof.^a Violeta, os alunos trabalhavam muito na OPCAM e levantavam questões referentes à documentação de coleções museológicas, como catalogação, organização, entre outras.

A Oficina ficava localizada, na sala 508, no quinto andar, do antigo prédio do Centro de Ciências Humanas²⁶⁷. O espaço foi conseguido a partir de uma permuta com a Escola de Biblioteconomia. A sala que o Curso de Museologia poderia disponibilizar para o funcionamento do OPCAM era pequena, então, segundo depoimento da Prof.^a Violeta, a mesma lembrou que havia uma sala, do Curso de Biblioteconomia, cujas aulas continham poucos alunos, e entrou em contato com a Prof.^a Cecília Dornelles,

²⁶³ UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO. Ordem de Serviço GD/CCH/UNI-RIO/Nº10. Rio de Janeiro. 1986. 1p.

²⁶⁴ Idem.

²⁶⁵ CHENIAUX, Violeta. Oficina de Museologia. In: CCH em Foco, ano 2, n.º 3. Universidade do Rio de Janeiro.

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Rua Xavier Singaud, 290. Atualmente todo o prédio está ocupado pela parte administrativa (PROAD e PROPLAN).

responsável pela disciplina, para que sucedesse a troca de salas, sendo isto aceito pela referida professora. Notamos aqui como a ação e empenho de Violeta Cheniux foi decisiva e de grande importância para o estabelecimento da oficina.

Com a criação do Núcleo de Preservação e Conservação de Bens Culturais, em 1987, este e a Oficina coexistiram por certo tempo, mas como possuíam atividades muito próximas, acabavam se sobrepondo em suas atividades. Até que, segundo a Prof.^a Violeta, o NUPRECON acabou absorvendo naturalmente a OPCAM, tanto que, não há registro oficial da extinção da Oficina nos registros pesquisados na Universidade.

Ainda no texto publicado no jornal do Centro de Ciências Humanas, citado anteriormente, Violeta Cheniaux, afirma que, no que tange ao controle ambiental, os alunos observavam o funcionamento de aparelhos medidores e controladores da temperatura e da umidade relativa, fazendo com que houvesse imediata relação da teoria com a prática²⁶⁸. Os aparelhos utilizados para as medições foram conseguidos a partir de empréstimo com o ICOM, na época gerido pela Prof.^a Fernanda Camargo Moro²⁶⁹. A Prof.^a Violeta informa ainda, neste texto, que o aluno era instigado, a partir desta relação, a refletir sobre os problemas climáticos observados e a procurar, com o auxílio do professor, estabelecer diagnósticos e soluções adequadas para cada situação analisada.²⁷⁰

Ainda fazendo a leitura do supracitado texto, temos informações sobre como era feito o controle da intensidade de luminosidade, sendo realizado pelos próprios alunos, que foram familiarizados com o uso do luxímetro, e estes também faziam os diagnósticos e estabeleciam meios de controle da incidência de luz. Este texto deixa bem claro como ocorriam as atividades dentro da OPCAM/ NUPRECON, sendo valioso registro para o entendimento de como eram realizadas as aulas práticas do Curso e também nos deixa claro o entusiasmo provocado na autora em relação ao ensino prático aos alunos.

3.3 O Projeto de Pesquisa “A Atuação do Museólogo no Controle da Luz e da Umidade para a Preservação e Conservação dos Acervos de Museus da Fundação de Artes do Rio de Janeiro (FUNARJ)”

²⁶⁸ CHENIAUX, Violeta. Oficina de Museologia. In: CCH em Foco, ano 2, n.º 3. Universidade do Rio de Janeiro.

²⁶⁹ CHENIAUX, Violeta. Entrevista concedida a Luana da Conceição Martins. Rio de Janeiro, 24 de fev. 2017.

²⁷⁰ CHENIAUX, Violeta. Oficina de Museologia. In: CCH em Foco, ano 2, n.º 3. Universidade do Rio de Janeiro.

Na segunda metade da década de 80, a Prof.^a Violeta encaminhou ao CNPq a proposta de um projeto de pesquisa, que ocorreria entre fevereiro de 1987 e abril de 1988. Esta pesquisa teria uma equipe constituída por ela, como coordenadora e Pesquisadora Principal, duas bolsistas colaboradoras, as alunas Alzira de Jesus Peixoto Cattony e Essila Burello Paraíso. Teria também como Consultor, o Prof. Gael de Guichen, que na ocasião, atuava como Assistente Científico no Curso de Formação do “Centre International pour l’Etude de la Préservation et la Conservation du Patrimoine Culturel” (ICCROM). E teve grande influência teórica sobre o conceito de Conservação Preventiva trabalhado no Curso de Museologia da UNIRIO. Atuando ainda na equipe, havia Rosaly Rodrigues Fernandes, atuando como estatística²⁷¹.

Em março de 1987, as atividades do projeto de pesquisa “A Atuação do Museólogo no Controle da Luz e da Umidade para a Preservação e Conservação dos Acervos de Museus da Fundação de Artes do Rio de Janeiro (FUNARJ)”²⁷², com apoio do CNPq e da UNI-RIO²⁷³, foram iniciadas. O referido projeto de pesquisa buscava:

Avaliar a atuação profissional do museólogo na área de preservação do acervo museológico, com o objetivo de comprovar a necessidade de adoção de cuidados específicos para a melhor conservação das coleções existentes nos museus, destacando-se na descrição do projeto a busca da **instituição de um Núcleo de Preservação e Conservação**, com um Programa de Atendimento Pedagógico e Técnico na Universidade do Rio de Janeiro²⁷⁴. (grifos nossos)

A implantação de um Núcleo de Preservação e Conservação, como podemos observar ao ler o projeto e nas palavras da própria Violeta Cheniaux em sua dissertação de mestrado²⁷⁵, consistia em um dos objetivos básicos do projeto de pesquisa, sendo entendido como um desenvolvimento final do projeto. O

²⁷¹ CHENIAUX, Violeta. Projeto de Pesquisa Detalhado A Atuação do Museólogo no Controle da Luz e da Umidade para a Preservação e Conservação dos Acervos de Museus da Fundação de Artes do Rio de Janeiro (FUNARJ). Rio de Janeiro: UNI-RIO, 1986.

²⁷² Registro no CNPq sob o Número de Processo 402261/86.0/LA.

²⁷³ Atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

²⁷⁴ Projeto de criação da Pesquisa “A atuação do Museólogo no Controle da Luz e da Umidade para a Preservação e Conservação dos Acervos dos Museus da Fundação de Artes do Rio de Janeiro (FUNARJ)”, Rio de Janeiro, p. 5. 1986.

²⁷⁵ CHENIAUX, Violeta. A Formação do Museólogo no Controle da Luz e da Umidade para a Conservação de Acervos. 1991. Dissertação (Mestrado em Administração de Centros Culturais) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

projeto de pesquisa trabalhava com a identificação da situação das coleções dos museus da FUNARJ, sob o viés da Preservação e da Conservação, considerando o espaço físico que eles ocupavam. Trabalhava também com a verificação da existência de equipamentos para o controle ambiental, com a análise do conhecimento sobre Preservação e Conservação dos profissionais que trabalhavam diretamente com o acervo e com o levantamento de questões sobre aprimoramento profissional de museólogos da FUNARJ, na área da Conservação. Além disso visava:

Propiciar aos alunos dos últimos períodos do Curso de Museologia a oportunidade de desenvolver seus conhecimentos teóricos sobre Preservação e Conservação ao participarem do **Núcleo de Preservação e Conservação** com um Programa de Atendimento Pedagógico e Técnico a ser instituído²⁷⁶. (Grifos nossos)

O teste do projeto de pesquisa como pesquisa-piloto foi realizado no período de maio a junho de 1986, em oito museus da FUNARJ: Museu da Imagem e do Som; Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro; Museu do Primeiro Reinado; Museu Carmem Miranda; Museu dos Teatros; Museu dos Esportes; Museu Histórico do Estado do Rio de Janeiro e Museu de Artes e Tradições Populares²⁷⁷.

A partir desta experiência, Prof.^a Violeta pôde observar as condições de conservação do acervo pertencente à esta Fundação, além de analisar se ocorria monitoramento ambiental, com a utilização de aparelhos de medição de luz e umidade relativa. Notou, então, a situação precária em que tais coleções se encontravam e confirmou a necessidade de dar apoio pedagógico, a partir da instituição de um laboratório, para instituições, profissionais de museus e alunos do Curso²⁷⁸. Possivelmente também levou em consideração a questão de que, se houvesse preservação e conservação, evitaria-se, ao máximo, a necessidade de procedimentos de Restauração dos objetos. Nesta época, ainda não possuía os aparelhos necessários para as medições, como o psicrômetro e o luxímetro, sendo este último adquirido pela Universidade para ser utilizado na pesquisa. No próprio texto de proposta de criação do projeto de pesquisa, a Prof.^a Violeta Cheniaux sugeriu a criação, na UNIRIO, do NUPRECON, a partir da confirmação da situação, como dito anteriormente, em que se encontravam as coleções. Dentro desta proposta, o Núcleo e o Programa de Atendimento Pedagógico, que também seria criado, teriam as seguintes atribuições:

²⁷⁶ CHENIAUX, 1986.p. 5.

²⁷⁷CHENIAUX, Violeta. A Formação do Museólogo no Controle da Luz e da Umidade para a Conservação de Acervos. 1991. Dissertação (Mestrado em Administração de Centros Culturais) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

²⁷⁸ CHENIAUX, Violeta. Entrevista concedida a Luana da Conceição Martins. Rio de Janeiro, 24 de fev. 2017.

1 – Elaboração de um manual contendo regras de utilização dos aparelhos de precisão e normas gerais de preservação e conservação de acervos, dando ênfase ao controle da luz e da umidade relativa. 2- Treinamento pedagógico e técnico dos alunos de Museologia nos últimos períodos (6º, 7º, 8º) quanto a prestação de esclarecimento sobre a importância do controle da luz e da umidade na preservação e conservação dos acervos dos museus. 3 – Ida dos alunos integrantes do Núcleo de Preservação e Conservação aos Museus, munidos dos aparelhos a fim de prestar atendimento ao corpo técnico da área de conservação de acervos. 4 – Criação, pelo Núcleo, de um programa que permitiria aos museus pedir emprestado, por um período, os instrumentos necessários para a medição da luz e da umidade relativa, mediante um termo de compromisso no qual o museu se responsabilizaria pelos cuidados com os aparelhos.²⁷⁹

A Prof.^a Violeta, ao pensar o NUPRECON e o Programa de Atendimento Pedagógico e Técnico, previu, como apontado na citação acima, o atendimento aos museus que não possuísem os aparelhos de medição necessários para o monitoramento ambiental. Para que tais instituições pudessem ter este suporte por meio do Curso de Museologia da UNIRIO, além de propiciar aos museus apoio através de informações técnicas sobre controle de luz e umidade. A mesma afirma ainda que o Núcleo a ser criado:

[...] promoveria a conscientização dos museólogos brasileiros quanto à necessidade de Preservação e Conservação dos acervos e, incentivaria em todo o Brasil, museus que dispusessem de recursos financeiros e humanos a adquirir os seus próprios aparelhos e promover reciclagem permanente do seu pessoal técnico ligado à conservação de acervos.²⁸⁰

O Projeto de Pesquisa contava ainda com o apoio de duas bolsistas colaboradoras, como dito anteriormente, as alunas: Alzira de Jesus Peixoto Cattony e Essila Burello Paraíso. Elas trabalhavam indo aos museus da FUNARJ e realizavam medições de luminosidade, umidade relativa e temperatura, além de analisarem os dados das variações ocorridas.

3.4 - Núcleo de Preservação e Conservação de Bens Culturais – NUPRECON VIOLETA CHENIAUX

A Conservação Preventiva consistiu em um dos objetivos primordiais a serem abordados no âmbito do NUPRECON durante os primeiros anos de existência do Núcleo. Isto fica claro ao lermos o seu projeto de criação. Desta forma, se torna essencial, explicarmos o Conceito de Conservação Preventiva a ser trabalhado nesta pesquisa.

²⁷⁹ CHENIAUX, 1986.p. 11.

²⁸⁰ Idem.

Segundo os Conceitos-Chave da Museologia, a Conservação Preventiva consiste em

o conjunto de medidas e ações que têm por objetivo evitar e minimizar futuras deteriorações ou perdas. Elas se inscrevem em um contexto ou ambiente de um bem cultural, porém, mais comumente no contexto de um conjunto de bens, seja qual for a sua antiguidade e o seu estado. Essas medidas e ações são indiretas – não interferem com os materiais e estruturas dos bens. Também não modificam a sua aparência²⁸¹.

Nesta definição encontramos a visão do grupo de profissionais de museus congregados nessa instituição sobre a Conservação Preventiva, no entanto, mesmo sendo aplicável ao contexto sobre o qual nos debruçamos, torna-se interessante verificar também a definição dada por G  el de Guichen que, como já dito anteriormente, teve grande influência no ensino deste conceito no Curso de Museologia. Segundo Guichen,

[...] a conserva  o preventiva    o conjunto de a  es para garantir a salvaguarda (ou aumentar a expectativa de vida) de uma cole  o ou um objeto. Algumas dessas a  es são diretas, outras indiretas. Algumas serão muito gerais [...], outras muito específicas (controle de luz). Algumas a  es, finalmente, serão de fato do diretor [...], do arquiteto [...] do conservador [...], do restaurador [...] e até mesmo de educadores. Na verdade, todo o pessoal do museu de uma forma ou outra, têm a responsabilidade da conserva  o preventiva.²⁸²

O que chama a aten  o neste trecho    o fato de que, segundo Guichen, as atividades relativas a conserva  o preventiva são atribui  es de todos os que integram o quadro profissional dos museus. Em texto publicado em 1996, nos Anais do Museu Histórico Nacional, a Prof.^a Violeta Chenaux traz pensamento que podemos aproximar com o que    dito por Guichen, ao afirmar

O profissional de museu deve estar consciente da importância da preven  o da deteriora  o a que estão sujeitos os objetos museológicos ao lidar diretamente com os diversos tipos de acervo sob a responsabilidade. A ado  o de medidas preventivas, com destaque no controle das agressões ambientais, torna-se, portanto, **indispensável no exercício cotidiano da Museologia.**²⁸³ (grifos nossos)

   interessante ressaltar no trecho acima a afirma  o de que as a  es conservativas são fortemente ligadas ao exercício da Museologia, mas no entanto, o trecho    iniciado se referindo ao "profissional" de museu", não limitando apenas ao museólogo, mas ao quadro geral de empregados, sendo entendido por nós como

²⁸¹ DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013. p. 80.

²⁸² GUICHEN, 1995 pág. 5-6.

²⁸³ CHENIAUX, 1996, p. 118.

próximo ao dito por Guichen. Devemos, mesmo assim, destacar a atuação do museólogo, sendo o responsável por idealizar projetos de iluminação atuar de forma a equilibrar questões conflitantes: expor o objeto de forma a valoriza-lo com a iluminação, mas protegendo-o das ações nocivas da mesma²⁸⁴.

Gäel de Guichen, resume o conceito de Conservação Preventiva, de forma clara e sucinta, não deixando mais dúvidas de como esta forma de prevenção ampliava as práticas usuais da época:

A conservação preventiva requer uma profunda mudança de mentalidade: Quem pensou no objeto, deve agora pensar em coleções; Quem pensou ambiente, deve pensar a construção; Quem pensou semanas para pensar anos; Quem pensou em pessoa, deve pensar em equipe; Quem pensou despesas de curto prazo, deve pensar investimento a longo prazo; Quem pensou estreita, deve pensar grande [...].²⁸⁵

A discussão sobre Conservação, segundo Alarcão (2007), teria tido início nos anos 70, quando Gary Thomson demonstrou a importância de controlar o meio ambiente que rodeia as coleções, assim como a sua iluminação, a fim de evitar problemas causados pela instalação sistemática de climatização nas galerias de exposição²⁸⁶. Teria sido a partir de então que o autor teria afirmado que “Um mau restaurador pode destruir um objeto por mês. Um mau conservador pode destruir uma coleção inteira em um ano.”²⁸⁷ No entanto, o primeiro a utilizar a expressão “Conservação Preventiva”, sendo justamente por isso considerado o padrinho desta vertente da Conservação²⁸⁸.

Partindo para o pensamento de Guichen, no que se refere à conservação Preventiva, afirma que a sua aplicação prática pressuporia qualidades apresentadas pelo ser humano e que, se conjugadas com o conhecimento científico e a experiência profissional, o possibilitariam atuar de modo correto. Essas qualidades seriam o senso comum, a memória, a intuição, a razão e a ética²⁸⁹.

Mas qual seria a finalidade da Conservação Preventiva? Na concepção de Alarcão,

Por outras palavras podemos dizer que os objectivos da conservação preventiva consistem na erradicação ou diminuição das causas de deterioração (*reduction of the cause of damage*) e na descoberta precoce das ameaças (*early discovery*), com a finalidade de evitar o

²⁸⁴ Idem

²⁸⁵ GUICHEN, Op. cit., p. 6.

²⁸⁶ ALARCÃO, 2007. P. 9.

²⁸⁷ THOMSON apud ALARCÃO, 2007, p.3.

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ Ibidem, p. 9.

recurso a uma intervenção curativa. O património é frágil e as causas de degradação dos bens culturais são as mais diversificadas.²⁹⁰

Devemos destacar ainda que a Conservação Preventiva compreende cuidados que vão além das ações em laboratórios e reservas técnicas. Ela deve estar presente na embalagem, no manuseamento dos objetos, no controle ambiental nas salas de exposição e demais espaços que possuam bens patrimoniais, entre outras ações.

Enquanto, no final dos anos 70, início dos 80, Guichen trazia esta discussão à tona, poucos anos depois, no Curso de Museologia, a prof.^a Violeta Cheniaux entrava em sintonia com essas novas abordagens e buscava implantar na formação dos museólogos o conceito de Conservação Preventiva, instituindo aulas práticas. O fato de serem discussões tão recentes e a inserção deste conceito no ensino demonstra, claramente, como a formação em conservação, dentro do Curso seguia uma constante atualização e acompanhava as discussões internacionais. Além de resultarem no pioneirismo da criação de um núcleo voltado para a Conservação Preventiva. A importância do ensino sobre a Conservação Preventiva na formação do museólogo consiste no fato de que esta oferece embasamento para que o profissional, ao chegar nas instituições em que irá trabalhar, saiba “reconhecer o inimigo a fim de desenvolver estratégia que reduza ao mínimo a deterioração dos objetos museológicos”²⁹¹. Ao ter estudado este conteúdo em sua formação,

[...] o museólogo, ao conhecer a natureza, as ações e reações do inimigo, o enfrentará servindo-se de armas de contra-ataque tão eficientes que, sem eliminá-los totalmente, reduzirão de maneira considerável os danos que possam provocar nos materiais orgânicos que constituem partes expressivas das coleções de museus.²⁹²

Podemos inferir a partir do texto citado acima e de outros trabalhos da autora, que a Prof.^a Violeta, ao pensar a criação do Núcleo de Preservação e Conservação de Bens Culturais – NUPRECON, buscou que a ciência e a tecnologia estivessem aliadas à Conservação Preventiva nos museus.

Após o início da pesquisa, em março de 1986, pouco mais de um ano depois, em 2 de junho de 1987, foi promulgada a Ordem de Serviço GD/CCH/UNI-RIO/, n.º 09, que dispôs sobre a criação de um Grupo de Trabalho para elaborar o regulamento do Núcleo de Preservação e Conservação que seria criado no Centro de

²⁹⁰ ALARCÃO, 2007, p. 10-11.

²⁹¹ CHENIAUX, Violeta, 1996, p. 118.

²⁹² Ibidem, p. 120.

Ciências Humanas da UNI-RIO²⁹³. A criação do NUPRECON contou com o apoio do decano do CCH, Prof. Arno Wehling, além de professores de outros departamentos, segundo relato da professora Violeta²⁹⁴. A Ordem de Serviço que instituiu o Grupo de Trabalho responsável por pensar a criação do NUPRECON designou como membros: Violeta Cheniaux, Liana Rubi Teresa de Castaños Ocampo (Professora do Curso de Museologia), Jaira de Magalhães Rubez Primo (Diretora do Curso de Arquivologia), Julia Belesse da Silva Lins (Professora do Curso de Arquivologia), Antônio Barbosa e Marcia Cristina de Siqueira Cavalcanti²⁹⁵.

O grupo teve o prazo de trinta dias a partir de então para apresentação do Projeto de Regulamentação à Decania do Centro. Quase um mês após o prazo estipulado para a entrega do projeto, foi promulgada a Instrução Normativa Interna GD/CCH/ N.º 03, em 8 de julho de 1987, aprovada no Conselho do Centro, que tratava da instituição do Núcleo de Preservação e Conservação, do Centro de Ciências Humanas. Neste mesmo mês, o Núcleo passa a ter funcionamento pleno, o que nos sugere a urgência de se pôr em prática os ensinamentos sobre Conservação Preventiva, fazendo uso de aparelhos monitores e controladores de luz e da umidade relativa ambiental. A viabilidade da implantação do Núcleo também se deve ao fato dele ter sido “equipado com aparelhos de precisão subsidiados pelo CNPq e pela UNIRIO”²⁹⁶. Este apoio deixa claro como a iniciativa era considerada importante para o setor de pesquisa, para o Curso e para a própria universidade. Em depoimento, a Prof.^a Violeta confirmou que teve muito apoio da própria Universidade e do CNPq para a montagem do núcleo, que foi muito bem recebido no Centro de Ciências Humanas e Sociais. Localizamos, na coleção Violeta Cheniaux, integrante do acervo do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, documento encaminhado pela Prof.^a Violeta ao CNPq, com proposta de compra de aparelhagem, da Loja Lutz Fernando, especializada em ótica e instrumental científico²⁹⁷. Neste documento são solicitadas as compras de:

- Um psicrômetro de funda completo, no valor de CZ\$5.615,00
- Um higrômetro de cabelo, no valor de CZ\$2.010,00
- Termohigrógrafo, no valor de CZ\$16.170,00

²⁹³ UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO. Ordem de Serviço GD/CCH/UNI-RIO/, n.º 09. Dispõe sobre a instituição de Grupo de Trabalho para a elaboração de projeto de criação do Núcleo de Preservação e Conservação do Centro de Ciências Humanas da Uni-Rio. 02 de junho de 1987. 1p.

²⁹⁴ CHENIAUX, Violeta. Entrevista concedida a Luana da Conceição Martins. Rio de Janeiro, 24 de fev. 2017.

²⁹⁵ Ordem de Serviço GD/CCH/UNI-RIO/N.º09/87. Rio de Janeiro, 02 de junho de 1987.

²⁹⁶ CHENIAUX, 1991, p. 126.

²⁹⁷ CHENIAUX, Violeta. Pedido de Compra. Rio de Janeiro. 30 de junho de 1986. 1p.

- Um luxímetro portátil, no valor de CZ\$5.290,00

Retornando a leitura da Instrução Normativa Interna que institui o Núcleo, observamos, no primeiro parágrafo do Capítulo I, que trata das Considerações Preliminares, a justificativa da criação do NUPRECON tendo em vista a existência do Projeto de Pesquisa anteriormente citado e tendo este como um dos objetivos da institucionalização de um Núcleo de Preservação e Conservação²⁹⁸, cuja necessidade foi constata ao longo da pesquisa realizada nos museus da FUNARJ.

No Parágrafo 3, da mesma Instrução Normativa, também é justificada a criação diante da necessidade de propiciar aos alunos do CCH condições de colocarem em prática os conhecimentos teóricos sobre Preservação e Conservação obtidos ao longo de sua formação, com o auxílio do Programa de Atendimento Pedagógico e Técnico, também previsto no projeto de pesquisa. Também é exposto, no referido documento, o caráter que o Núcleo teria de prestar atendimento ao Laboratório de Preservação e Restauração de Documentos, coordenado pela Prof.^a Julia Belesse, ligado ao Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos, demonstrando o interesse de estabelecer atividades com outros cursos do Centro de Ciências Humanas. Além de prestar atendimento também à Oficina de Preservação e Conservação de Acervos Museológicos, vinculada ao Departamento de Estudos e Processos Museológicos (DEPM). É destacado que deveria existir um caráter de cooperação entre estes, mas com autonomia garantida. Por fim, a criação do NUPRECON trabalharia a favor da necessidade de proteção dos registros dos bens culturais, através da Preservação e Conservação das coleções de instituições culturais como museus, arquivos e bibliotecas²⁹⁹.

No capítulo III, da Instrução Normativa, são estabelecidos os oito pontos de objetivos do Núcleo. O primeiro objetivo era o de ampliação do atendimento pedagógico e técnico às instituições museológicas, bem como arquivos e bibliotecas, tendo como finalidade, também, a integração dos cursos de Museologia, de Arquivologia e Biblioteconomia, todos estes existentes no CCH.

O espaço do núcleo, segundo o mesmo documento, também serviria para a capacitação dos alunos, especialmente em relação ao controle da luz e da umidade relativa. Devemos destacar ainda, que, neste objetivo, é dito que esta capacitação deveria ocorrer após os alunos cursarem as disciplinas

²⁹⁸ UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO. Ordem de Serviço GD/CCH/UNI-RIO/, n.º 03. Dispõe sobre a instituição do Núcleo de Preservação e Conservação do Centro de Ciências Humanas da Uni-Rio. 08 de julho de 1987. 5p.

²⁹⁹ Idem.

“Preservação de Bens Culturais I” e “Preservação de Bens Culturais II”, do Curso de Museologia, e a disciplina “Conservação e Restauração de Documentos”, do Curso de Arquivologia.

Também é apontado, no terceiro ponto dos objetivos, a ida de alunos dos integrantes do núcleo, arquivos e bibliotecas que possuíssem convênio com a Universidade, sob a supervisão de docente especializado na área de Preservação e de Conservação, para dar apoio técnico aos profissionais das instituições.

Um dos objetivos presentes na Instrução Normativa e que nos chama a atenção consiste em apontar o desejo de “despertar a conscientização dos Museus, Arquivos e Bibliotecas quanto a necessidade de preservar os seus acervos, incentivando aqueles que dispusessem de recursos humanos e financeiros e promover reciclagem periódica de seu pessoal técnico ligado à preservação e conservação de acervos, e adquirir os seus próprios aparelhos”³⁰⁰. A partir deste objetivo, podemos entender a visão consciente da criadora deste núcleo ao defender a necessidade de reciclagem periódica dos profissionais, diante dos avanços ocorridos na área da Conservação naquele período, principalmente por a década de 80 ter tido crescimento considerável na criação de laboratórios de restauração pelo país, como citado anteriormente.

A principal atividade realizada no espaço do Núcleo de Preservação e Conservação de Bens Culturais foi a realização de aulas práticas das disciplinas do Curso de Museologia e também de cursos de extensão. As aulas eram essencialmente práticas e os alunos, que até então não tinham esta oportunidade, segundo a Prof.^a Violeta, ficavam entusiasmados com a oportunidade de realizarem a prática da Conservação Preventiva³⁰¹. As peças utilizadas na OPCAM, que eram dos mais variados materiais, recebidas por doação de professores, alunos e da própria professora responsável, foram transferidas para o NUPRECON e eram utilizadas nas aulas.

O entusiasmo dos alunos também poderia se basear no fato de que as aulas não eram em um espaço convencional de sala de aula. O espaço físico do núcleo apresentava uma grande mesa de trabalho, onde os alunos sentavam-se ao redor, não tendo carteiras. Também não era utilizado quadro negro, pois o pó do giz seria uma forma de poluição do espaço, desta forma, foi obtido, pela Prof.^a Violeta, um quadro de fórmica branca que dispensava o giz, um luxo raro naquela época³⁰².

³⁰⁰ Ibidem, p. 2.

³⁰¹ CHENIAUX, Violeta. Entrevista concedida a Luana da Conceição Martins. Rio de Janeiro, 24 de fev. 2017.

³⁰² CHENIAUX, Violeta. Entrevista concedida a Luana da Conceição Martins. Rio de Janeiro, 24 de fev. 2017.



Sala do NUPRECON - 1996

Os alunos tinham acesso ao acervo e realizavam medições sobre as peças, praticando também a catalogação, o que evidencia a proximidade do ensino de documentação e conservação, isto provavelmente ocorreria em virtude de a documentação também poder ser entendida como meio de preservação dos objetos. Os alunos também tiravam fotografias dos objetos para o registro do acervo. Segundo Sá (2012), a Reforma Curricular que o Curso sofreu em 1985, na qual foram criadas duas disciplinas específicas sobre Preservação e Conservação, ligada à implantação do NUPRECON, em 1987,

[...] convergiu para os mais recentes estudos que norteavam a Conservação Preventiva, uma vez que, Violeta Cheniaux sintonizou-se com as discussões do ICOM-CC e com as publicações da Unesco – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, do Instituto Canadense de Conservação e do Instituto Getty de Conservação, tendo adotado textos importantes de Garry Tomson, Gäel de Guichen , Philip Ward, Doroty Dudley, Willian Leisher, e Natan Stolow, dos quais vários foram traduzidos para o português por ela e se tornaram importante material didático.³⁰³

Durante o projeto de pesquisa realizado nos museus da FUNARJ, em 1986, os museólogos entrevistados reconheciam a necessidade de aprimoramento profissional e, portanto, reivindicavam a criação de cursos de atualização e aperfeiçoamento nas áreas de Preservação e Conservação³⁰⁴. A partir disto, passaram a ser desenvolvidos no Núcleo cursos de extensão que eram abertos para profissionais de museus. Estes cursos eram paralelos às aulas do Curso de Museologia e eram mais aprofundados, com mais desenvolvimento prático³⁰⁵.

³⁰³ SÁ, 2012, p. 27.

³⁰⁴ CHENIAUX, Violeta. A Formação do Museólogo no Controle da Luz e da Umidade para a Conservação de Acervos. 1991. Dissertação (Mestrado em Administração de Centros Culturais) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

³⁰⁵ Idem.

Ao ler os relatórios dos cursos, vemos que os inscritos faziam uso, com grande frequência, dos aparelhos de medição³⁰⁶. Analisavam gráficos dos aparelhos e, diante disto, observavam a variação de temperatura e a variação da umidade relativa em relação à temperatura. Depois disso, pensavam como poderiam, em um ambiente que não era climatizado, proteger o acervo da melhor forma possível com os suportes, embalagem e outros meios de controle da umidade³⁰⁷. A professora Violeta fez questão de que o ambiente do NUPRECON não fosse climatizado, para que ficasse mais próximo à realidade dos museus brasileiros³⁰⁸. Não queria que fosse utópico, queria que os alunos se preparassem para lidar com as possibilidades dos museus.



Exemplos de aparelhos utilizados nas aulas práticas

Eram oferecidos regularmente cursos, pois havia grande procura, constatamos isso ao ver a periodicidade dos relatórios. Ao analisar o relatório de atividades realizadas no Núcleo, ainda em seu ano de criação, 1987, tomamos conhecimento de que foi realizado o primeiro curso de atualização oferecido aos alunos da área de Museologia sobre “Treinamento Pedagógico e Técnico no Controle da Luz e da Umidade Relativa nos Museus, Arquivos e Bibliotecas”. Todos os inscritos já haviam cursado a disciplina Preservação de Bens Culturais I, do Curso de Museologia³⁰⁹. O referido curso tinha como objetivo desenvolver, através de aulas práticas, os conhecimentos teóricos sobre o controle da umidade relativa e da iluminação que os alunos já tinham obtido na

³⁰⁶ CHENIAUX, 1987. 3p.

³⁰⁷ CHENIAUX, 1988. 3p.

³⁰⁸ CHENIAUX, Violeta. A Formação do Museólogo no Controle da Luz e da Umidade para a Conservação de Acervos. 1991. Dissertação (Mestrado em Administração de Centros Culturais) – Universidade do Rio de Janeiro.

³⁰⁹ CHENIAUX, 1987. 3p.

disciplina. Este curso teve início no dia 8 de julho, ou seja, no mesmo dia da promulgação da Instrução Normativa que criara o NUPRECON. As aulas ocorriam às quartas-feiras, no horário de 13:00 às 15:00 horas, tendo carga horária de 30 horas. No total foram oito alunos inscritos. As aulas foram interrompidas entre os dias 5 de agosto e 14 de setembro em razão das férias escolares. A data prevista para o término do curso era o dia 17 de dezembro do mesmo ano. Nesta segunda fase, foram feitas oito novas inscrições, totalizando 16 alunos no curso, o que, segundo o relatório, ultrapassava o número máximo fixado de doze alunos³¹⁰.

Na primeira fase do curso realizado no segundo semestre de 1987, foram desenvolvidas atividades como a utilização do psicrômetro³¹¹, além de explicações sobre o uso do luxímetro³¹². Também foi realizada uma análise das condições de umidade relativa e iluminação na Biblioteca Setorial, no espaço da Exposição Curricular do Curso de Museologia daquele ano, denominada “Você faça um esforcinho para abraçá-lo...”, bem como a análise das fichas de controle da umidade relativa da OPCAM. Foi realizada a medição da incidência da luz e dos efeitos nocivos da umidade relativa em variados materiais do acervo da OPCAM. Foi realizado também treinamento pedagógico, consistindo em explicações sobre a utilização de aparelhos de medição de luz e umidade relativa, Foi feita a experiência de comparação de índices de umidade relativa dentro da sala da OPCAM (micro-clima) e na Estação de Meteorologia do Flamengo (macro-clima). Além destas atividades também foram realizadas diversas outras ações práticas. Os alunos também fizeram relatórios sobre algumas atividades por eles desenvolvidas. Estes relatórios ficavam arquivados no NUPRECON.



Fotografia de curso realizado no NUPRECON – Início dos anos 2000

Podemos observar, a partir das informações existentes neste relatório, como, assim que ocorreu sua criação, o NUPRECON passou a desempenhar as atividades

³¹⁰ CHENIAUX, 1987. 3p.

³¹¹ Composto por dois termômetros fixados lado a lado: um com bulbo úmido e outro com bulbo seco. O ar entra em contato com os bulbos ao girar-se o aparelho.

³¹² Instrumento de precisão que, graduado em lux, mede a iluminância incidente sobre o objeto.

para o qual fora pensado, utilizando espaços além do laboratório como as medições realizadas nas Exposições Curriculares realizadas por alunos do sétimo período do Curso de Museologia, as medições na Biblioteca setorial, entre outras ações.

Nos cursos realizados no Núcleo podemos destacar o curso de extensão “Controle Ambiental em Museus, Arquivos e Bibliotecas”, com carga horária de 120 horas, realizado entre março e junho de 1988, com 25 vagas, sendo todas estas ocupadas. Tinha a Prof.^a Violeta Cheniaux como responsável e o Prof. Antônio Carlos Nunes Batista, que era químico da Biblioteca Nacional e integrante da ABRACOR, como ministrante convidado. Este curso foi mais aprofundado do que os outros. Segundo a Prof.^a Violeta Cheniaux, no relatório do curso:

As aulas foram dadas em alto nível científico, integrando a física, a química e a matemática à prática do controle ambiental em Arquivos, Bibliotecas e Museus. Assim é que foi ressaltada a importância da interdisciplinaridade nestas três áreas, a fim de que os responsáveis pela conservação de acervos acrescentem aos seus conhecimentos específicos nesta área conhecimentos científicos indispensáveis no controle do meio ambiente.³¹³

Ainda segundo a Prof.^a Violeta, uma de suas metas e uma das lutas que considerava mais importantes, no NUPRECON, era a conscientização da necessidade de interdisciplinaridade em equipes que tratassem de Preservação/Conservação. Segundo ela, tais equipes deveriam ser constituídas por conservadores, químicos, físicos para poderem somar conhecimentos específicos e realizarem um melhor trabalho final³¹⁴. Esta visão da Prof.^a Violeta Cheniaux se torna interessante se entendermos que a Conservação Preventiva consiste em trabalho científico, necessitando do apoio de outras áreas do conhecimento. Além de consistir numa mudança de mentalidade, exigindo consenso nas ações a serem realizadas a fim de preservar o acervo de danos futuros. Segundo Alarcão (2007), “a conservação preventiva exige consenso de muitos saberes altamente especializados e diversificados, e uma coordenação eficaz.”³¹⁵. Acreditamos que ao integrar esta equipe multidisciplinar, o museólogo não tem a necessidade de dominar todos os conhecimentos e saberes envolvidos. Mas deve obrigatoriamente ter a capacidade técnica de utilizar os meios para a Conservação Preventiva, sabendo dialogar com os demais especialistas. E para obter esta capacidade técnica, necessita ter em sua formação um ensino profundo sobre esta temática.

³¹³ CHENIAUX, 1988, p.2.

³¹⁴ CHENIAUX, 1988, p. 3.

³¹⁵ ALARCÃO, 2007, p. 12.

O NUPRECON no final da década de 80 possuía diversas publicações, originais ou cópias, relativas à Conservação de diversos tipos de acervos.³¹⁶



Prof.ª Violeta manuseando aparelho de medição – 1996



Prof.ª Violeta manuseando objetos utilizados nas aulas do NUPRECON, 1996.

3.5 Os anos 90 no Curso de Museologia e o Ensino de Preservação e Conservação

Na década de 90, o Curso de Museologia passou por mais uma Reforma Curricular, na qual as duas disciplinas de Preservação e Conservação foram transformadas em apenas uma: “Preservação e Conservação de Bens Culturais”. Com 90 horas de carga horária, era disciplina ofertada no 4º período do Curso e ministrada pelo Prof. Ivan Coelho de Sá³¹⁷, que desde o ano anterior sucedera à Prof.ª Violeta Cheniaux na disciplina Preservação e Conservação de Bens Culturais I e na Coordenação do NUPRECON.

Preservação e Conservação de Bens Culturais tinha como pré-requisito a disciplina Museografia I (45/3), que abordava temas relativos à definição de museu, Museologia e Museografia, tipologia de museus e pesquisa no Museu³¹⁸. A disciplina de Conservação continha basicamente o mesmo conteúdo de Preservação de Bens Culturais I, tendo sido acrescentado um tópico sobre organização de laboratórios “Seção de Conservação: montagem de laboratório de conservação. Cuidados e precauções básicas. Equipamentos e mobiliários”³¹⁹, introduzido pelo Prof.

³¹⁶ CHENIAUX, Violeta. Entrevista concedida a Luana da Conceição Martins. Rio de Janeiro, 24 de fev. 2017.

³¹⁷ Bacharel em Museologia (UNIRIO) e em Pintura (UFRJ), mestrado em História da Arte (UFRJ), Doutorado em Artes Visuais (UFRJ). Professor do Departamento de Estudos e Processos Museológicos (UNIRIO) e do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS/UNIRIO)

³¹⁸ Programa de Disciplina Museografia I, 1997.

³¹⁹ SÁ, 2007, p. 28.

Ivan, que foi responsável implantação da Seção de Conservação-Restauração no Museu Histórico do Exército/ Forte de Copacabana, a partir de 1987.

Os objetivos de Preservação e Conservação de Bens Culturais eram:

Despertar o aluno para a importância da ciência e da tecnologia aliados à conservação preventiva; mostrar ao aluno a importância da investigação dos principais agentes agressores dos bens culturais, desenvolvendo o seu sentido de observação; utilizar aparelhos monitores do diagnóstico de ação da energia radiante visível e invisível, assim como da umidade ambiental sobre coleções de museus; colocar em prática os diversos meios de controle da luz e da umidade ambiental; propiciar o exercício prático de métodos básicos de conservação reparadora em acervos arquivísticos, biblioteconômicos e museológicos.³²⁰

A parte teórica versava sobre patrimônio; o desenvolvimento da preservação; conservação e restauração através da História; as instituições internacionais e nacionais; a Conservação no Brasil; o Curso de Museologia e a Conservação; a atuação do museólogo como conservador; montagem de um laboratório; degradação de materiais orgânicos e inorgânicos; fatores de degradação como ar, luz, umidade relativa; além de técnicas e materiais; principais danos e possíveis soluções; acondicionamento, transporte e conservação em reserva técnica e em exposição. Possuía ainda uma parte prática, desenvolvida no Núcleo de Preservação e Conservação de Bens Culturais – NUPRECON, que consistia em tratar sobre o funcionamento e uso de aparelhos monitores, limpeza mecânica de documentos, livros, telas e têxteis, além de reparos em livros e documentos³²¹. Notamos como era exaustivo o conteúdo a ser estudado em apenas uma disciplina, o que, possivelmente poderia até diminuir o nível de rendimento dos alunos neste aprendizado. Provavelmente ao constarem este fato, nos anos 2000, o curso, ao passar por mais uma reforma curricular, divide esta disciplina em quatro. Este item será tratado mais à frente no presente trabalho.

Alguns anos antes desta nova Reforma Curricular, no cenário internacional, em 1994, o ICCROM iniciou um projeto com o nome *Teamwork for Preventive Conservation*, com o objetivo de desenvolver “metodologias para a aplicação da conservação preventiva nos museus, tentando avaliar os principais problemas detectados e as linhas de ação mais urgentes”³²². Este projeto organiza cursos internacionais de Avaliação e gestão de Riscos (*Risk Management*) e tem programas de colaboração com instituições nacionais e regionais na Europa³²³. Podemos tentar comparar a criação deste programa

³²⁰ Programa de Disciplina Museografia I, 1997.

³²¹ Idem.

³²² ALARCÃO, 2007, p.15.

³²³ Idem.

com o currículo de Preservação de Bens Culturais no que se refere à discussão acerca da gestão de risco. Notamos como ainda não era ensinado este tema, ao menos não oficialmente, no Curso de Museologia, mas vemos também que esta discussão era extremamente recente nos anos 90. Além de recente, devemos levar em consideração a grande quantidade de conteúdos propostos para disciplina. Talvez mais um tópico acabasse por não ser absorvido e ensino da melhor forma possível naquele momento do curso.

Em 16 de janeiro de 1998, o novo coordenador do NUPRECON levou para a 155ª Reunião Extraordinária do Conselho do Centro de Ciências Humanas da UNIRIO, a proposta de criação de um Projeto Permanente de Extensão, elaborado pelo mesmo, denominado “O Exemplo Começa em Casa – Programa de Conservação-Restauração do Acervo Histórico e Artístico da UNI-RIO”³²⁴. Este projeto, aprovado por unanimidade, consistiu em realizar trabalhos de Conservação e Restauração de objetos e do mobiliário da própria Universidade, desenvolvendo tais ações no NUPRECON. Este projeto restaurou mobiliário do CCH e da Reitoria; a Coleção de Arte Popular Pernambuco de Oliveira, de objetos cerâmicos, pertencente à Biblioteca Central; a coleção do Prof. Gerardo Câmara, àquela época acondicionada no Departamento de Filosofia e Ciências Sociais – DFCS; a Coleção de máscaras do Prof. Guilherme Figueiredo, adquiridas por ele em vários países, também pertencente à Biblioteca Central, e o Busto de Guttenberg, atualmente localizado na Reitoria da UNIRIO.

Como já dito, a criação do Núcleo de Preservação e Conservação de Bens Culturais – NUPRECON VIOLETA CHENIAUX ocorreu, essencialmente, tendo em vista dar apoio e suporte ao ensino da Conservação Preventiva nos cursos que trabalham com esta área dentro do âmbito do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIRIO, em especial o Curso de Museologia, além de apoio técnico e pedagógico aos profissionais de instituições culturais. No entanto, o que nos chama a atenção é o fato de o espaço antes voltado para a Conservação Preventiva, agora tem ampliação neste quesito, tornando-se espaço para um projeto de restauração. Atualmente o Núcleo é local para disciplinas que abrangem tanto a Preservação e Conservação quanto a Restauração.

³²⁴ CONSELHO DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DO RIO. Ata da Centésima Quinquagésima quinta reunião extraordinária do Conselho do Centro de Ciências Humanas da Universidade do Rio. In: Livro de Atas do Centro de Ciências Humanas da Universidade do Rio. Rio de Janeiro: 16 de janeiro de 1998. p. 63-65.

CAPÍTULO 4

MUSEÓLOGOS E CONSERVADORES

4 – MUSEÓLOGOS E CONSERVADORES

4.1 A Reforma Curricular dos anos 2000

A última Reforma Curricular que o Curso de Museologia passou foi em 2006. Com essa nova atualização de currículo, a antiga disciplina Preservação e Conservação de Bens Culturais foi dividida e teve a ampliação de seu conteúdo, sendo desmembrada em quatro novas disciplinas. Com o nome “Museologia e Preservação” I, II, III e IV, estas disciplinas são voltadas para apresentar ao futuro museólogo o conteúdo sobre Preservação e Conservação, contribuindo para que o mesmo possa atuar de forma satisfatória em museus, centros de memória, centros culturais e demais espaços em que este profissional está habilitado a atuar. Nessa nova reforma, a carga horária obrigatória do curso destinada ao ensino de Preservação e Conservação foi ampliada, deixando de ser apenas 90 horas, passando a integrar um total de 225 horas dedicadas ao tema de Preservação e Conservação. Ou seja, representando cerca de 7%³²⁵ das 2.910 horas de carga horária total do curso. Devemos destacar que este cálculo se aplica tanto ao curso integral quanto ao curso noturno, criado em 2011, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Poucos anos antes, no cenário internacional temos a criação do Projeto *European Preventive Conservation Strategy – PCStrat*. Este projeto envolveu diversos países da Europa, dentre eles Portugal, resultando em uma reunião em Vantaa, na Finlândia, em setembro de 2000. Nesse encontro foram definidas linhas de ação estratégicas no que se refere à Conservação Preventiva. O objetivo era justamente elaborar uma Estratégia Europeia de Conservação Preventiva³²⁶. Optamos por destacar este evento justamente para comparar o que acontecia em outros países com as atualizações ocorridas no curso. Este encontro acontecendo em 2000 evidencia como as discussões foram se encaminhando e atualizando, assim como o Curso de Museologia da UNIRIO, no Brasil, que ampliou seu espaço de discussão sobre a Conservação, provavelmente por reconhecer a necessidade que havia na época de aumentar esta qualificação na formação do museólogo.

Retornando ao Curso de Museologia, além das supracitadas disciplinas foram criadas outras oito, no entanto, optativas, versando sobre práticas de Conservação-

³²⁵ Devemos esclarecer que neste cálculo foram consideradas apenas as disciplinas próprias de conservação, mesmo entendendo que documentação também se constitui em ação preservacionista.

³²⁶ ALARCÃO, 2007. p. 16-7.

Restauração: Conservação de Bens Culturais I – Papel (90h/4); Conservação de Bens Culturais II – Fotografia (90h/4); Conservação de Bens Culturais III – Têxteis) (90h/4); Conservação de Bens Culturais IV – Metais (90h/4); Conservação de Bens Culturais V – Óleo sobre Tela (90h/4); Conservação de Bens Culturais VI – Madeira (90h/4); Conservação de Bens Culturais VII – Patrimônio Arqueológico (60h/3); e Conservação de Bens Culturais VIII – Coleções Audiovisuais (60h/3). O espaço de realização destas disciplinas é o Núcleo de Preservação e Conservação de Bens Culturais – NUPRECON VIOLETA CHENIAUX.

A disciplina do atual currículo do Curso, Museologia e Preservação I³²⁷, com 45 horas de carga horária, trata sobre conceitos e teorias de Preservação, Conservação e Restauração; ética profissional; legislação nacional e internacional de proteção de bens culturais e naturais; órgãos nacionais e internacionais de proteção ao patrimônio. Sua bibliografia, que é constantemente atualizada, atualmente apresenta textos e livros de autores como Cesari Brandi, Salvador Muñoz Viñas, Jukka Jokilehto, Maria Cecília Londres Fonseca, Gael de Guichen, Dominique Poulout, entre outros.

A disciplina Museologia e Preservação II³²⁸, possui 60 horas, aborda temas relativos aos agentes agressores, bem como à especificidade de materiais e técnicas, degradação e danos. Tem como pré-requisito a disciplina Museologia e Preservação I. A bibliografia desta disciplina atualmente traz obras de autores como Clara Camacho, Cesare Brandi, Salvador Muñoz-Viñas, Dominique Poulot, além de legislações sobre a preservação do Patrimônio.

As disciplinas Museologia e Preservação III, com 60 horas e Museologia e Preservação IV, também com 60 horas, são ministradas no NUPRECON VIOLETA CHENIAUX por trabalharem diretamente com acervo, sendo estes integrantes, na maioria das vezes, da coleção do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil - NUMMUS. Justamente por inserirem no ensino o trabalho com acervo, ambas disciplinas apresentam a característica e o diferencial de serem em sua grade parte voltadas para o ensino prático.

Em Museologia e Preservação III³²⁹ os alunos estudam sobre o: Planejamento e Gerenciamento de Projetos de Conservação; Montagem de laboratórios de conservação; Arquitetura; equipamentos e instrumental; Cuidados e Normas Gerais de

³²⁷ Programa da Disciplina Museologia e Preservação I, 2016.

³²⁸ Programa da Disciplina Museologia e Preservação II, 2017.

³²⁹ Programa da Disciplina Museologia e Preservação III, 2017.

funcionamento; atribuições de uma Seção de Conservação; Documentação e Conservação: análise e diagnóstico do estado de conservação; fichas Técnicas de Tratamento: Laudos, Pareceres e Relatórios. A bibliografia é composta por autores como Luciana Pellizi Battioli, Marilúcia Botallo, Susan Bradley, Marilka Mendes, Ana Calvo. Além de apresentar o texto “O conservador-restaurador: uma definição da profissão” e o texto “A conservação das obras de arte durante o seu transporte e exposição”, de Nathan Stolow e traduzido pela professora Violeta Cheniaux.

Por sua vez, a disciplina Museologia e Preservação IV é essencialmente prática. Tendo como objetivos:

1. Oferecer subsídios teóricos de planejamento, organização e gestão de reservas técnicas.
2. Oferecer subsídios teóricos e práticos para segurança de museus.
3. Oferecer subsídios teóricos e práticos para confecção de embalagens para acondicionamento de acervos museológicos.
4. Oferecer subsídios teóricos e práticos para transporte, manuseio e higienização de acervos museológicos.
5. Oferecer subsídios teóricos e práticos para montagem e desmontagem de obras de arte emolduradas.³³⁰

Esta disciplina lida com conceitos sobre planejamento, organização, gestão de Reservas Técnicas, levando em conta especificidades das coleções, mobiliário, estruturas e equipamentos necessários; climatização e controle ambiental; normas e equipamentos de segurança. Sua bibliografia é composta por textos e livros de autores como Maria Cecília de Paula Drumond, Colin Pearson, Steve King, entre outros. Como podemos notar, estas duas últimas disciplinas supracitadas abordam, essencialmente, assuntos referentes à Conservação Preventiva.

4.2 A Formação do Museólogo em Conservação e as necessidades dos Museus

Buscamos até o presente momento da dissertação realizar breve análise cronológica sobre o ensino de Preservação e Conservação na formação do museólogo, tendo como contexto o Curso de Museologia da UNIRIO, desde sua criação em 1932, ainda com o nome de Curso de Museus, sendo integrado ao Museu Histórico Nacional. Constatamos que com o decorrer dos anos e diante das inúmeras reformas curriculares, existiu um movimento de ampliação no ensino dos conceitos de Preservação, Conservação e Restauração até chegar no atual momento apresentando quatro disciplinas obrigatórias e diversas optativas sobre o tema. Mas cabe nos questionarmos sobre as semelhanças e diferenças na formação do museólogo no Brasil, no que se refere a estes temas e de profissionais da área da Conservação em outros países, visto

³³⁰ Programa da Disciplina Museologia e Preservação IV, 2017.

que museólogos com o perfil que temos existe apenas em nosso país, além de discutir porque deve o museólogo ter em sua formação conhecimento sobre estas áreas do conhecimento.

Iremos abordar o espaço de atuação do museólogo apenas como o ambiente do museu, a fim de não nos estendermos demasiado na discussão e por ser este ainda o principal local de trabalho deste profissional em nosso país.

Para falar da atuação do museólogo nos museus, dando ênfase nas práticas conservativas, optamos por estruturar a discussão a partir da definição das funções básicas destas instituições. No entanto, se torna pertinente e necessário esclarecer no que consiste o Museu. E para fins de praticidade e para manter a coerência desta dissertação cabe apontar ao leitor como este conceito será trabalhado. Embora, alguns autores defendam que o museu não é uma entidade estática, mas expressão social em permanente mutação³³¹, a definição a ser utilizada neste trabalho é a definição dada na Lei 11.904, de 9 de janeiro de 2009, instituindo o Estatuto dos Museus. Portanto, o Museu é entendido nesta pesquisa enquanto

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que **conservam**, investigam, comunicam, interpretam e expõem, **para fins de preservação**, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.³³² (grifos nossos)

Optamos por utilizar a definição desta lei por ser a legislação vigente em nosso país voltada para os museus e também por ser muito próxima à definição dada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), o principal órgão internacional voltado para a temática dos museus. O ICOM entende o museu como

[...] uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, **conserva**, pesquisa, comunica e exibe o patrimônio material e imaterial da Humanidade e do seu meio ambiente, para fins de educação, estudo e deleite³³³. (grifos nossos)

Como dito, as duas definições são muito próximas. Podemos destacar que ambas consideram os museus instituições sem fins lucrativos, tendo como atividades a conservação, a pesquisa e a comunicação do patrimônio que, como veremos mais

³³¹ SCHEINER, 2009, P. 123-4.

³³² BRASIL. Lei N.º 11.904, de 14 de Janeiro de 2009: Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. 14 de janeiro de 2009.

³³³ ICOM. Estatuto do ICOM. ICOM: Viena, Áustria, 2007, p. 2.

adiante, consistem em funções básicas de um museu. Devemos frisar como em ambas existe a afirmação de que cabe ao museu conservar o patrimônio. Mesmo sendo uma definição dada por um órgão internacional de museus e outra pelo legislativo brasileiro, nas duas definições fica claro como a Preservação e a Conservação são inerentes ao museu. Retomando a análise sobre o Estatuto de Museus, encontramos em sua Seção II, Subseção I, sete artigos que tratam exclusivamente da Preservação, Conservação, Restauração e Segurança em Museus, indicando como estas atividades são de grande relevância dentro do cenário museológico. O primeiro artigo desta subseção, o Artigo 21, afirma que “os museus garantirão a conservação e a segurança de seus acervos.”³³⁴. Vemos então que a conservação mais uma vez é apontada enquanto atividade concernente aos museus, sendo um dos seus deveres conservar.

Ao passar nossa análise para um documento internacional, o “Código de Ética do ICOM para Profissionais de Museus”, é definido no item “Proteção de Acervos”, especialmente no subitem “2.24 Conservação e restauro de acervos”, que cabe ao museu acompanhar atenciosamente o estado de conservação das coleções museológicas, para determinar quando se tornam necessárias intervenções de conservação-restauração. E o principal objetivo deve ser a estabilização do bem patrimonial.

Mas qual a origem dos Museus? Lima, uma das autoras que aborda este tema, defende que

Ao se focar Museus, tradicionalmente, associa-se sua imagem ao antigo Templo das Musas, colina de Hélicos, Grécia, local onde se depositavam oferendas às filhas de Mnemosyne e Zeus, respectivamente, a deusa da Memória e o soberano dos deuses do Olimpo. As oferendas, segundo a tradição, iniciaram o que se passou a identificar como ‘coleções’, conjuntos de bens que fazem parte do histórico museológico. Porém, como base documental da trajetória do modelo Museu, em se tratando de um espaço do conhecimento com participação de ‘sábios’, os mestres, ao modo dos modernos especialistas e seus ramos do conhecimento, pode-se tomar como marco identificador e segundo um modelo arcaico o Museion, em Alexandria, Egito, século III a.C., identificado como um complexo cultural integrando representações das categorias da natureza e da cultura [...].³³⁵

O Museion apresentava corredores de esculturas expostas de forma permanente, em espaços abertos à natureza, também poderiam ser vistos espécimes

³³⁴ BRASIL. Lei N.º 11.904, de 14 de Janeiro de 2009: Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. 14 de janeiro de 2009.

³³⁵ LIMA, 2012, p. 38

vivos nos jardins botânicos e jardins zoológicos³³⁶. Segundo Lima, muito próximo aos atualmente chamados museus vivos. O Museion consistia também em espaço de estudos e pesquisas sobre o cosmos, possuindo um observatório astronômico. Além de “no arquivo, os registros dos relatos e dos atos ocorridos inclusive sob a forma de imagens (relevos)”³³⁷. Tinha ainda além do arquivo, uma biblioteca. Para Lima, isto o qualificava como “*locus* da Memória e da Preservação, [...]”.³³⁸

Durante o século XVIII, havia em várias sociedades lugares e estabelecimentos que se aproximavam em certo grau daquilo que atualmente consideramos museu³³⁹. No entanto, o surgimento do modelo de Museu que temos atualmente ocorreu na Idade Moderna, durante a Revolução Francesa, com a reutilização dos palácios e casas da aristocracia. Itens de coleções de objetos artísticos, litúrgicos, entre outros eram transferidos de seu depósito provisório para um definitivo. Este era “aberto ao público, consagrado então com o nome recente de *museum* ou de museu”³⁴⁰. E teria como função instruir a nação: deveriam ensinar o civismo, história, assim como competências artísticas e técnicas³⁴¹. Vemos semelhanças com a criação do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, em 1922, criado por Barroso para ser a “Casa do Brasil”, sendo o museu local de educação. O principal lugar simbólico de recolhimento e exposição do patrimônio francês teve sua sede em Paris, no Museu do Louvre. Considerado o primeiro museu nos moldes modernos.

Retornando ao cenário da Revolução Francesa, cabe destacar que a noção do que era considerado Patrimônio, deixou de contemplar apenas os monumentos, incluindo também os objetos, dando-lhes caráter de nacional³⁴². Estes objetos foram coletados, inventariados, organizados e guardados sob a tutela do Museu. Os objetos que passaram a constituir coleções de museus, além de terem o *status* de patrimonializados, também passaram a ter o caráter da instituição que os abriga, ou seja, o de museológico³⁴³. A esta alteração, a este novo processo pelo qual o objeto passa, Lima chama Musealização, que é uma das principais ferramentas de preservação do patrimônio pelos museus:

O procedimento instaurado pela Revolução Francesa e a Patrimonialização ou institucionalização dos bens que se solidificou na

³³⁶ LIMA, 2012, p. 39

³³⁷ LIMA, 2012, p. 39.

³³⁸ Idem.

³³⁹ ICOM. Código de Ética do ICOM para Museus: versão lusófona. Rio de Janeiro: ICOM/Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. 2011, P.65.

³⁴⁰ CHOAY, 2006, p. 101.

³⁴¹ Idem.

³⁴² LIMA, 2012 p. 40.

³⁴³ LIMA, 2012, p. 40.

seara dos Museus ao longo dos séculos seguintes, especificamente por volta da segunda metade do século XX e com feição de sentido similar denomina-se Musealização.³⁴⁴

No decorrer do século XIX, com a determinação de fronteiras nos campos de conhecimento, passou a haver uma especialização temática aplicada aos museus. Estes passaram a ser moldados de acordo com as pesquisas realizadas em seu âmbito e tipo de coleção. Foi o surgimento das nomenclaturas: museu histórico, museu de arte, museu de ciência, entre outros.³⁴⁵

No mundo contemporâneo, analisando publicações que versam sobre os museus, encontramos sempre a relação com a preservação. Como exemplo, podemos citar o livro *Conceitos-Chave de Museologia*, publicado pelo ICOM, no qual a preservação é citada dentre os valores propostos pelos museus:

A instituição do museu, criada e mantida pela sociedade, repousa sobre um conjunto de normas e de regras (medidas de conservação preventiva, interdição de tocar nos objetos ou de expor substitutos apresentados como originais, etc.), elas mesmas fundadas sobre um sistema de valores: a preservação do patrimônio, a exposição de obras-primas e de espécimes únicos, a difusão de conhecimentos científicos modernos, etc.³⁴⁶

Outro assunto que se torna pertinente fazer é que ao longo do desenvolvimento desta dissertação, trabalhamos, dentro dos modelos conceituais de museus, o modelo do Museu Tradicional Ortodoxo. Este esclarecimento é necessário visto que “que o museu tradicional não é o único museu possível”³⁴⁷. Os Museus que se enquadram nesse modelo conceitual são os “museus de arte, de história, de ciência, de tecnologia, que reúnem coleções ilustrativas de todo e qualquer domínio do pensamento”³⁴⁸. Além disso, são centrados no objeto e estruturam-se a partir de ações de coleta, documentação, conservação, pesquisa, interpretação, comunicação. Todos estes processos realizados por especialistas³⁴⁹. Iremos fazer uso deste modelo conceitual, uma vez que o espaço de criação e que abrigou o Curso de Museus foi um museu com este caráter, o Museu Histórico Nacional. Além de que neste modelo conceitual a conservação ter maior destaque.

No que se refere as suas atividades, o museu enquanto instituição apresenta funções básicas que permitem seu pleno funcionamento e buscam possibilitar meios

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ LIMA, 2012, p.41.

³⁴⁶ ICOM. *Conceitos-Chave de Museologia*. 1 ed. São Paulo: Secretaria do Estado de Cultura. 2013, p.50.

³⁴⁷ SCHEINER, 2009, p. 23.

³⁴⁸ SCHEINER., 2009, p. 145.

³⁴⁹ SCHEINER, 2009, p. 145.

satisfatórios para a realização de sua missão. E dentro destas funções há a presença da Preservação e da Conservação, o que nos auxilia na justificativa referente a necessidade e importância do ensino de Conservação na formação do Museólogo. Segundo Peter Van Mensh (2009), existe um conjunto de atividades características que são os componentes dos museus. Essas atividades, ditas por Mensh como básicas, são a preservação (incluindo neste tópico a coleta, a conservação, a restauração e documentação); a comunicação e a pesquisa³⁵⁰. No contexto do Museu Tradicional Ortodoxo, a preservação ocorreria *ex situ*, ou seja, com o objeto afastado de seu contexto original, sendo integrado ao espaço museológico. O objeto é incluído em novo contexto com total perda de sua função original³⁵¹. Algo que ocorreu com grande intensidade no âmbito do Museu Histórico Nacional, especialmente durante as ações da Inspeção de Monumentos Nacionais, sobre a qual tratamos anteriormente.

No entanto, não devemos encarar o tripé de funções básicas dos museus (preservação, comunicação e pesquisa) como áreas distintas entre si. Para o bom funcionamento de uma instituição museológica é necessário que estas três áreas tenham um entrosamento satisfatório. No que se refere a Conservação, podemos destacar que a presença desta prática não ocorre apenas dentro dos laboratórios de conservação e na reserva técnica, mas também podemos considerar como presente nas ações de documentação e também na comunicação. As pesquisas em museus, sobre os objetos de suas coleções, enriquecem as informações sobre o acervo. Devemos ter em mente que a Preservação de um item vai além da sua constituição física. É importante também preservar as informações sobre os objetos. Como dito por Varine (2012) sobre o patrimônio: “[...] conservar no sentido físico do termo não é suficiente. É preciso fazê-lo viver, produzir, transformar-se, para permanecer útil”³⁵².

A documentação da coleção museológica é responsável por dar suporte para as atividades principais na organização de um museu. É responsável pela preservação das informações extrínsecas³⁵³ dos objetos e é a principal ferramenta para as pesquisas realizadas dentro da instituição. O setor de pesquisa ao encontrar uma documentação consistente acerca dos objetos da coleção terá maior facilidade para desenvolver sua função ampliando as informações conhecidas sobre o mesmo. Além de servir de base para o desenvolvimento de exposições, auxiliando na comunicação.

³⁵⁰ MENSCH, 2009, p.105-6.

³⁵¹ Ibidem, p. 110.

³⁵² VARINE, 2012, p. 37.

³⁵³ Informações extrínsecas são aquelas que, segundo Ferrez (1994), são obtidas a partir de outras fontes de pesquisa que não o objeto.

O ato de documentar também auxilia o trabalho do conservador, visto que a documentação consiste em um dossiê acerca do objeto. Contando com informações sobre a parte física e também seu histórico. A documentação deve ser capaz de informar sobre todo o histórico do objeto, como perdas, informações sobre exames que o objeto tenha sofrido, suas medidas físicas, marcas intencionais ou não, antigos proprietários e tratamentos que eventualmente já passou.

A documentação também é capaz de valorar os objetos³⁵⁴. Quanto mais informações sobre dado objeto o museu tiver, maior será sua distinção dentre os demais que apresentam mesmo uso dentro da sociedade. Por exemplo, uma caneta será sempre uma simples caneta, a não ser que se agreguem mais informações sobre ela, como, por exemplo, ter sido utilizada na assinatura de importante documento histórico. Segundo Gondonou³⁵⁵, em qualquer museu, a documentação de suas coleções consiste em um dever fundamental diretamente ligado com a conservação dos objetos, visto que a Conservação Preventiva pressupõe ter conhecimento sobre todos os objetos museológicos. Além do mais, objetos que não têm preservadas as informações sobre si perdem parte de seu significado e, conseqüentemente, valor, como já dito. Em suas palavras: “[...] a informação é a outra metade do objeto, distinguindo-o de todos os outros artefatos e justificando a sua presença no museu e o interesse e o cuidado agraciado com ela. Documentar coleções significa simplesmente organizar esta informação³⁵⁶”. Podemos então afirmar que tanto a pesquisa como a documentação estão intimamente ligadas com a Preservação dos objetos museológicos.

Já nas exposições, que consideramos o principal meio de comunicação do museu, encontramos também a presença e a necessidade da prática conservativa dos objetos. As exposições estão inseridas no contexto da Museografia. Segundo o documento Conceitos-Chave de Museologia, “a palavra ‘museografia’, em português (assim como *muséographie*, no francês), tende a ser usada, com frequência, para designar a arte da exposição³⁵⁷. O responsável pelo desenvolvimento da museografia é chamado neste mesmo documento como *muséographe*. Este seria um profissional de museu, que levaria em conta as exigências do programa científico e de gestão das coleções, tendo como objetivo a apresentação adequada dos objetos selecionados pelo conservador da instituição. Este profissional deve ter conhecimento dos métodos de conservação ou de inventário dos objetos de museu. Participa também da *cenografia* a

³⁵⁴ UMNEY, s/D. p. 24.

³⁵⁵ GODONOU, 1999. p. 28.

³⁵⁷ ICOM. 2013, p. 59.

partir dos conteúdos³⁵⁸. Como na realidade brasileira não há um profissional correspondente, o mais apto para assumir esta ação é o museólogo, diante de sua formação, mesmo que trabalhe junto a outros especialistas. Geralmente, cabe a este profissional a equivalência aos profissionais denominados enquanto “curadores”, entendidos como os responsáveis pela elaboração do discurso expositivo, pelas informações a serem dadas na exposição e pela coordenação do processo de montagem da mesma. E também aos “museógrafos”, que são os profissionais da área de *design* ou arquitetura. De forma resumida, no contexto nacional, cabem ao museólogo todas estas atribuições.

Devemos destacar ainda que o termo Museografia não se refere apenas “ao desenho e montagem de exposições, mas a um conjunto de técnicas museológicas, de gestão, conservação, documentação e comunicação”³⁵⁹. Para autores como Zolcsak (2012), se constitui em ramo da Museologia e tem a expografia como subdivisão. Nos Conceitos-Chave de Museologia, temos a museografia apresentada enquanto a figura prática da Museologia, ou seja, seria um conjunto de práticas desenvolvidas para atender as funções museológicas e, em especial, à administração do museu, à conservação, à restauração, à segurança e também à exposição³⁶⁰. Nos dois pontos de vista, podemos encontrar a presença da Conservação como parte integrante das ações da Museografia. Somos capazes de destacar também a relação entre a museografia e o profissional museólogo, sendo o responsável por seu desenvolvimento, como dito anteriormente.

Mas como a Conservação atua dentro da museografia? Durante a concepção de um projeto de exposição é necessário que o museu disponha de uma equipe de especialistas em diversas áreas trabalhando em conjunto. Cada especialista aplicaria seus conhecimentos e experiências de forma articulada durante o desenvolvimento do projeto. O setor de conservação deve, neste contexto, atuar desde o começo do desenvolvimento do projeto³⁶¹. Tendo espaço de fala enquanto agente criativo e auxiliando no planejamento da melhor forma de expor os objetos. Cabe ao Conservador ser responsável pela “assessoria e avaliação, em matéria de conservação, de todos os aspectos circunstanciais que afetam diretamente a integridade dos bens culturais envolvidos na exposição”³⁶².

³⁵⁸ ICOM, 2013, p. 59

³⁵⁹ ZOLCSAK, 2012.,p. 24.

³⁶⁰ ICOM, 2013, p. 58.

³⁶¹ GRUPO ESPANHOL DO ICC, 2012, p. 33.

³⁶² GRUPO ESPANHOL DO ICC, 2012, p. 33.

O *International Institute for Conservation of Historic and Artistic Works* – ICC propõe que os profissionais das equipes responsáveis por planejar exposições sejam divididas nas seguintes áreas: Comunicação e Educação; Curadoria Científica; Gestão e Organização; Conservação e Restauro; e *design* e montagem museográfica³⁶³. A área de Conservação e Restauro seria a responsável por ter sua atenção voltada para a integridade física dos bens culturais enquanto durar a exposição³⁶⁴.

Ao lidar com as coleções museológicas, devemos sempre ter em mente, que os bens culturais são frágeis e exemplares únicos. Eles sempre reagem às alterações quando são retirados do ambiente com o qual estão habituados. O equilíbrio que desenvolveram com o ambiente da reserva técnica, por exemplo, consiste em lento processo de adaptação. E se isto se rompe de forma brusca, provavelmente ocorrerão consequências, e estas podem comprometer o futuro dos objetos. Sendo assim, a área de Conservação e Restauro deve ficar atenta com o traslado dos objetos para a sala de exposição, não apenas no tocante ao novo clima no qual o objeto será inserido, mas também que esse transporte seja feito de forma segura. Ou seja, tem que trabalhar com a gestão de riscos aos quais os bens estão suscetíveis, sendo capazes de evitar danos e preveni-los.³⁶⁵

Cabe também ao conservador estabelecer um compromisso consensual com os outros profissionais envolvidos, encontrando um meio de assegurar um compromisso mútuo no que se refere a preservação dos bens a serem expostos. Nas palavras de Muñoz-Campos (2012), a área de conservação e Restauro

não deve ser vista, portanto, como geradora de obstáculos para a interpretação e a exposição das coleções, mas sim como articuladora de soluções que permitam o uso dos bens culturais ao menos custo de deterioração possível [...].³⁶⁶

No entanto, sabemos que o profissional ligado à conservação de acervos, geralmente é encarado enquanto o grande criador de barreiras para o desenvolvimento de exposições, por impedir a utilização de certos recursos expositivos, indo contra a proposta dos curadores, por exemplo. Mas o principal ao final, não é ter apenas uma exposição eficiente na comunicação a que se propõe, mas que também uma que não ponha em risco o acervo. Portanto, se a equipe trabalhar junto desde os primeiros

³⁶³ GRUPO ESPANHOL DO ICC, 2012, p.33.

³⁶⁴ MUÑOZ-CAMPOS, 2012,p. 77.

³⁶⁵ Idem.

³⁶⁶ MUÑOZ-CAMPOS, 2012, p. 77.

estágios de desenvolvimento da exposição, esse tipo de mal estar poderá ser evitado. Discutindo em grupo sobre a viabilidade de certos projetos expositivos.

Antes do objeto ser levado para ser exposto, cabe ao Conservador também realizar um exame minucioso sobre o estado de degradação do mesmo. Também cabe a este profissional estudar atentamente as características das propostas dos suportes as serem utilizados para os objetos, bem como o ambiente no qual ele será inserido (se haverá climatização na sala e/ou vitrine, se há incidência de luz natural, quais materiais serão utilizados, a capacitação dos profissionais que terão contato direto com as obras, entre outros aspectos) e determinar as normas de conservação necessárias para o espaço expositivo³⁶⁷. Isto em função do conservador ser o responsável por toda a informação sobre o que incide direta e indiretamente no acervo. O conservador irá trabalhar principalmente com técnicos em iluminação, especialistas em suportes museográficos, especialistas em manuseio de obras de arte e técnicos em transporte³⁶⁸.

Para finalizar, de forma resumida, dentro de um projeto expositivo, cabe ao conservador, entre outras ações:

- Elaborar laudo sobre o estado de conservação de cada objeto, indicando tratamentos necessários;
- Avaliar as propostas de suporte para o acervo para que se ajustem às necessidades dos mesmos no que se refere a qualidade, materiais e técnicas a serem empregadas;
- Definição dos parâmetros ambientais para a conservação preventiva dos bens durante a exposição;
- Estabelecer instruções para a embalagem e transporte de cada peça, mesmo que o trajeto saia da reserva técnica para a sala de exposição;
- Supervisionar o manuseio das obras;
- Realizar a higienização das obras durante o período de exposição;
- Registrar todos os incidentes ocorridos antes, durante e depois da exposição, até o retorno do objeto para a reserva.
- Verificar se os parâmetros de Conservação Preventiva estão sendo cumpridos³⁶⁹.

A aplicação de medidas conservativas nas exposições museográficas, segundo Philip Ward, em seu livro “The Nature of Conservation: A Race Against Time”, na década

³⁶⁷ MUÑOZ-CAMPOS, 2012, p. 80.

³⁶⁸ Idem.

³⁶⁹ MUÑOZ-CAMPOS, 2012, p. 81.

de 80, era uma das mais recentes das especialidades museológicas e que, até então, nem sempre era bem vinda ou compreendida. Ward afirma ainda que a atuação do conservador é de grande ajuda também ao trabalho desenvolvido no setor de documentação das coleções, uma vez que ajuda no diagnóstico e tratamento das causas de deterioração de acervo, bem como no melhoramento das condições de acondicionamento para guarda e para transporte.³⁷⁰

O que verificamos até este ponto de nossa análise, a Conservação está inserida no museu de forma profunda, indo além do tratamento realizado em reserva técnica e laboratórios de Conservação-Restauração. Constatamos com a conservação se insere também no setor de pesquisa (incluindo neste a documentação) e comunicação. Todas as áreas dentro do museu devem conversar, e o setor responsável pela conservação deve estar apto a manter diálogo com os outros setores, levando a convivência pacífica e frutífera visando o bem estar das coleções do museu.

Atualmente, em muitos museus, o setor de conservação dos museus tem ganhado maior destaque, desta forma, as ações conservativas têm sido encaradas como função de primeira necessidade³⁷¹. O desenvolvimento científico da conservação de bens culturais possibilita que análises técnicas feitas em objetos museológicos possam revelar deteriorações que não são identificadas numa primeira análise. Estas análises mais profundas, muitas vezes utilizando recursos tecnológicos, segundo Ward (2010, p.58) consolidam o nível profissional do museu e produz uma reação catalítica entre as duas disciplinas (Conservação e Museologia) que demonstrariam sua compatibilidade natural.

Podemos afirmar ainda que a preocupação dos museus com a Conservação de sua coleção está inserida em um dos grandes dilemas desta instituição: por um lado cabe ao museu expor esses objetos, fazer uso deles, o que muitas vezes pode causar danos e acelerar sua degradação por estar exposto. Mas, por outro lado, também cabe ao museu preservar sua coleção para a fruição de futuras gerações, cumprindo seu caráter educativo. Para encontrar o equilíbrio entre estas duas necessidades, o museu precisa articular diferentes discursos e interesses entre os mais variados profissionais: curadores, educadores, pesquisadores, especialistas, como já apontado. E qual profissional dentro da estrutura museológica poderia estabelecer esta articulação senão o museólogo? Este profissional possui em sua formação conhecimento de diferentes

³⁷⁰ WARD, 1986, p. 59.

³⁷¹ WARD, 2010, p. 58.

áreas e deve saber determinar a importância de cada uma, buscando o equilíbrio entre os diferentes interesses, sendo elo de comunicação entre diferentes setores.

No entanto, gostaríamos de destacar que todos os profissionais dentro das instituições têm a sua responsabilidade³⁷²: ao diretor cabe a definição dos espaços funcionais, hierarquização de prioridades, coordenação da equipe, disponibilização de fundos; o conservador é responsável pela elaboração do plano de conservação preventiva, do inventário, da listagem de peças que podem ser cedidas para exposições temporárias externas, intervenções de conservação, colaboração na elaboração do plano de segurança e formação interna do pessoal, entre outras ações; ao arquiteto cabe a escolha dos materiais de construção e das soluções técnicas por especialidade, quer ao nível do edifício quer de uma exposição temporária; e o educador deve trabalhar na sensibilização do público para os problemas de salvaguarda das obras.

Por conseguinte, facilmente se depreende que todo o pessoal do museu e o público em geral, a um nível ou outro, têm responsabilidades na conservação preventiva do património. Antes de constituir um problema técnico científico é um problema de mentalidade. Partindo da consciência de que um objecto, seja qual for a sua materialidade, pode danificar-se ou mesmo destruir-se a qualquer momento, obliterando uma mensagem que o museu, como detentor do património cultural, tem o dever de transmitir. A ideia de que o conservador de museu é o primeiro, senão mesmo o único, guardião das colecções não pode persistir, devendo essa responsabilidade ser partilhada. Trata-se de uma área interdisciplinar que envolve, não só as colecções e o meio ambiente, mas também as pessoas e a forma como elas interagem entre si, pressupondo a adopção de soluções comuns, baseadas em diferentes conhecimentos científicos, com o objectivo de atingir melhores resultados, mais amplos e duradouros³⁷³.

4.3 O conservador-restaurador e o museólogo: realidades comparadas

No tópico anterior, apresentamos o museu e suas funções básicas e como a conservação se apresenta dentro desta estrutura. Para darmos continuidade, agora que entendemos o espaço onde atividade profissional por nós analisadas se insere, devemos discutir quais são as semelhanças e diferenças entre a profissão de museólogo no Brasil e o chamado conservador-restaurador, tendo como principal foco sua formação. Ao longo dos capítulos anteriores fizemos uma retrospectiva da formação do museólogo no que se refere ao ensino de Conservação, abordamos o espaço de trabalho mas não discutimos sobre o seu campo teórico de atuação, a Museologia.

³⁷² ALARCÃO, 2007, P.10.

³⁷³ Ibidem, p. 10-11.

A Museologia constitui em si campo de estudo, segundo autores como Rússio (2010)³⁷⁴, interdisciplinar, sendo definida da seguinte forma:

A Museologia é uma ciência nova em formação. Ela faz parte das ciências humanas e sociais. Possui um objeto específico, um método especial, e já experimenta a formulação de algumas leis fundamentais. O objeto da museologia é o fato “museal” ou fato museológico. O fato museológico é a relação profunda entre o homem – sujeito conhecedor -, e o objeto, parte da realidade sobre o qual o homem igualmente atua e pode agir.³⁷⁵

Devemos salientar que essa definição de Museologia é datada, mas nos desperta atenção por apresentar como objeto de estudo o “Fato museal”, trazendo como elemento iniciador a relação homem e objeto. Torna-se interessante para a nossa abordagem a partir do momento em que a autora chama a atenção para o fato de haver necessidade de conservação do objeto³⁷⁶. Se o elemento que faz com que o Fato museal ocorra necessita de conservação e que sem ele não há objeto de estudo, podemos nos questionar se a conservação não seria, indiretamente, também uma causadora da Museologia dentro da visão de Waldisa Rússio.

Se seguirmos a linha de pensamento desta autora, podemos afirmar que, a partir do momento que a interdisciplinaridade está presente no espaço museológico e o museólogo é um de seus principais atores, a formação desse profissional deve trazer dentro de si esta interdisciplinaridade. Fazendo com que o museólogo ao iniciar seu trabalho em museus, tenha conhecimento sobre as diversas áreas de conhecimento que constituem seu ambiente de trabalho.

O *objeto* “em si” exige uma identificação, uma classificação dentro de um sistema, uma integração dentro de uma espécie, gênero ou família; ele supõe uma conservação, o conhecimento da sua composição (química, física, etc.), as condições climáticas aptas a prolongar sua “existência”³⁷⁷.

Uma das principais ações da Museologia, é o processo de musealização, que já abordamos nesta dissertação, sendo apresentada como um dos principais instrumentos de Preservação dentro do âmbito da museologia e dos museus. Rússio traz sua contribuição para o tema com interessante reflexão sobre o processo de musealização:

³⁷⁴ Texto publicado no livro “Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional”, organizado por Cristina Bruno, foi editado após o falecimento da autora ocorrido em 1990. O texto foi originalmente apresentado em 1981.

³⁷⁵ RÚSSIO, 2010, p. 123.

³⁷⁶ RÚSSIO, 2010, p. 124.

³⁷⁷ RÚSSIO, 2010, p.124.

A musealização *não* acarreta apenas a comunicação museológica. Ela acarreta uma valorização, uma ênfase sobre certos objetos. A musealização repousa em pesquisas prévias, na seleção dos objetos, na documentação, na direção, na administração, na conservação e, eventualmente, na restauração³⁷⁸. (grifo da autora)

Podemos entender como a musealização está presente em todas as áreas do museu, sendo imprescindível as ações de conservação e restauração, para manterem o objeto musealizado em pleno estado para servir como instrumento para a comunicação museológica.

Ao analisarmos esta relação entre a Museologia e a Conservação, vemos como são campos do conhecimento que se interpassam gerando produtos de interesse comum. A Museologia necessita da Conservação, entendida aqui como manifestação ampla dentro do museu, para ter efetiva realização de seus propósitos, independente de qual seja o seu objeto de estudo. Nas palavras de Rússio, “a interdisciplinaridade deve ser o método de pesquisa e de ação da Museologia e, portanto, o método de trabalho nos museus e cursos de formação do museólogos e funcionários de museus.”³⁷⁹. Esta autora defende uma formação profissional extremamente interdisciplinar, propiciando ao futuro museólogo amplo conhecimento.

Em 1982, Rússio expôs no texto “O mercado de trabalho do Museólogo”³⁸⁰, seu entendimento de que o museólogo e sua atuação não se limitam apenas ao museu. Este profissional tem capacidade ampla de atuar nas mais diferentes abordagens dentro do seio cultural da sociedade, uma vez que a Museologia também não se limita ao museu. Rússio contribui com esta discussão ao defender que o objeto de estudo ao ser o fato museal, faz com que o “*domínio* da museologia não esteja confinado ao *cenário-museu*, mas implica em estudo e atividade relacionada com [...] *as múltiplas formas de relação do Homem-objeto* [...]”³⁸¹ (grifos da autora). Se a atuação do museólogo está além do museu, as suas atribuições também devem ter esta amplitude. Ao observamos o Lei 7.287, que regulamenta a profissão de museólogo no país, encontramos diversas atribuições deste profissional:

Art. 3º - São atribuições da profissão de Museólogo: I - ensinar a matéria Museologia, nos seus diversos conteúdos, em todos os graus e níveis, obedecidas as prescrições legais; II - planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar os museus, as exposições de caráter educativo e cultural, os serviços educativos e atividades culturais dos museus e de instituições afins; III - executar todas as atividades concernentes ao funcionamento dos museus; IV - **solicitar o**

³⁷⁸ RÚSSIO, 2010, p.125.

³⁷⁹ RÚSSIO, 2010, p.126.

³⁸⁰ RÚSSIO, 2010, p. 215-223.

³⁸¹ RÚSSIO, 2010, p. 219.

tombamento de bens culturais e o seu registro em instrumento, específico; V - coletar, conservar, preservar e divulgar o acervo museológico; VI - planejar e executar serviços de identificação, classificação e cadastramento de bens culturais; VII - promover estudos e pesquisas sobre acervos museológicos; VIII - definir o espaço museológico adequado a apresentação e guarda das coleções; IX - informar os órgãos competentes sobre o deslocamento irregular de bens culturais, dentro do País ou para o exterior; X - dirigir, chefiar e administrar os setores técnicos de museologia nas instituições governamentais da Administração Direta e Indireta, bem como em órgãos particulares de idêntica finalidade; XI - prestar serviços de consultoria e assessoria na área de museologia; XII - realizar perícias destinadas a apurar o valor histórico, artístico ou científico de bens museológicos, bem como sua autenticidade; XIII - orientar, supervisionar e executar programas de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoa das áreas de Museologia e Museografia, como atividades de extensão; XIV - orientar a realização de seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional ou internacional, e de outras atividades de caráter museológico, bem como nelas fazer-se representar. (grifos nossos)³⁸²

A lei mostra claramente esta visão de que ser museólogo constitui atividade permanente no setor cultural, indo além das atividades básicas de um museu. Mas também devemos destacar a presença de ações de preservação e conservação como atribuições do profissional: solicitação de tombamento e registro, a própria conservação em seu sentido prático e a documentação, atividade esta que acreditamos ser também meio de preservação. Devemos ressaltar também a amplitude das atribuições deste profissional, o que confirma a necessidade de uma ampla formação teórica e prática para o museólogo. Dois anos antes da regulamentação da profissão, Waldisa Rússio afirmava que, dentre outras, as atividades do museólogo abrangeriam

[...] 1) todas as ações e tarefas que impliquem coleta, aquisição e identificação do objeto testemunho; 2) todas as ações e tarefas que visem determinar os critérios de musealização dos objetos; 3) as coordenações de todas as ações que digam respeito à adequada exposição do *objeto* ou sua eventual manutenção em reservas técnicas [...]. (grifo da autora)³⁸³

Vemos semelhanças entre os dois textos, de Rússio e da Lei de Regulamentação, onde as atividades concernentes ao museólogo são apontadas com a relação junto ao objeto, inclusive caracterizando ações de preservação (registro e tombamento, no primeiro caso, e musealização, no segundo), além das ações de conservação.

³⁸² BRASIL. Lei N. 7.287, de 18 de dezembro de 1984. Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. 18 de dezembro de 1984.

³⁸³ RÚSSIO, 2010, p. 219.

Na década de 80, dois anos após a regulamentação, Rússio afirmava que naquele período se exigia que o Museólogo fosse Curador e Conservador também, constituindo-se em um técnico, um pesquisador científico e um trabalhador social³⁸⁴.

Ao lermos o Projeto de Regulamentação da Profissão de Conservador-Restaurador, encontramos as seguintes atribuições:

Art. 3º São atribuições da profissão do Conservador-Restaurador: I – realizar intervenções de conservação-restauração, de maneira direta ou indireta, em bens culturais móveis e integrados; II – ministrar disciplinas para formação superior ou técnica na área de conservação-restauração, nos seus diversos conteúdos, de acordo com a legislação em vigor; III – planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar atividades de conservação-restauração de bens culturais móveis e integrados; IV – executar todas as atividades concernentes ao funcionamento da área de conservação-restauração de bens culturais móveis e integrados; V – realizar exame técnico de conservação-restauração de bens culturais móveis e integrados, assinar laudos correspondentes e adotar ações para retardar ou prevenir a deterioração ou danos em bens culturais por meio do controle ambiental ou tratamento de sua estrutura; VI – definir o espaço de guarda e acondicionamento de bens culturais móveis e integrados; VII – embalar e acompanhar o transporte de bens culturais móveis e integrados; VIII – prestar serviços de consultoria e assessoria na área profissional de que trata esta Lei; IX – orientar, supervisionar e executar programas de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoas nas áreas de Conservação Restauração; X – integrar equipes de trabalho destinadas a desenvolver atividades de conservação-restauração de bens culturais móveis e integrados.³⁸⁵

Ao compararmos a Lei que regulamenta a profissão de museólogo e este projeto de Lei, buscamos apenas evidenciar como ambas as profissões possuem interesses próximos e como estes profissionais estão aptos a atuarem juntos em favor do Patrimônio. No projeto de regulamentação da profissão de Conservador-Restaurador temos atividades técnicas muito próximas das atividades ensinadas nas disciplinas de Preservação e Conservação no Curso de Museologia, o que evidenciaria a aptidão dos museólogos em atuarem também no que se refere à conservação.

E atualmente, qual o perfil do museólogo a partir de sua atual formação? Sabemos que esta discussão constitui uma interessante abordagem, mas aprofundá-la significaria nos distanciar do foco desta dissertação. Portanto, iremos nos limitar a tratar do profissional museólogo apenas enquanto agente da Preservação e Conservação. Mas qual a importância deste profissional nesta área? Podemos encontrar esta resposta mais uma vez em Rússio na comunicação “Quem são e o que são os museólogos”, sem data, mas que traz interessante resposta para o nosso questionamento, sendo aplicável

³⁸⁴ RÚSSIO, 2010, p. 224-231.

³⁸⁵ FILHO, 2008. 5 p.

nos dias de hoje, se levarmos em consideração a formação que o estudante de Museologia recebe atualmente no Curso da UNIRIO

O museólogo é, pois, um técnico, na medida em que exerce seu trabalho cotidiano, aplicando conhecimentos científicos extremamente diversificados e complexos. Qualquer que seja a sua especialização, o técnico de museu deve ter, hoje, noções que vão das Ciências da Conservação até as Ciências da Comunicação, passando por um sólido embasamento antropológico. Isso significa que ele deve reunir funções de Curador, de Conservador e de Museólogo propriamente dito.³⁸⁶

A atual matriz curricular do Curso de Museologia da UNIRIO traz disciplinas de diversas áreas do conhecimento, como História, História da Arte, Documentação, comunicação, entre outras. Entendemos que cabe ao museólogo, em sua formação, ter conhecimento das mais variadas áreas, justamente para poder exercer quando necessário, as três funções apresentadas pela autora acima referenciada (Curador, conservador e museólogo).

Gäel de Guichen traz interessante pensamento sobre o museólogo: “O que foi, no passado, tarefa de amadores esclarecidos, torna-se dever e trabalho profissional. Exigem-se atualmente demasiadas qualidades de um bom museólogo para delegar suas atribuições a amadores.”³⁸⁷ Vemos como Guichen defende a necessidade da profissionalização do museólogo e como o conhecimento amplo e variado é necessário para a sua atuação.

Não devemos deixar de destacar que o museólogo não é o único profissional que deve atuar na conservação, mas se faz extremamente necessário, como dito anteriormente nesta dissertação, que atue junto com profissionais de outras áreas, formando equipes multidisciplinares, cujos conhecimentos possam ser compartilhados e utilizados visando o fim comum de preservação. Como dito por Cheniaux (1996),

Para que este combate seja ainda mais efetivo, o museólogo deverá também conhecer a natureza dos diversos materiais, a sua composição química e sensibilidade espectral. Para isso, a presença do químico e do físico são indispensáveis na assessoria ao museólogo nessa tarefa especificamente científica.³⁸⁸

Podemos comparar a formação do museólogo no Brasil com o que sugere o documento *The Conservator-Restorer: a Definition of a Profession*, publicado em 1984, poucos meses antes da Regulamentação da Profissão de museólogo no Brasil. Neste

³⁸⁶ RÚSSIO, 2010. 241.

³⁸⁷ GUICHEN, s/d, p. 237-241.

³⁸⁸ CHEINIAUX, 1996, p. 120.

documento são definidas as matérias básicas que um currículo para a formação de restaurador deve apresentar. Segundo esse texto,

5.2 O treinamento deve envolver o desenvolvimento de sensibilidade e habilidade manual, a aquisição de conhecimentos sobre materiais e técnicas, e rigorosa fundamentação na metodologia científica para desenvolvimento da capacidade de resolver problemas de conservação seguindo uma abordagem sistemática, utilizando pesquisa precisa e interpretando criticamente os resultados. 5.3 A formação teórica e a educação devem incluir os seguintes temas: **História da arte e das civilizações; Métodos de pesquisa e documentação; Conhecimento de tecnologia e materiais; Teoria e ética da conservação; História e tecnologia de conservação-restauração; Química, biologia e física dos processos de deterioração e dos métodos de conservação**³⁸⁹. (grifos nossos)

Lendo este trecho notamos diversas semelhanças com o currículo atual do Curso de Museologia. Apresentando de forma simplificada, podemos comparar a partir da seguinte tabela elaborada pela autora desta dissertação:

Quadro elaborado pela autora.

Conteúdos mínimos para a formação do Conservador-Restaurador	Número de disciplinas com conteúdo equivalente no Curso de Museologia	Nome das disciplinas equivalentes	Carga horária total
História da Arte	7	Museologia e Arte Ocidental I, Museologia e Arte Ocidental II, Museologia e Arte Ocidental III, Museologia e Arte Ocidental IV, Museologia e Arte Brasileira I, Museologia e Arte Brasileira II, Museologia e Arte Brasileira III	360 horas
História das civilizações	5	História Moderna II, História Contemporânea I, História do	300 horas

³⁸⁹ ICOM, 1984, 4p.

		Brasil I, História do Brasil II, História do Brasil III	
Métodos de pesquisa e documentação	4	Metodologia da Pesquisa Científica, Informação e Documentação Museológica I, Documentação Museológica II, Metodologia da Pesquisa Aplicada a Museologia	225 horas
Conhecimento de tecnologia e materiais	4	Museologia e Preservação I, Museologia e Preservação II, Museologia e Preservação III, Museologia e Preservação IV	225 horas
Teoria e ética da conservação	1	Museologia e Preservação I	45 horas
História e tecnologia de conservação-restauração;	3	Museologia e Preservação I, Museologia e Preservação III, Museologia e Preservação IV	165 horas
Química, biologia e física dos processos de deterioração	1	Museologia e Preservação II, Museologia e Preservação III	120 horas
Métodos de conservação	4	Museologia e Preservação I, Museologia e Preservação II, Museologia e Preservação III, Museologia e Preservação IV	225 horas

O que buscamos expor na tabela acima é justamente como estão diluídos durante toda a formação do profissional museólogo no Brasil, os conteúdos mínimos entendidos internacionalmente como básicos para uma formação eficiente de conservadores-restauradores. Notamos a presença de algumas disciplinas mais de uma

vez na tabela. Isto ocorre em função dos conteúdos mínimos exigidos estarem alocados em mais de uma disciplina no Curso de Museologia.

Ao analisarmos matriz curricular de um curso de formação de conservadores no Brasil, notamos diferenças e semelhanças. O Curso de Conservação e Restauração, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) tem duração mínima de 8 anos e tem a formação mais voltada para as artes plásticas, possivelmente por estar ligado à Escola de Belas Artes.

No primeiro período os alunos estudam dentre outros conteúdos, História da Arte, estética e desenho. No período seguinte, permanece estudando desenho, estética, além de pintura, plástica e análise da composição. No terceiro período são inseridos os Fundamentos Científicos da Restauração, aulas sobre cerâmica, conservação e restauração de obras sobre papel, assim como restauração. Também são lecionadas aulas sobre História da Arte. No quarto período os alunos estudam metodologia da pesquisa e conservação preventiva, além de mais disciplinas de História da Arte. Já no quinto período, os alunos são apresentados à Conservação e Restauração de Esculturas, além de administração de empresas de conservação e restauração. No período seguinte estudam sobre legislação e Cartas Patrimoniais, além de história da arte e tópicos já vistos previamente em outros períodos. No penúltimo período estudam sobre Conservação e Restauração de pinturas, além da realização de estágio supervisionado. No oitavo e último período possuem apenas duas disciplinas obrigatórias: Conservação e Restauração de pinturas e o Projeto Final de Curso.

Em uma olhada superficial e comparando esta matriz e a do Curso de Museologia, vemos semelhanças no estudo de História da Arte, legislação e Cartas Patrimoniais. Podemos afirmar que o profissional conservador formado por este curso terá olhar mais voltado para as Belas Artes, tendo conhecimento técnico para tratamento conservativos, mas principalmente restaurativos. Já o profissional museólogo terá uma ação mais voltada para a conservação preventiva. Entendemos, portanto, que ambas as formações são importantes para a área do patrimônio cultural, proporcionando amplas atuações em distintas, mas complementares, áreas de preservação.

Agora que analisamos a formação de conservadores no Brasil e o que é proposto por órgãos internacionais, devemos retomar nossa discussão para a seara dos museus e da Museologia, no modelo conceitual do Museu Tradicional, a relação dialética entre Homem e objeto se faz principalmente através da exposição. Este é um dos meios pelos quais o Museu expressa seu discurso, criando 'planos de realidade' que correspondem a um conjunto de visões intencionais dos níveis de conteúdo e de expressão dos

objetos³⁹⁰. Portanto, este tipo de modelo conceitual de museu está orientado para o objeto. Desta forma, a conservação das coleções constitui em grande necessidade para a efetiva realização de umas das principais missões do museu. Nesta dissertação destacamos o Museu Histórico Nacional como um dos representantes deste modelo. Selecionamos o MHN por ser o local de criação do primeiro Curso voltado para formar profissionais de museus, Curso este atualmente alocado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro sob o nome de Curso de Museologia. Ou seja, um museu tradicional ortodoxo, voltado para o objeto que foi o pioneiro ao estabelecer a profissionalização dos responsáveis por suas coleções. A criação do MHN e a criação do Curso de Museus refletem o pensamento de uma mesma pessoa: Gustavo Barroso.

Este curso técnico de nível superior tinha por objetivo inicial formar profissionais aptos para trabalharem no próprio MHN. Na Reforma Curricular de 1944, as finalidades do Curso são ampliadas e passa a ser uma de seus objetivos preparar profissionais habilitados a exercerem funções de conservadores de museus de áreas do conhecimento além da História³⁹¹. O que podemos destacar neste novo momento, é que a formação passou a contemplar não só o MHN, mas também passou a servir para formar profissionais para outros museus, que estavam sendo criados pelos país. Outro ponto que devemos destacar é que, como apontado no texto, o Curso formava Conservadores de Museus. O uso do termo “museólogo” para se referir aos profissionais formados pelo Curso de Museus só ocorre em meados dos anos 60.

É interessante pensar na criação de um Curso de Museus em uma época em que a existência de Museus ainda era irrisória no país. Nas palavras de Sá,

Somente no Século XX, mais exatamente nas décadas de 20 e 30, os museus começam a alcançar uma dimensão maior, com o desenvolvimento de ideologias de tendências nacionalistas, típicas do pensamento autoritário que começou a ser formulado na República Velha e que se acentuou no Estado Novo. Assim, num Brasil de oito décadas atrás, completamente infenso ao desenvolvimento de museus e instituições culturais, descompassado com o contexto europeu e americano – sem recursos materiais, escolas e professores especializados -, investir na formação de profissionais de museus era uma atitude, no mínimo, visionária [...] até porque os pioneiros eram todos autodidatas no campo da Museologia³⁹².

³⁹⁰ SCHEINER, 2009, p.11.

³⁹¹ BRASIL. Decreto-Lei N. 6.689, de 13 de julho de 1944: Dispõe sobre a Organização do Curso de Museus, no Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ. 13 de julho de 1944.

³⁹² SÁ, 2007, p. 12.

A criação do MHN no cenário brasileiro do começo do século XX apenas evidencia como Barroso era visionário e atento às questões do patrimônio nacional. Criar não só um museu, mas também um curso para formar profissionais para museus foram atos inovadores diante a realidade nacional. Em seu texto “A Carreira de Conservador”³⁹³, Barroso ao comparar a profissão de Conservador de Museus com Naturalistas em Museus de História Natural, afirma que “[...] o primeiro conserva e pesquisa o material histórico, artístico, numismático ou paleográfico”³⁹⁴ e que os “[...] Naturalistas, em uma palavra, nada mais são do que Conservadores de Museus de História Natural”³⁹⁵. Faz ainda análise etimológica das palavras *Conservator* – *Conservatoris*, afirmando que indicam “[...] o que *conserva, salva, defende e mantém*”³⁹⁶ (grifos do autor). Resumindo de forma clara que a principal função do Conservador de Museus era manter, guardar, conservar, defender, proteger e até mesmo “salvar” os bens culturais sob sua tutela³⁹⁷,

Cerca de cinquenta anos após a criação do Curso, temos a regulamentação da profissão de museólogo. O Brasil é o único país que possui um profissional com a formação do museólogo e que tem esta profissão regulamentada. Esta peculiaridade acaba gerando uma das principais dificuldades de tradução de textos de outros países para a realidade profissional de nosso país. Encontramos um exemplo dessa situação nos Conceitos-Chave de Museologia, publicação original do ICOM e traduzida em 2013 para o português pelos museólogos Marília Xavier Cury e Bruno Brulon Soares. No vocábulo “coleção”, encontramos a seguinte nota de rodapé:

Mantivemos o termo em francês *conservateur*, como no original, pois este pode apresentar distintos sentidos. Às vezes aparece como profissão, outras como carreira. Em determinadas situações o seu uso se assemelha ao do museólogo no Brasil. Em Portugal usa-se o termo “conservador”, embora em determinadas situações o seu uso também se assemelhe ao de “museólogo”. Na versão em inglês deste trecho encontramos *conservateur* como *curator*, o que poderia nos levar a traduzir o termo como “curador”. No entanto, há, no Brasil, diferentes concepções de curadoria e, conseqüentemente, de curador. Uma delas entende curadoria como pesquisa de coleção e curador como o pesquisador de coleção e, em conseqüência, aquele que define o conteúdo da exposição. Outra, mais recente, considera curadoria como o processo que integra todas as ações em torno da coleção ou do objeto museológico: aquisição, pesquisa, conservação, documentação, comunicação (exposição e educação). Nesse sentido, todos aqueles inseridos nesse processo são curadores. No *Dictionnaire encyclopédique de muséologie* (Paris: Armand Colin), 2011, p. 581, André Desvallées e François Mairesse apresentam o

³⁹³ BARROSO, 1951, p. 230.

³⁹⁴ Ibidem, p. 231.

³⁹⁵ Ibidem, p. 234.

³⁹⁶ Ibidem, p. 232.

³⁹⁷ Idem.

termo “curador” (*Curator* com o verbete *conservateur*) como o pesquisador de coleção que poderá assumir posição diretiva na instituição³⁹⁸.

Em muitos países, o termo *conservateur* designa as ações de um profissional cuja atividade é muito próxima da do museólogo no Brasil, não só na conservação, mas também dentro de outras áreas, como a exposição, como vimos na citação acima.

Segundo Ward³⁹⁹, com o grande interesse mundial suscitado em relação ao patrimônio, o desenvolvimento do conhecimento científico voltado para o desenvolvimento da conservação, proporcionou que os museólogos não mais aceitassem a deterioração dos objetos como algo inevitável, mas fez com que estes tentassem ainda mais defender as coleções contra agentes agressores de todos os tipos.

Ao buscar relacionar o papel do conservador com o do museólogo, Ward (2010, p. 16) afirma que todas as atividades que afete o estado de conservações dos objetos de museus são concernentes ao especialista em conservação. Os museólogos participariam mais diretamente das decisões sobre os vários usos das coleções, mas que não estariam capacitados para resolver sobre a preservação. No entanto, devemos buscar entender o lugar de fala deste autor. Atuante no *Canadian Conservation Institute*, Ward ao se referir a “museólogos” trata de profissionais de museus sem se referir aos profissionais com o mesmo caráter específico de formação que temos no Brasil. Notamos assim, que sua experiência com relação aos profissionais de museus, os quais o autor chama genericamente de museólogos, não se aplica da mesma forma na realidade brasileira.

Devemos recordar de que o sistema de ensino de Museologia presente no Brasil difere do ensino em outros países, visto que aqui temos um curso de graduação voltado a formar museólogos, quando nos outros países do mundo, esse tipo de formação é voltada para o ensino de pós-graduação. A formação do museólogo em nível de graduação no Brasil apresenta diversos conteúdos, como já dito, abrangendo conteúdos sobre documentação, comunicação, legislação patrimonial, patrimônio e conservação. Como já dito, estando próximo ao que é preconizado em textos como “O Conservador-Restaurador: uma Definição da Profissão”, que ressalta que a formação deve contemplar História da Arte das Civilizações; métodos de pesquisa e documentação; conhecimento sobre tecnologia e materiais; teoria e ética da Conservação; e processos

³⁹⁸ ICOM, 2013, p. 34.

³⁹⁹ WARD, 2010, p.3.

de deterioração e métodos de conservação químicos, biológicos e físicos⁴⁰⁰. Segundo o Código de Ética do Conservador-Restaurador, o objetivo final desta formação consiste em buscar desenvolver profissionais com amplo conhecimento, sendo capazes de realizar intervenções de conservação de diversas complexidades e também documentá-las. Este registro, ao ser feito, irá contribuir não só para a preservação, “mas também para uma compreensão mais profunda dos acontecimentos históricos e artísticos relacionados com os objetos em tratamento”⁴⁰¹.

Portanto, nos fica claro como a formação do museólogo, em nível de graduação, no Brasil, tende a contemplar áreas que são consideradas por este documento como essenciais para a formação de um bom profissional da área da Conservação-Restauração.

Em texto datado de 1968, Paul Philippot, elenca as matérias ensinadas no Programa de Formação Avançada em Análise e Conservação de Bens Culturais, do Instituto Real para o Patrimônio Cultural, em Bruxelas. Sendo as áreas ensinadas:

1. Meios de informação e organização do trabalho: agências internacionais; de informações; Elaboração de relatórios.
2. Teoria da restauração.
3. Métodos de exame e análise: história, técnicas e instrumentos de exame de materiais e objetos.
4. Materiais: origem, composição, estrutura, propriedades, alteração, conservação, materiais constituintes dos bens culturais, equipamentos de tratamento.
5. Tecnologia das artes visuais; história das técnicas de pintura, escultura e artes aplicadas.
6. Alteração de bens culturais: fatores, mecanismo e controle.
7. Conservação de Bens Culturais, com ênfase na área de especialização (alteração, exames, equipamentos de tratamento)
8. Técnica de controle no Museu: ar condicionado, aquecimento, iluminação, exposições, displays, embalagens, manuseio, transporte e depósito.
9. Técnicas de escavações arqueológicas.
10. Organização técnica e administrativa de um serviço da proteção dos bens culturais.⁴⁰²

Vemos como a formação ofertada aos alunos deste programa é muito próxima da formação recebida pelos estudantes de Museologia no Brasil, estando presente praticamente todos os dez itens presentes na atual grade curricular do curso, apesar da distância temporal do supracitado texto.

O trabalho do conservador-restaurador consiste em, entre outras atividades, realizar exame técnico, atuar na Preservação, Conservação e Restauração do patrimônio cultural. O exame incide em um procedimento preliminar buscando levantar as informações sobre os materiais e técnicas, medidas, alterações, acréscimos, perdas

⁴⁰⁰ ICOM, 1984. Não paginado.

⁴⁰¹ Idem.

⁴⁰² PHILIPPOT, 1968. p. 11-12.

dos objetos. Este exame irá fazer parte da documentação da obra e ajudará a determinar também parte de seu significado e até mesmo valor de distinção em relação a outros semelhantes⁴⁰³. Já nos museus, geralmente cabe a este profissional atuar nos serviços de proteção do patrimônio. O conservador-restaurador também deve compreender o “aspecto material e importância histórica e artística dos objetos, a fim de evitar a sua deterioração, e para melhorar a nossa compreensão das mesmas, de forma a distinguir original do falso.”⁴⁰⁴. Segundo Ward, o conservador seria responsável pelo aspecto intelectual da coleção e o especialista em restauração seria o responsável pelo aspecto físico dos bens⁴⁰⁵.

Podemos ainda, recorrendo a Philip Ward, estabelecer relação entre o conservador e o museólogo. Ward (2010, p. 53) afirma que sempre existiram vínculos entre os especialistas em conservação e os responsáveis pela documentação dos objetos museológicos, os museólogos, visto que estes dois profissionais compartilham entre si o mesmo interesse e responsabilidade sobre o bem estar das coleções.

Devemos ressaltar também que a conservação se consolidou enquanto ciência dentro dos museus, com a criação dos primeiros laboratórios voltados para a pesquisa sobre a degradação de acervos. Estes laboratórios proporcionaram que especialistas em Conservação, ciência e História da Arte⁴⁰⁶ agissem juntos. Atualmente, o trabalho em laboratórios de conservação representa um processo de pesquisa colaborativa entre diversas áreas do conhecimento, como cientistas, conservadores, especialistas e museólogos.

Como pudemos observar a existência de um profissional voltado para a conservação das coleções de arte é anterior à criação do museu no entendimento que temos nos dias atuais. A criação do primeiro museu moderno, o Louvre, ocorre durante a Revolução Francesa. E então, com as escavações arqueológicas realizadas durante o século XIX e a formação de grandes coleções e posteriormente criação de museus nacionais, vemos a figura do conservador deixando de atuar no âmbito privado das coleções e indo para o público, atuando em museus. O que não podemos deixar de apontar é que o profissional conservador é anterior ao surgimento dos museus. E que a partir do advento desta instituição, ambas as áreas passaram a caminhar de forma próxima, se inter-relacionado. Sendo inclusive no seio museológico que a Conservação se estabelece enquanto ciência.

⁴⁰³ Idem.

⁴⁰⁴ Idem.

⁴⁰⁵ WARD, 2010, p. 54.

⁴⁰⁶ ALEXANDER, s/D. p.18.

Vimos também no desenvolvimento desta dissertação que no Brasil, a existência de um profissional de Museologia, também pode ser considerada enquanto símbolo desta inter-relação, visto que sua atuação é voltada para o museu, tendo entre suas atribuições o cuidado com a preservação e conservação dos objetos museológicos. Prova disto também é que, além de estar previsto em legislação federal que este profissional tem o dever de ter tal zelo, encontramos na memória do desenvolvimento da profissão do museólogo esta aproximação. Antes de sermos chamados e reconhecidos enquanto museólogos, éramos chamados Conservadores de Museus e tínhamos no objeto nosso principal foco de atuação. Hoje em dia, este quadro foi alterado, no entanto, o cuidado com a coleção ainda consiste em uma das principais atribuições deste profissional, sendo a conservação atividade presente muitas vezes nesta profissão.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

*Expor e proteger, eis o paradoxo
no qual vive o museu.
Encontrar o equilíbrio entre
essas duas funções
museológicas primordiais é mais um
desafio a que se propõe o museólogo.*
CHENIAUX, 1996, p. 122

Ao pesquisar o tema “O ensino de Conservação-Preservação na Formação do Museólogo” nos debruçamos sobre uma quantidade considerável de fontes primárias encontradas no Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, o que enriqueceu nossa discussão e deu-nos embasamento para os questionamentos levantados. Poder analisar um dos pontos envolvendo a formação dos museólogos permite-nos dar nossa contribuição rumo a consolidação da Museologia enquanto área do conhecimento. Ao estudar a memória da profissão estamos valorando esta classe profissional.

Como dito por Cheniaux na citação que inicia estas conclusões, o museólogo, enquanto agente do patrimônio traz em seu âmago a missão de proteger, mas de também tornar acessíveis ao público em geral os representantes de nossa cultura. E estas duas ações podem ser muitas vezes consideradas como opostas entre si. Como permitir ao acesso, sem colocar o bem cultural em eminente risco? Saber como dosar ambas ações é tarefa árdua fazendo com que o perfil deste profissional seja de um verdadeiro conciliador de interesses: de um lado a Preservação e de outro a Comunicação dos bens culturais. Para agir desta forma é necessário conhecer ambos os lados. Dito isto, torna-se claro que é necessário ao museólogo, em sua formação, ter contato com as áreas que irá muitas vezes se deparar em sua caminhada profissional. Aprendendo a articular os conhecimentos e a organizá-los dentro da estrutura do museu de forma plena e satisfatória, a fim de que a instituição cumpra seu dever de estar a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. Mostramos também, ao longo da presente dissertação, como ambos os lados não são necessariamente opostos, mas sim complementares, coexistindo muitas vezes, por mais que nos pareçam muitas vezes antagonistas.

O que buscamos apresentar ao longo do desenvolvimento de nosso texto foi a grande importância que a Conservação-Restauração tem dentro da vida profissional do museólogo, sendo essencial uma boa base destes conhecimentos em sua formação. Pudemos observar como as áreas da Museologia e da Conservação-Restauração surgiram em momentos diferentes da História e passaram a caminhar juntas a partir de

certo ponto, desde a criação dos primeiros laboratórios em museus. Vimos também os impactos causados na ciência da Conservação após as grandes guerras mundiais e como a criação de instituições internacionais foi fundamental para a ampliação das discussões sobre o tema. Além de como esta área se desenvolveu em nosso país.

Focamos em falar deste profissional de existência singular no Brasil, a fim de enaltecer sua relevância para a área patrimonial e cultural. Vimos como a formação do museólogo foi se transformando e sempre se adaptando às necessidades do mercado do trabalho. No entanto, o que nunca se alterou foi seu compromisso com a cultura em suas diversas manifestações e sua preservação para gerações futuras. Para tal, sua estrutura curricular sempre acompanhou as discussões que lhe eram pertinentes, colocando-as à disposição dos futuros profissionais através de atualizações de conteúdo, principalmente com as diversas alterações curriculares que o Curso passou, tornando-o espaço de debates sempre atualizados. Temos este resultado também em virtude de os próprios professores terem em si o anseio por aprimoramento e reconhecerem a necessidade de acompanhamento de discussões muitas vezes recentes, especialmente a Prof.^a Violeta Cheniaux que iniciou e sistematizou o ensino prático de Conservação no Curso. Estes professores que foram responsáveis pela excelência de ensino deste Curso formando profissionais capacitados para os desafios encontrados ao longo de sua caminhada profissional.

Mas para falar do Curso e do ensino dos conteúdos de Conservação e Restauração foi necessário que antes traçássemos brevemente o desenvolvimento das áreas envolvidas. Entendemos que para melhor entendimento, se faz necessário tal introdução. Compreender o desenvolvimento das áreas de Conservação e Preservação fez com que pudéssemos estabelecer em qual momento estas áreas se aproximaram dos museus e, conseqüentemente, se tornaram parte da formação de seus profissionais. E também explicar a presença delas dentro das instituições museológicas.

Após este embasamento, tornou-se mais fácil interpretar as fontes primárias que consultamos. Entendendo as correntes teóricas escolhidas para serem utilizadas no Curso, especialmente a matriz francesa presente desde a criação do mesmo em 1932. Vimos linearmente o aumento dos conteúdos voltados para a Preservação e a Conservação e seus desdobramentos dentro do curso. A princípio, incluídos na disciplina que constituída a “espinha dorsal” do Curso: Técnica de Museus. Não havia a possibilidade de aulas práticas, mas por outro lado os conteúdos apresentados eram altamente modernos se nos atentarmos as publicações presentes na bibliografia.

Com o tempo, o Conservador de Museu passou a ser reconhecido enquanto museólogo, sendo esta alteração parte das mudanças em vigor nos anos 60 e 70 em

busca da consolidação da Museologia do país. No entanto, esta mudança não alterou a vocação deste profissional responsável pelo zelo com o patrimônio. Deixou-se também de se falar em “Técnica de Museus” e passa-se a utilizar os termos “Museologia” e “Museografia”. Na década de 70 temos também a ida do Curso para o âmbito universitário, que foi mais um passo em direção ao reconhecimento do campo e mais um passo rumo a sua valorização.

Na década seguinte, vimos mais uma manifestação do pioneirismo do Curso ao ser espaço de criação do primeiro núcleo voltado para a Conservação Preventiva no país, estabelecendo-se como importante local para aprendizado prático de conservação por parte dos alunos e também de reciclagem dos profissionais, que reconheceram essa necessidade. Podemos considerar que a instituição de aulas práticas foi crucial para o aprimoramento dos museólogos, além do início do estudo sistematizado da Conservação Preventiva que dava seus primeiros passos naquele momento. Ao criar o primeiro laboratório no país voltado para a Conservação Preventiva, o Curso de Museologia confirmou mais uma vez sua vocação para o pioneirismo, já que também foi o primeiro Curso de Museus do país.

Ao discutirmos o ensino de Conservação-Restauração na formação do museólogo, demonstramos como esta área e a Museologia fluem de forma conjunta em muitos momentos, especialmente dentro do espaço museológico, convergindo para a valoração do patrimônio cultural. Cabe ao museólogo, especialmente em nosso país, a partir de seu perfil profissional, ser responsável pelo cuidado e manutenção das coleções museológicas. Tornando-se essencial que tenha formação ampla, abrangendo as mais variadas áreas do conhecimento, para que possa cumprir com eficiência todas as atribuições que lhe cabem, agindo de acordo com a Lei que regulamenta a profissão.

Ao museólogo, antigo Conservador de Museus, é indissociável o trabalho na conservação. E sua formação com várias áreas do conhecimento auxiliam no trabalho em equipes, facilitando o diálogo, algo essencial para a manutenção das atividades básicas de um museu. Nesta dissertação não tivemos a pretensão em afirmar que o museólogo consiste no único profissional apto para atuar na Conservação *in* ou *extra* museus. Buscamos apresentar ao longo de nossa discussão o museólogo enquanto profissional apto para atuar na área da Conservação, a partir de sua formação e também como ambas as áreas, Museologia e Conservação, são ligadas entre si. Para obter este resultado recorreremos à Memória do Curso de Museus, criado em um período onde a quantidade de museus era irrisória no país, demonstrando o olhar sensível às necessidades da área patrimonial de seu idealizador. Ao olharmos para o passado da

formação profissional, conseguimos entender o presente do Curso e, conseqüentemente, valorizarmos o mesmo.

Traçando as alterações passadas pela formação profissional, acompanhada da análise dos acontecimentos da macro-História, vimos como as situações exteriores foram determinantes para o desenvolvimento da Museologia no país, especialmente no que se refere a atuação profissional em museus. E como apontamos logo no começo desta dissertação, os museus e a Conservação são muito próximos, dependendo o primeiro, dentre outras, da ação do segundo para que possa cumprir sua missão.

Ao falarmos de museus e Conservação, estamos nos referindo as atividades de museus tradicionais ortodoxos, orientados para o objeto. Discutimos ainda como a conservação está presente nestas instituições, indo além do laboratório e da reserva técnica. Estando presente inclusive no principal meio de comunicação dos museus, a exposição. E também na documentação, sendo parte da preservação através do histórico do bem cultural. Contudo, sabemos que a Preservação, assim como a Conservação, pode ir além desta tipologia de museu, podendo acompanhar o museólogo em atividades em outros locais, como sítios arqueológicos, por exemplo, lidando com patrimônio arqueológico e além do patrimônio natural.

Cabe, por fim, falarmos sobre os objetivos que nortearam este trabalho. Acreditamos ter alcançado o objetivo geral desta pesquisa, que era justamente analisar o ensino da Conservação-Restauração de Bens Culturais na formação do Museólogo, tendo como contexto o Curso de Museus – MHN, atualmente Curso de Museologia da UNIRIO, a fim de entender sua implicação dentro do perfil profissional do museólogo. Vimos como atualmente o museólogo consiste em profissional reconhecido no âmbito nacional como apto para desenvolver atividades conservativas, além das demais atribuições que lhe cabem. Concluímos portanto, que o museólogo consiste em importante e ativo ator no que se refere não só a preservação de nosso patrimônio, mas também sua conservação, especialmente no que se refere à Conservação Preventiva.

Conseguimos também, especialmente no capítulo quatro, analisar, dentre as funções básicas do museu, o papel da Conservação-Restauração, como se insere, possibilitando a compreensão de sua relação com as demais atividades dentro da instituição museológica. Neste mesmo capítulo, fomos capazes de discutir brevemente, a partir da análise da Lei que estabelece a regulamentação da profissão de museólogo, tendo como base as atribuições deste profissional, como o mesmo pode atuar nas diversas atividades referentes a Conservação. Vimos também como a formação do museólogo e a do Conservação possuem semelhanças.

Analisamos, ao longo dos capítulos segundo e terceiro, o ensino de Conservação-Restauração, desde o Curso de Museus até os dias atuais enquanto Curso de Museologia da UNIRIO, a fim de entendermos a atual estrutura curricular, através de panorama traçado pelas alterações curriculares. Confirmamos a importância e impacto no ensino da criação do Núcleo de Preservação e Conservação de Bens Culturais – NUPRECON VIOLETA CHENIAUX, no ensino de Conservação Preventiva e sua ampliação para aulas de restauração, enriquecendo a formação profissional. Como já dito, a inserção de aulas práticas reformulou a formação dos alunos e propiciou a reciclagem dos profissionais que fizeram parte dos cursos oferecidos no âmbito do laboratório.

E, por fim, acreditamos ter delineado brevemente a ligação entre as áreas da Museologia e a Conservação-Restauração, a partir do surgimento dos primeiros laboratórios voltados para este fim em museus, do desenvolvimento histórico da conservação e de como essa ligação se mantém dentro do contexto por nós eleito, o Curso de Museologia. Acreditamos ter dado nossa contribuição para a valorização deste profissional.

Não pretendemos, no entanto, encerrar esta discussão na presente pesquisa, mas deixar caminhos abertos para novas discussões. Sabemos que o assunto é amplo e merecedor de muitos debates. Devemos agora, entre tantos questionamentos que surgiram durante a elaboração desta dissertação, nos perguntar sobre como ocorre esta relação entre Museologia e a Conservação, se de forma inter, pluri ou multidisciplinar. Esta discussão que ultrapassaria os limites da presente pesquisa, sendo necessário que optássemos para deixá-la para um futuro trabalho, onde poderemos responder esta e outras questões que se fizerem pertinentes.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA Imperial de Belas Artes (Aiba). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicao511920/academia-imperial-de-belas-artes-aiba>>. Acesso em: 04 de Nov. 2017. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

ALARCÃO, Catarina. Prevenir para Preservar o Patrimônio Museológico. In: Revista do Museu Municipal de Faro. Faro: Museu Municipal de Faro, 2007. 27 p.

ALEXANDER, Ingrid C. Technical Studies and the Field of Conservation. In: Study Series of the ICOM International Committee For Conservation. Bruxelas: ICOM, s/D. p.17-18.

BARROS, José D'Assunção. O Projeto de Pesquisa em História. Editora Vozes: Petrópolis, 2005. P. 213-214.

BARROSO, Gustavo Dodt. Introdução à Técnica de Museus. V. 1. Museu Histórico Nacional, Gráfica Olímpica, 1951. 344 p.

_____. A defesa do nosso passado. In: Anais do Museu Histórico Nacional. Imprensa Nacional, vol. 4, 579-584, 1943.

_____. A Carreira de Conservador. Anais Museu Histórico Nacional, 1947, v. VIII, p. 230.

BRANDI, Cesare. Teoria da Restauração. Cotia: Ateliê Editorial, 2013, 261 p.

BELLAIGUE, Mathilde. O Desafio Museológico. In: Bases Teóricas da Museologia (apostila de disciplina Museologia I, Curso de Museologia da UNIRIO). Rio de Janeiro: 2009. P. 113-118.

BERDUCOU, Marie. Introduction to Archeological Conservation. In: Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage. Los Angeles: The Getty Conservation Institute. 1996. p.248-257.

BEWER, Francesca G. A Laboratory of Art/ Harvard's Fogg Museum and the Emergence os Conservation in América, 1900-1950. Harvard Art Museu: Cambridge, 2010.

BOSI, Ecléa. O tempo vivo da memória. 3. Ed. Ateliê Editorial: São Paulo, 2013, p. 44.

BOURDIEU, P. Le champ scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104. Tradução de Paula Montero.

Brasil. Decreto nº n. 24.735, de 02 de agosto de 1922: Cria o Museu Historico Nacional e aprova o seu regulamento. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ. 02 de agosto de 1922. Seção 1, p. 16081.

Brasil. Decreto nº n. 21.129, de 07 de março de 1932: Cria no Museu Histórico Nacional o "Curso de Museus". Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ. 11 de março de 1932. Seção 1, p. 4414.

BRASIL. Decreto Federal N. 22.928, de 12 de julho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ. 17 de julho de 1933. Seção 1, Página 14153.

Brasil. Decreto nº n. 24.735, de 14 de julho de 1934: Aprova o novo regulamento do Museu Histórico Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ. 12 de julho de 1934. Seção 1, p. 0000.

BRASIL. Decreto–Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937: Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ. 30 de novembro de 1937.

BRASIL. Decreto-Lei N.º 3.866, de 29 de Novembro de 1941: Dispõe sobre tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ. 29 de novembro de 1941.

BRASIL. Decreto-Lei N. 6.689, de 13 de julho de 1944: Dispõe sobre a Organização do Curso de Museus, no Ministério da Educação e Saúde, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ. 13 de julho de 1944.

Brasil. Decreto n. 47.883, de 08 de março de 1960: Inclui na estrutura do Museu Histórico Nacional órgãos que consistirão o museu da república e a divisão de história artística e literária. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ. 08 de março de 1960. Seção 1, p. 3905.

BRASIL. Decreto 58.800. Regimento do Curso de Museus. Ministério da Educação e Cultura. Museu Histórico Nacional. 13 de julho de 1966. Diário Oficial. 18 de julho de 1966.

BRASIL. Lei N. 7.287, de 18 de dezembro de 1984. Dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Museólogo. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. 18 de dezembro de 1984.

BRASIL. Lei N.º 11.904, de 14 de Janeiro de 2009: Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. 14 de janeiro de 2009.

BRIDGLANG, Janet. Principal International Organisations Concerned with the Preservation of Cultural Property. In.: Study Series of the ICOM International Committee For Conservation. Bruxelas, s/D. p. 30-32.

BRULON SOARES, B. C.; DE CARVALHO, Luciana Menezes ; CRUZ, H. V. . O nascimento da Museologia: confluências e tendências do campo museológico no Brasil. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano. (Org.). 90 anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922-2012). 1ed.Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014, v. , p. 244-262

CALDEIRA, Cleide Cristina. Conservação Preventiva: histórico. Revista CPC. São Paulo, 2005/2006.

CAPLE, Chris. Conservation Skills, Judgement, method and decision making. Nova York: Routledge, 2000. P. 46-55.

CASTRO, Aloísio Arnaldo Nunes de. A Trajetória Histórica da Conservação-Restauração de Acervos em Papel no Brasil. Juiz de Fora: Funalfa, 2012. p.47-68; p. 75-99.

CHAGAS, Mario. Imaginação Museal - Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/50087891/Imaginacao-Museal-Museu-Memoria-e-Poder-em-Gustavo-Barroso-Gilberto-Freyre-e-Darcy-Ribeiro-CHAGAS-Mario> Acesso em maio de 2015.

CHENIAUX, Violeta. Luz – Subsídios Técnicos Para A Conservação Preventiva. In: Anais do Museu Histórico Nacional. V. 28, Rio de Janeiro: 1996. p. 117-132.

_____. Oficina de Museologia. In: CCH em Foco, ano 2, n.º 3. Universidade do Rio de Janeiro.

_____. Projeto de Pesquisa Detalhado A Atuação do Museólogo no Controle da Luz e da Umidade para a Preservação e Conservação dos Acervos de Museus da Fundação de Artes do Rio de Janeiro (FUNARJ). Rio de Janeiro: UNI-RIO, 1986.

_____. Relatório das Atividades do NUPRECON (Núcleo de Preservação e Conservação) durante o 2º semestre de 1987. UNI-RIO. Rio de Janeiro. 20 de Dezembro de 1987. 3p.

_____. Relatório de Curso de Extensão. Rio de Janeiro: UNI-RIO, 22 de julho de 1988.

_____. Relatório das Atividades do NUPRECON (Núcleo de Preservação e Conservação) durante o 2º semestre de 1988. UNI-RIO. Rio de Janeiro. 13 de Dezembro de 1988. 3p.

_____. A Formação do Museólogo no Controle da Luz e da Umidade para a Conservação de Acervos. 1991. Dissertação (Mestrado em Administração de Centros Culturais) – Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. Entrevista concedida a Luana da Conceição Martins. Rio de Janeiro, 24 de fev. 2017

CHOAY, Françoise. A alegoria do Patrimônio. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. 276 p.

CONSELHO DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DO RIO. Ata da Centésima Quinquagésima quinta reunião extraordinária do Conselho do Centro de Ciências Humanas da Universidade do Rio. In: Livro de Atas do Centro de Ciências Humanas da Universidade do Rio. Rio de Janeiro: 16 de janeiro de 1998. p. 63-65.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n. 971, Rio de Janeiro. p. 2.

COSTA, Ludmila Leite Madeira da. Termo/Conceito Museólogo: Identificando e definindo sua atuação em coleções de artistas plásticos contemporâneos. Rio de Janeiro, UNIRIO/MAST, 2013. 87 p.

CRUZ, Henrique de Vasconcelos. "Do horizonte do passado ao horizonte do futuro...": 75 anos da Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1932-2007). Rio de Janeiro: UNIRIO, Escola de Museologia, 2007.

Curso de Museus / MHN – Reforma de 1966 (Em vigor: 1967-1969).

CURY, Marília Xavier. Museologia – Marcos Referenciais. In: Cadernos do CEOM. Ano 18, n. 21 – Museus: pesquisa, acervo, comunicação. Universidade Comunitária Regional de Chapecó. Santa Catarina: Junho/2005. P. 45-73.

DESVALLÉES, André. A Museologia e os Museus: mudanças de conceitos. In: Cadernos Museológicos. Vol. 1. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro: 1989. P.12-21.

DESVALLÉES, André. MAIRESSE, François. Conceitos-chave de Museologia. BRULON, Bruno. CURY, Marília Xavier, tradução e comentários. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. 100 p.

Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/conservar?express=Conservare>>. Acesso em janeiro de 2016.

FERREZ, Helena D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: IPHAN. Estudos Museológicos. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994. p. 65-74 (Cadernos de Ensaio 2).

FRONER, Yacy-Ara. Ciência da Conservação ou Conservação Científica? Hipóteses para uma reflexão. Disponível em: <<http://www.festivaldearte.fafcs.ufu.br/2005/comunicacao-28.htm>>, acesso em agosto de 2016.

FRONER, Yacy-Ara; ROSADO, Alessandra. Princípios históricos e filosóficos da Conservação Preventiva. Col. Tópicos em Conservação Preventiva-2. Belo Horizonte: Escola de Belas Artes – Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

GETTY INSTITUTE FOR CONSERVATION. Introduction to Part V – Restoration and Anti-Restoration. In: Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage. Los Angeles: The Getty Conservation Institute. 1996, p. 308-313.

GODONOU, Alain. Documentation in the service of conservation: an African training experiment. In: museum International – Preventive Conservation. Vol. LI.n.º 1. Paris: UNESCO. Janeiro, 1999. P. 28-32

GONÇALVES, José Reginaldo. Os museus e a representação do Brasil: os museus como espaços materiais de representação social. In: CHAGAS, Mario (org.). Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, no. 31, p.254-273, 2005.

GRANATO, Marcus. Apresentação. In: Mast Collóquia – Conservação de Acervos. Vol. 9. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2007. 204 p.

GRANATO, Marcus. Apresentação. In: MAST COLLÓQUIA-Conservação de Acervos, 2007, Rio de Janeiro. MAST COLLÓQUIA-Conservação de Acervos. Rio de Janeiro: MAST, 2007. v. 9. p. 5-13. Disponível em: http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_9.pdf (acesso em maio de 2016)

GUICHEN, Gäel de. La Conservation Préventive: um changement profond de mentalité. Roma: 1995, 2 p.

HALBWACHS, Marcel. A Memória Coletiva. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

ICOM. Código da Ética – O Conservador-Restaurador: a Definição da Profissão. ICOM: Copenhague. 1984. 4p.

ICOM. Código de Ética do ICOM para Museus: versão lusófona. Rio de Janeiro: ICOM/Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. 2011. 46 p.

ICOM. The Conservator-Restorer: a definition of the Profession. ICOM: Copenhague. 1984. 4p.

ICOM. Museological working papers. Museology n.º 1 – Science or just practical museum work?. Introductory Summary. ICOM. Escoccolmo: 1980. 70 p.

ICOM. Estatuto do ICOM. ICOM: Viena, Áustria, 2007, 15 p.

ICOM. Código da Ética – O Conservador-Restaurador: a Definição da Profissão. ICOM: Copenhague. 1984. 4 p.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Carta de Burra. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2017.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. Revista CPC. São Paulo, 2006, p. 19.

_____. Os Restauradores e o Pensamento de Camillo Boito sobre a Restauração. In: Os Restauradores. Cotia: Ateliê Editorial. 4ª ed. 2014, 63 p.

_____. Viollet—le-Duc e o Verbete Restauração. In: Restauração. Cotia: Ateliê Editorial. 4ª ed. 2004, p. 9-24.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Dossiê Museologia e Patrimônio, v. 7, n.1, jan-abr.2012.

_____. Musealização e Patrimonialização: Formas Culturais Integradas, Termos e Conceitos Entrelaçados. Além das “nuvens”: expandindo as fronteiras da Ciência da Informação – ENANCIB 2014- Contribuições do GT 9 Museu, Patrimônio e Informação.

LOUVRE. Guia de Bolso. Paris: Louvre Éditions. 2014, p. 13.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. Colecionando relíquias... Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937). 2004. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História do IFCS /UFRJ). Rio de Janeiro, UFRJ/ IFCS, 2004.

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros Malhano. Da Materialização à Legitimação do Passado. FAPERJ, Editora Lucerna, Rio de Janeiro, 2002. 294 p.

MARTÍNEZ JUSTICIA, Maria José. Historia Y Teoría de la Conservación Artística. Madrid: Tecnos, 2000. 467 p.

MENSH, Peter Van. O Objeto de Estudo da Museologia. In: Pretextos Museológicos 1. Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO)/ Universidade Gama Filho (UGF). Rio de Janeiro, 1994. 22 p.

_____. Modelos Conceituais de Museus (e suas relações com o patrimônio natural e cultural). In: Bases Teóricas da Museologia (apostila de disciplina Museologia I, Curso de Museologia da UNRIO). Rio de Janeiro: 2009. P. 105-110.

MORAES, Nilson Alves de. Memória Social: solidariedade orgânica e disputas de sentidos. In: O que é Memória Social?. Org. GONDAR, Jô. DODEBEI, Vera. Ed. Contra Capa. Rio de Janeiro: 2011, 2ª edição. P. 89-104.

MORRIS, Willian. Manifesto of the Society for the Protection of Ancient Buildings. In: Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage. Los Angeles: The Getty Conservation Institute. 1996, p. 319-321.

MUÑOZ-CAMPOS, Paloma. Área de Conservação e Restauro. In: GRUPO ESPANHOL DO ICC. Conservação Preventiva e Procedimentos em Exposições Temporárias. Coleção Museu Aberto. Brodowski: Secretaria de Cultura do Governo do Estado de São Paulo, 2012. 1ª Ed, p. 77-84.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Museu Histórico Nacional**. 1 ed. São Paulo: Olhares. 2013. 300 p.

ODDY, Andrew. Harold Plenderleith and The Conservation of Antiquities and Works of Art. In: Intervención. Córdoba: 2011. Ano 2. N. 4. P. 56-72.

PHILIPPOT, Paul. Restoration from the Perspective of the humanities. In: Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage. Los Angeles: The Getty Conservation Institute. 1996, p. 216-230.

_____. La Conservation et la Restauration dans les Musees et la Formation des Restaurateurs et du Personnel de Laboratoire. Paris: 1968. 19 p.

PRICE, Nicholas Stanley. TALLEY JR., M. Kirby., VACCARO, Alessandra Melucco. Introduction to Archeological Conservation. In: Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage. Los Angeles: The Getty Conservation Institute. 1996. 520p.

Rathgen Research Laboratory, disponível em: <<http://www.smb.museum/en/museums-institutions/rathgen-forschungslabor/about-us/profile.html>>, acesso em agosto de 2016.

RIEGL, Alois. The Modern Cult of Monuments: Its Essence and Its Development. In: Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage. Los Angeles: The Getty Conservation Institute. 1996, p. 69-83.

RUSKIN, John. The Lamp of Memory. In: Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage. Los Angeles: The Getty Conservation Institute. 1996,p. 79

Rússio, W. Quem são e o que são os museólogos. In Bruno, M. C. O. (Org.), Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. V.1, pp. 237-242.

_____. A Interdisciplinaridade em Museologia. Estocolmo: Museological Working Papers, n. 2. In Bruno, M. C. O. (Org.), Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. V.1, pp.123-126.

_____. O Mercado de Trabalho do Museólogo na área da Museologia. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste. In Bruno, M. C. O. (Org.), Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. V.1, pp. 215-223.

_____. Formação Profissional. Belo Horizonte: Comitê Brasileiro do ICOM: Encontro do Comitê Brasileiro do ICOM. In Bruno, M. C. O. (Org.), Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. V.1, pp. 224-231.

SÁ, I. C. História e Memória do Curso de Museologia: do MHN à UNIRIO. Anais do Museu Histórico Nacional, v. 39, p. 10-42, 2007.

_____. A formação de profissionais em conservação no Brasil. In: MAST COLLÓQUIA-Conservação de Acervos, 2007, Rio de Janeiro. MAST COLLÓQUIA-Conservação de Acervos. Rio de Janeiro: MAST, 2007. v. 9. p. 145-150. Disponível em: http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_9.pdf (acesso em maio de 2016)

_____. Programa da Disciplina Museologia e Preservação III, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2017.

_____. Programa da Disciplina Museologia e Preservação IV, Rio de Janeiro: UNIRIO, 2017.

SCHEINER, T.C. M. Museus e Museologia: uma relação científica?. In: Bases Teóricas da Museologia (apostila de disciplina Museologia I, Curso de Museologia da UNIRIO). Rio de Janeiro: 2009. P. 123- 127.

_____. Museologia e Pesquisa: perspectivas na atualidade. In: Bases Teóricas da Museologia (apostila de disciplina Museologia I, Curso de Museologia da UNRIO). Rio de Janeiro: 2009. P. 141-150.

_____. Desvelando o Museu Interior. In: Bases Teóricas da Museologia (apostila de disciplina Museologia I, Curso de Museologia da UNRIO). Rio de Janeiro: 2009. P. 19-26.

SEOANE, Raquel Villagrán R. M. Curso de Museu - MHN e a atuação profissional de seus egressos na Era Vargas: A Reforma de 1944 como reflexo da política nacionalista. Rio de Janeiro: UNIRIO/MAST/PPGPMUS, 2016. Orientador: Ivan Coelho de Sá. 154 p.

SOFKA, Vinos. Introductory Summary. In: Museological working papers. Museology nº 1 – Science or just practical museum work?. ICOM. Estocolmo: 1980, p.14-17.

SOUZA, Rainer. A Revolução de 1930: Principais fatos da Revolução de 1930. Disponível em: < <http://brasilescola.uol.com.br/historiab/revolucao-30.htm>>, acesso em dezembro de 2016.

SQUEFF, Leticia Coelho. A Reforma Pedreira na Academia de Belas Artes (1854-1857) e a constituição do espaço social do artista. Cadernos Cedes, ano XX, n 103 o 51, novembro/2000. P.103-118.

STRANSKY, Zbynek Z. apud DESVALLÉES, André. A Museologia e os Museus: mudanças de conceitos. In: Cadernos Museológicos. V. 1. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro: 1987. P. 12 – 20.

UMNEY, N.D. Documentation as a tool in the conservation of museums collections. In.: Study Series of the ICOM International Committee For Conservation. Bruxelas, s/D. p. 23-26.

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO. Ordem de Serviço GD/CCH/UNI-RIO/Nº10. Rio de Janeiro. 1986. 1p.

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO. Ordem de Serviço GD/CCH/UNI-RIO/, n.º 09. Dispõe sobre a instituição de Grupo de Trabalho para a elaboração de projeto de criação do Núcleo de Preservação e Conservação do Centro de Ciências Humanas da Uni-Rio. 02 de junho de 1987. 1p.

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO. Ordem de Serviço GD/CCH/UNI-RIO/, n.º 03. Dispõe sobre a instituição do Núcleo de Preservação e Conservação do Centro de Ciências Humanas da Uni-Rio. 08 de julho de 1987. 5p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Matriz Curricular do Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais. 2010. Disponível em: <https://www.siga.ufrj.br/sira/temas/zire/frameConsultas.jsp?mainPage=/repositorio-curriculo/6DEFD66A-92A4-F799-60E0-F17AE3EC51CF.html>, acesso em julho de 2017.

VARINE, Hugues. As raízes do Futuro – O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local. 1 ed. Porto Alegre: Medianiz. 2012. 256 p. Tradução: Maria de Lourdes Parreiras Horta.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. Restauração. Cotia: Ateliê Editorial, 2013, 4ª ed. 70 p.

WARD, Philip. The Nature of Conservation: A Race Against Time. Califórnia: The Getty Conservation Institute, 2010, 70 p.

ZOLCSAK, Elisabeth. O museólogo no Brasil. In: CRUPO ESPANHO DOL ICC. Conservação Preventiva e Procedimentos em Exposições Temporárias. Coleção Museu Aberto. Brodowski: Secretaria de Cultura do Governo do Estado de São Paulo, 2012. 1ª Ed, p. 23-25.

Sites:

Associazione Giovanni Secco Suardo

<<http://www.associazionegiovanniseccosuardo.it/?q=en/node/149>>, acesso em maio de 2017.

Fontes primárias:

NÚCLEO DE MEMÓRIA DA MUSEOLOGIA NO BRASIL – NUMMUS

Programa de Museologia e Museografia de acordo com o regimento aprovado pelo parecer n. 4.127/74, do CFE em 06/12/74. 1p.

Programa da Disciplina Museologia IV, s/d.

Programa da Disciplina Museologia IV, s/d.

Programa da disciplina Museologia II, 1978.

Programa de Disciplina Museologia III, 1982.

Programa da disciplina Museologia I, 1985.

Programa da Disciplina Preservação de Bens Culturais II, 1986.

Programa da disciplina Museologia e Preservação I, 2016.

Programa da disciplina Museologia e Preservação II, 2016.

Programa da disciplina Museologia e Preservação III, 2016.

Programa da disciplina Museologia e Preservação IV, 2016.

ARQUIVO INSTITUCIONAL DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

APÊNDICE

APÊNDICE

Entrevista cedida pela Prof. Violeta Cheniaux, em 24 de fevereiro de 2017 a Luana da Conceição Martins

Luana Martins: *Como eram as aulas de conservação no final da década de 70, início da de 80 sem o NUPRECON? Como as aulas ocorriam?*

Violeta Cheniaux: *Bom, elas ocorriam em sala de aula mesmo e era parte só teórica. Só teoria e não havia uma amplitude maior para aparelhos. Então foi muito restrito. A partir do final da década de 70, começo de 80, Guichen veio ao Brasil e ele fez várias palestras mostrando essa abertura da Conservação Preventiva. Como ele só falava francês, eu fui intérprete dele durante as palestras que ele deu. Mas ficou muito teoria, não havia esse foco para preventiva.*

LM: *E essas palestras foram na UNIRIO?*

VC: *Foram na UNIRIO, no auditório Vera Janacópulos.*

LM: *E o convite para fazer essas palestras? A senhora lembra que fez?*

VC: *Tenho quase certeza que foi o ICOM. O ICOM através da Moro (Fernanda Camargo Moro), que já tinha todo um esquema para ir mais a frente nessa parte da Conservação, frisando mais a conservação preventiva.*

LM: *E como surgiu a ideia de criar a OPCAM?*

VC: *A OPCAM foi já visando a parte da Conservação. Então a OPCAM era Oficina de Preservação e Conservação de Acervos Museológicos. E eu sempre querendo fazer alguma coisa e consegui uma salinha, muito precária, e começamos a reunir algum acervinho, mas muito precário. Tanto é que, com o NUPRECON, em 87, a OPCAM não existiu mais. Então foi um pré-NUPRECON. Que era vinculado justamente a Museologia.*

LM: *E esse acervo como era?*

VC: *Eu me lembro que na época a Gabriela, professora Gabriela (Pantigoso), ela cedeu um acervo sobre indígenas, alguma coisa assim. Agora estou me lembrando disso.*

Então foi muito aceita a OPCAM. Mas era muito precária, era uma salinha conseguida com muita dificuldade e enfim, foi todo esse processo.

LM: *Eu li num texto seu, de m jornal interno do CCH, CCH em Foco, em que a senhora falava que a OPCAM era mais voltada para a documentação de acervo, que trabalhava a documentação também.*

VC: *É... exatamente.*

LM: *Então essa era basicamente a diferença entre a OPCAM e o NUPRECON?*

VC: *É, essa era a diferença. Exatamente.*

LM: *Era mais documentação...*

VC: *Documentação. Porque eu não tinha... a OPCAM foi criada em... na década de 80, né? E eu não tinha nenhuma... eu não tinha começado a minha pesquisa, que deu origem a tese. Então ficou mais... Era assim, era uma coisa nascendo que começou com a coisa da documentação, mas não... a ênfase na conservação. Foi assim, os primeiros passos.*

LM: *Então foi por isso que mesmo tendo a OPCAM veio a ideia de criar o NUPRECON para focar na Conservação?*

VC: *Exatamente.*

LM: *Havia a intenção, em alguma momento, de manter a OPCAM e o NUPRECON?*

VC: *Não, porque para ser criado o NUPRECON, as minhas energias tinham que ser todas focadas no NUPRECON. Entendeu? E também o NUPRECON surgiu quando eu fiz o projeto do CNPq fazendo a análise da maioria dos museus da FUNARJ. Aí então o foco era a criação do NUPRECON.*

LM: *E como foi o seu primeiro contato com a Conservação Preventiva? Foram nessas palestras do Prof. Guichen?*

VC: *Foi de um interesse que eu tinha muito de Preservação, independente, pela Preservação do acervo cultural. Eu sempre... eu morei muitos anos na França, morei em Paris seis anos e lá eu comecei até a fazer curso de História da Arte, que eu não continuei. E a ida a museus, eu sempre tive esse apelo pelos museus. E foi surgindo a*

parte de Conservação. Agora, á tinha isso dentro de mim. Agora teve um episódio. Eu não era contratada pela UNIRIO. Era aluna da Solange Godoy, que era de História. E a Solange foi viajar para um Congresso, acho que no México, enfim, isso são detalhes. E ela me pediu que eu a substituísse e ela dava também uma matéria de conservação. E eu a substituí e fui aprofundando isso. E também consegui o meu contrato, fui contratada pela universidade. E, bom, eu estou agora focada na parte de conservação. Com todo esse meu interesse pela arte, pela conservação anterior a qualquer coisa, eu tive essa oportunidade de penetrar como professora substituta e aí então eu me fixei e fui aprofundando cada vez mais sobre a conservação preventiva.

LM: Também tiveram aqueles estágios que a senhora realizou nos Estados Unidos, em Nova York, não foi?

VC: Teve, exatamente. Na década de 80. Quando eu fui para fazer o estágio no MoMa eu fiquei focada na parte de registro e conservação. Entendeu? Então eu estudava a parte de registro, né? E acompanhava todas as exposições que aconteciam. E eu tive uma sorte incrível que esse estágio foi na década de 80, foi quando teve a grande exposição da obra do Picasso. Era assim, mundial, todas as obras que existiam foram concentradas nessa exposição. E foi uma ocasião incrível da parte da conservação porque eu acompanhei a montagem, acompanhei a checagem diária da parte de iluminação, da parte de umidade e também o transporte das obras, como eram feitos. Então isso me deu subsídios enormes quando eu voltei e fui contratada pela UNIRIO. Então eu tive essa experiência.

LM: Quando a senhora entrou, era a disciplina de Museologia III que tinha esses conteúdos. Então ainda não havia uma disciplina com o nome de Conservação, então essas aulas eram basicamente teóricas?

VC: É, não tinha parte prática. Que começou a surgir com o NUPRECON.

LM: E nem se falava em Conservação Preventiva no Curso?

VC: Não. Não tinha, vamos dizer, um detalhamento para essa parte. Era uma visão mais geral de conservação.

LM: E, como foi montar a bibliografia para essas disciplinas naquela época para passar para os alunos?

VC: *Eu entrei em contato com o Centro de Conservação do Canadá. E eles me mandavam periodicamente fascículos sobre conservação. Incrível! Então, aos poucos, foi aumentando. Eu até lendo agora aqui na minha tese, nós chegamos na época, a ter mais de cem obras do acervo do NUPRECON, da biblioteca. Aí então eu comecei a aprofundar cada vez mais, comprando livros sobre Conservação, com especialistas em Conservação Preventiva. Então eu realmente fechei o meu foco nessa parte.*

LM: *Mas o textos não eram em português. Era difícil encontrar alguma publicação em português...*

VC: *Era, eu pedia... às vezes vinham em inglês ou em francês. Toda a bibliografia era em francês ou em inglês.*

LM: *Mas a senhora chegou a fazer algumas traduções, não foi?*

VC: *Ah fiz... preparando aula para poder passar.*

LM: *Algum material falava sobre reserva técnica ou, chamavam depósito na época.*

VC: *É, depósito. Mas sem especificar muito. Era muito geral. Agora uma coisa que é importante, que eu não sei se está nas suas perguntas, dos equipamentos, de aparelhos do NUPRECON. Por que que aconteceu isso? Porque na minha pesquisa do CNPq, estava focada em fazer a criação do NUPRECON. E então o CNPq, junto com a UNIRIO. Me forneceu todo esse material. Então tanto o CNPq deu a verba, quanto a UNIRIO. E isso foi super importante para as aulas não ficarem teóricas, mais práticas.*

LM: *Então os aparelhos de medição...*

VC: *Todos. O luxímetro, termohigrgrafo, psicrômetro de cabelo e... desumidificar. Tudo foi conseguido pela pesquisa do CNPq, que deu possibilidade de, na criação do NUPRECON em 87, ter já esse material. E aí a coisa foi evoluindo, para dar atendimento pedagógico e técnico para os profissionais e alunos.*

LM: *A parte de Reserva Técnica não ficava junto da parte de Conservação no ensino do curso. A Museologia III tratava de conservação e a parte de reserva técnica ficava em Museografia III. Então o conteúdo era diluído?*

VC: *É, era todo fatiado.*

LM: Então eram professores diferentes que ministravam?

VC: *É, engraçado, que eu ministrei muito a parte de Reserva Técnica..*

LM: Em 80 teve a Reforma Curricular, foram criadas Preservação de Bens Culturais I e II. A senhora participou dessa mudança de currículo. Ajudou na parte das disciplinas?

VC: *Olha, eu não me lembro, sinceramente. Eu acho que isso ficou... acho que a Tereza Scheiner que estava mais encarregada sobre isso. Não me lembro.*

LM: Porque foi até quando colocaram “Preservação” no título da disciplina e antes era Museologia, e pela primeira vez apareceu o termo no título da disciplina de Conservação...

VC: *É, mas eu não me lembro...*

LM: E mesmo nessa reforma de 86, o conteúdo de reserva técnica fica em Museografia I não foi para a disciplina de Conservação.

VC: *Isso depois eu vejo com calma, porque eu realmente não consigo lembrar.*

LM: E quais eram os autores que a senhora lia com mais frequência, sobre esse tema de Conservação.

VC: *Eu tenho aqui a bibliografia...*

LM: Mas tem algum que se destacava?

VC: *Tem... Esse Feller. Todos esses... Esse foi interessante, o Dudley, que era Museum Registration Methods. Eu trabalhei muito quando fiz o estágio no Moma, que eu te falei que era a parte documentação e conservação. Esse aqui foi muito importante, eu usei muito as aulas. Todos esses... Esse Cata-Preta foi muito interessante, não sei se eu te falei sobre isso já. É que começou a holografia, os hologramas. Incrível! Eu consegui que a universidade me mandasse para São Paulo, que eu ficasse uma semana em São Paulo, conversando com esse Cata-Preta sobre o processo holográfico. Foi uma coisa assim, incrível! Realmente foi muito bom.*

LM: A universidade naquela época apoiava?

VC: *Apoiava! Apoiou muito! O decano na época era o Arno Wheling. Inclusive, nessa tese de mestrado, ele foi um dos meus orientadores. E ele estava vibrando com a criação do NUPRECON. Então tudo o que ele pudesse facilitar na minha vida, ele facilitava. Foi muito bom! Aqui tem o Guichen, Gael de Guichen, que eu me reportei muito a ele. Esses todos... Lafontaine, todos eles era do Canadá. Do Instituto do Canadá. Era o jornal do ICC, Institut Canadien de Conservation. Então esses daqui, todos eles eram do Canadá. Todos esses aqui era. Eu me baseei muito. Cadê aquele livro... Esse Staniforth, muito bom! O Stolow também é do Canadá. Então vamos dizer... a pergunta é quais eu mais lia, todos os profissionais do Instituto Canadense de Conservação, ICC. Todos! E esse outro, que é um livro grosso até, que é do Stanifoth. Mas então, tudo o que tiver do Canadá, era utilizado, mas de uma maneira muito prática. E muito bem feita. Fantástica.*

LM: E o ICCROM?

VC: *O ICCROM, justamente, o Gael de Guichen era do ICCROM. Então eu recebia publicação dos ICCROM.*

LM: A disciplina de Preservação de Bens Culturais II era ministrada, era mais teórica, falava mais sobre legislação do patrimônio... E eu encontrei um programa de disciplina assinado pela Prof.^a Sônia Gomes Pereira. Ela também era dessa área da conservação?

VC: *Não. Ela era da História da Arte. Fantástica! Era uma professora fantástica. Como professora e coo pessoa. É que as vezes tinha que substituir. Tinha que fazer uma acomodação, às vezes, dos professores.*

LM: E a senhora chegou a ministrar essa disciplina de Preservação de Bens Culturais II?

VC: *Tenho que olhar. Eu não me lembro. Deixa eu ver aqui.[...]*

LM: Vamos falar agora um pouco sobre os cursos de extensão. Como surgiu a ideia de oferecer esses cursos? Já estava previsto?

VC: *Surgiu dentro do conceito da criação do NUPRECON, Núcleo de Preservação e Conservação de Bens Culturais. Porque nos objetivos do NUPRECON tinha também atendimento pedagógico. Então englobava, os alunos de formação e os profissionais*

que não tiveram acesso a isso durante a formação. Então começamos os cursos de extensão que foram um sucesso incrível.

LM: E quando eles pararam de serem oferecidos?

VC: Vou ter que olhar aqui... eu não lembro... [...]

LM: E por que eles deixaram de ocorrer? Porque havia grande procura dos profissionais...

VC: Eu acho que foi, eu já estava me preparando para me aposentar. Me aposentei em 1996. Por que eu não continuei? Não sei... Parou em 1990. E me aposentei em 1996. Em 1991 foi a defesa da tese de mestrado.

LM: Então provavelmente parou um tempo para se dedicar ao mestrado.

VC: Sim, isso que estou pensando. Por que não retomei depois da defesa da tese... não sei. Não me lembro. [...] Como eu já sabia que eu ia sair... que dizer, o normal seria eu continuar a dar os cursos e já preparar o meu doutorado. Mas isso já estava cortado, era mais urgente eu não me prejudicar (em função da aposentadoria), acho que assim. Mais ou menos... mas eu não me lembro de outra razão. [...]

LM: E os profissionais que faziam o curso? Eram na maioria museólogos mesmo?

VC: Todos museólogos. Nem todos, desculpe, mas a maioria era. Mas eram os que estavam também... Não sei se você já ouviu falar do Jaime Vila Seca, ele agora está atuando menos. Ele era especialista em fazer molduras importantes. E ele então fez o meu curso para poder, eram pessoas muito ricas que iam fazer molduras com ele, para ele poder ter noções sobre luz e umidade, para quando ele entregasse a obra emoldurada, ele poder dar uma assistência, dizendo "olha, não coloca em tal lugar por causa da luminosidade". Então ele fez o curso, Jaime Vila Seca. Teve também...teve outras pessoas ligadas à conservação, que não eram museólogos. Mas a maioria eram alunos ou então profissionais de vários museus.

LM: E eles comentavam porque eles faziam os cursos?

VC: Sentiam falta. Sabia que a profissão exigia disso e também a pesquisa que eu fiz pelo CNPq, apontou para ele essa necessidade, mostrando que o acervo não estava protegido devidamente contra a ação da luz, da poluição e da umidade. Foi muito espontâneo isso deles, entendeu? Eles acreditaram no NUPRECON. E eles tinham

também pro currículo, recebiam certificado, que estavam acompanhando toda a evolução da Conservação Preventiva.

LM: vamos falar de novo sobre a OPCAM. Quando que ela começou a atuar?

VC: [...] agora você me pegou. [...]

LM: A OPCAM e o NUPRECON ocupavam o mesmo espaço?

VC: O início foi numa salinha pequenininha que eu me lembro. Deixa eu ver aqui...

LM: Cursos de extensão... os outros alunos do CCH participavam?

VC: Arquivologia. Da biblioteconomia eu não me lembro. É o seguinte, quando foi criado o NUPRECON, foi criado também um espaço de conservação preventiva, na mesma época, da arquivologia. E recebeu da UNIRIO os aparelhos, mas aquilo não foi adiante mesmo. Não teve continuidade. Nenhuma. Foi uma coisa que foi criada e morreu. [...]

Mas da arquivologia me lembro que tive alunos que participaram.

LM: E esses aparelhos foram remanejados para o NUPRECON? Desse núcleo que não deu certo,;

VC: Não, era separado. Acabou e nem sei o que aconteceu com os aparelhos. [...] Sobre a OPCAM vou ficar te devendo.

LM: E a ideia para criar o projeto de pesquisa?

VC: Projeto de pesquisa do CNPq? Foi o seguinte, eu queria que a OPCAM evoluísse. Então a pergunta que você fez, como surgiu a ideia. Foi de eu criar, seria a coluna vertebral do projeto seria a criação do NUPRECON. Então foi o que... existia a OPCAM e eu queria que evoluísse pro NUPRECON. E o projeto, eu pensei no projeto pensando nisso. Pensei na criação do NUPRECON. Que não tinha esse nome. Surgiu quando foi feito o projeto de pesquisa. Pode ser que o projeto de pesquisa fale alguma coisa [...]

LM: E como era a atuação dos alunos da OPCAM? Como eles trabalhavam lá?

VC: Precariamente. E foi assim um embrião do NUPRECON. Era uma coisa muito elementar e eu me lembro que, era emprestado, nós não tínhamos os aparelhos. Então a Fernanda Moro emprestava os aparelhos para gente, entendeu?

LM: Também havia a parte de documentação na OPCAM. Era a senhora que era responsável por essa parte?

VC: *Era, mas tudo muito elementar, entendeu? Aí, por exemplo, para estabelecer as fichas começou na OPCAM e depois se desenvolveu no NUPRECON, que a gente tirava fotografia dos objetos e depois a intenção era informatizar.*

LM: E como foi conseguida essa sala, esse espaço para a OPCAM?

VC: *No peito. Tudo foi no peito. A sala do NUPRECON foi assim uma negociação que eu fiz com a biblioteconomia. Porque só davam aula para dois alunos, aí então eu consegui. Era até a [...] Cecília Dorneles era a responsável pela Biblioteconomia. E eu consegui convencê-la de que três alunos para aquela sala era muito. Que dava uma sala menor. Ela entrou nessa história. Deixou eu ficar com a sala e eu imediatamente ocupei a sala. Então o NUPRECON era uma salinha, tenho a imagem na minha cabeça, muito precária, com armários velhos, sabe?*

LM: Havia uma mesa grande?

VC: *Tinha uma mesa grande, exatamente... Então começou um embrião da Oficina de Preservação.*

LM: E não teve uma extinção oficial da OPCAM?

VC: *Não. Isso que tô achando estranho, eu não ter nenhuma portaria falando disso.*

[...]

VC: Como foi o desenvolvimento do projeto de pesquisa?

VC: *Muito difícil. Porque pegamos museus em Niterói... o trânsito, né? O deslocamento. Mas eu tinha uma equipe maravilhosa. Foi muito trabalhoso, mas os museus aceitavam que fôssemos. Não teve nenhum museu que não aceitasse. Agora como que foi? Muito difícil e trabalhoso. Mesmo a negociação com o CNPq, complicada. Mas enfim, deu tudo certo no final. Não foi fácil.*

LM: Agora uma pergunta sobre a sua opinião. Qual foi o impacto na formação dos alunos com a criação da OPCAM e depois com o NUPRECON?

VC: Acho que foi muito positivo. Os alunos ficavam entusiasmados em ter aulas no NUPRECON e ver o espaço todo preservado. E, enfim, acho que foi extremamente positivo, tanto é que você está aqui, né?

LM: *Eu lembro que na nossa primeira conversa, lá em 2013, quando fui fazer a monografia, a senhora falou que o NUPRECON não tinha quadro de giz, era um quadro branco....*

VC: *É o seguinte, isso eu fui pioneira também. Era quadro de giz, então no NUPRECON eu consegui que pusessem, forrassem com fórmica e que comprassem o pilot. Foi uma luta. E eu disse “não é possível, se eu estou falando de preservação, vai ter a poluição do giz dentro do NUPRECON?” Aí foi feito isso. Mas nossa, que energia! E tinha apoio muito da parte de funcionários da UNIRIO.*

LM: *Agora um pouco sobre o processo de criação do NUPRECON. Foi no final do projeto de pesquisa, como resultado.*

VC: *Que era um resultado prático do foco da pesquisa, que era justamente chegar na parte pedagógica e técnica da criação do NUPRECON.*

LM: *Achei uma portaria da UNIRIO falando da criação de um Grupo de Trabalho para desenvolver o projeto de criação do NUPRECON. Você tem alguma lembrança de como foi a atuação desse grupo?*

VC: *Olha, fora muito cooperativos. Fantástica foi a Liana Ocampo, sempre me apoiou de uma maneira maravilhosa. E não houve assim, abertamente, contra a criação. E o essencial era que o decano me apoiou incondicionalmente.*

LM: *Agora vamos pegar a Instrução de criação do NUPRECON, para darmos uma olhada nos objetivos. Os objetivos traçados.*

VC: *Dos objetivos o único que eu não cumpri foi a confecção de um manual a ser fornecido aos museus. Outro também que não foi, foi fazer convênios internacionais. Esse também. [...]*

LM: *Então os alunos ficaram muito entusiasmados de terem aula prática?*

VC: *Sim, de atuarem também porque eu escolhia monitores entre os alunos e eles trabalhavam na parte da documentação. Eram preparados, isso eu tenho certeza absoluta, que foi aceito. Não lembro de ninguém reclamando, ao contrário. [...]*

LM: Sobre o espaço...

VC: *Lembro bem. Em comparação com a OPCAM, era um espaço enorme. Eu consegui armários com a parte administrativa que era muito cooperativa. Então a gente recuperava aqueles armários. Os alunos me trouxeram muito acervo. Os professores também. A Prof.^a Líbia me trouxe, em Paris, lá em Montmartre, ela foi pintada com alguma coisa, acho que foi de lápis. E ela trouxe para fazer parte do acervo. Eu nem sei o que aconteceu com esse acervo. Mas os alunos me davam, me levavam acervo. Os professores também. Eu levei muita coisa de acervo. Olha, foi assim uma parte muito feliz, a coordenação do NUPRECON. Porque tinha uma aceitação do centro, dos professores.*

[...].